



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 018 - SEXTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4.5.7) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Clide Flávio Arns (3) Líder do PR - 3 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28 Líder Raimundo Colombo - DEM (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2.9) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	
	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 17ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Leitura de requerimento		
Nº 123, de 2010, de autoria do Senador Marco Maciel, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Reitor da UNB, Dr. José Carlos de Almeida Azevedo. Usa da palavra o autor, tendo a Presidência se associado à homenagem prestada.</i>	04473	dos critérios de repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios-FPM.
1.2.2 – Discursos do Expediente		04481
SENADOR CÍCERO LUCENA – Defesa de substitutivo de autoria de S. Ex ^a , apresentado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a projetos de lei que tipificam como crime o trote estudantil. Registro da participação de S. Ex ^a , na última sexta-feira, dia 19, na programação religiosa realizada em Solânea, região do Brejo da Paraíba, destinada a recordar os 120 anos da morte do Padre Ibiapina.....	04474	SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Indagação sobre o critério usado pelo presidente Lula para visitar Cuba pela quarta vez e não ter realizado nenhuma visita ao Canadá. Voto de pesar pelo falecimento do advogado Roberto Lima de Antunes Siqueira, considerado “o pai da urna eletrônica”, ocorrido em Belo Horizonte. Transcrição nos Anais do artigo de autoria do Governador José Serra, publicado na revista <i>Veja</i> desta semana, intitulado “Vida longa à Nova República”.
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Celebração pelo transcurso, ontem, dia 24, dos 78 anos de conquista do voto feminino no Brasil. Homenagem à cuiabana Maria Taquara, mulher que teve fundamental importância na cultura e história do Mato Grosso.	04488	04484
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre a crise política do Distrito Federal e apresentação de propostas para superá-la.....	04491	SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Celebração pelo transcurso, ontem, dia 24, dos 78 anos de conquista do voto feminino no Brasil. Homenagem à cuiabana Maria Taquara, mulher que teve fundamental importância na cultura e história do Mato Grosso.
1.2.3 – Leitura de Requerimentos		04488
Nº 124, de 2010, de autoria do Senador Antônio Carlos Junior, <i>solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2003-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2003-Complementar, por tratarem de assuntos correlatos.</i>	04494	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre a crise política do Distrito Federal e apresentação de propostas para superá-la.....
SENADOR GERSON CAMATA, como Líder – Homenagem aos imigrantes italianos que fizeram do Estado do Espírito Santo a sede da primeira imigração italiana oficial. Registro da sanção e transformação em lei do projeto de lei de autoria de S. Ex ^a que institui o dia 21 de fevereiro como o Dia Nacional do Imigrante Italiano.....	04478	SENADOR GERSON CAMATA, como Líder – Homenagem aos imigrantes italianos que fizeram do Estado do Espírito Santo a sede da primeira imigração italiana oficial. Registro da sanção e transformação em lei do projeto de lei de autoria de S. Ex ^a que institui o dia 21 de fevereiro como o Dia Nacional do Imigrante Italiano.....
SENADOR GEOVANI BORGES – Destaque do setor turístico do Estado do Amapá que revela as atrações e belezas amapaenses e contribui para o desenvolvimento da região. Lançamento do programa “Caminhos do Sabor – A União faz o destino”, uma parceria que envolve a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel, o Ministério do Turismo e o Sebrae.....	04479	SENADOR GEOVANI BORGES – Destaque do setor turístico do Estado do Amapá que revela as atrações e belezas amapaenses e contribui para o desenvolvimento da região. Lançamento do programa “Caminhos do Sabor – A União faz o destino”, uma parceria que envolve a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel, o Ministério do Turismo e o Sebrae.....
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas ao governador do Piauí, Wellington Dias, pela reunião de tropas federais para resolver conflitos internos do Estado.	04480	SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas ao governador do Piauí, Wellington Dias, pela reunião de tropas federais para resolver conflitos internos do Estado.
SENADOR MARCO MACIEL – Lembrança da crise financeira e orçamentária nos municípios brasileiros verificada em 2009. Defesa de revisão		SENADOR MARCO MACIEL – Lembrança da crise financeira e orçamentária nos municípios brasileiros verificada em 2009. Defesa de revisão

tem comprovadamente a capacidade de pagamento do financiado ou arrendatário. 04495

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4. – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR SADI CASSOL – Recuo do déficit da previdência social de 44% em comparação com janeiro de 2009, segundo dados divulgados pelo Ministério da Previdência Social, e registro do déficit da previdência rural, com o pagamento de benefícios aos trabalhadores rurais, que não contribuem para o sistema, mas que dele dependem para seu sustento e o de suas famílias. 04514

SENADOR ACIR GURGACZ – Considerações sobre aspectos do desenvolvimento econômico registrado atualmente no Estado de Rondônia, estimulado pela construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, cujas obras constam do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal. Preocupação com a existência de rede de prostituição em Jaci Paraná, em Rondônia. 04516

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Questionamento sobre a não inclusão no **Jornal do Senado** do discurso proferido por S. Ex^a na sessão de ontem. Apresentação de emenda de S. Ex^a às diretrizes do programa de governo Dilma Rousseff de 2010, aprovada no 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, por consenso de todos os delegados. Anúncio da realização, em São Paulo, do 13º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network – BIEN, destinado a debater programas de transferência de renda. 04518

1.4.2 – Apreciação de Matéria

Requerimento nº 102, de 2010, lido em sessão anterior. **Aprovado**. 04521

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Manifestação de protesto em virtude da ausência do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e do Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, à audiência da Comissão de Assuntos Sociais, nesta quinta-feira, dia 25, para debater a falsificação de remédios e de equipamentos médicos. 04522

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Defesa da manutenção de fonte permanente de recursos para desenvolver as regiões pobres do país, comemorando a recriação, em 2009, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, e alertando para o crescimento dos gastos do governo em ano eleitoral. 04538

SENADOR PAULO DUQUE – Lamento pela crise por que passa o Governo do Distrito Federal, às vésperas do 50º aniversário de Brasília. 04540

1.4.4 – Comunicação

Do Senador Inácio Arruda, de 25 do corrente, informando o seu afastamento dos trabalhos da Casa, no período de 28 de fevereiro a 2 de março. 04543

1.4.5 – Leitura de Projeto

Projeto de Resolução nº 3, de 2010, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que altera o artigo nº 163 do Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a prioridade regimental na elaboração da Ordem do Dia. 04543

1.4.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis a fim de receber emenda perante a Mesa ao Projeto de Resolução nº 3, de 2010, lido anteriormente. 04544

1.4.7 – Leitura de Requerimento

Nº 126, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2007, por versarem sobre matéria análoga. 04544

1.4.8 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (**Ofício nº 6/2010, de 25 do corrente**). 04544

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (**Ofício nº 07/2010, de 25 do corrente**). 04544

1.4.9 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR PAPALEÓ PAES – Apelo ao Governo Federal e ao empresariado no sentido de retomarem os investimentos na indústria da reciclagem de lixo. 04544

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

2.1 – Termo de Reunião

Referente à Comissão Mista destinada a relatar o Veto Total nº 56, de 2009. 04547

SENADO FEDERAL

– COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
– COMISSÕES TEMPORÁRIAS
– COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

– CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

– CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 17^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 25 de fevereiro de 2010

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Romeu Tuma e Sadi Cassol

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto
e encerra-se às 17 horas e 46 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 25/2/2010 07:00:00 até 25/2/2010 20:30:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ		X					
DEM	DF	ADELMIRO SANTANA		X					
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO		X					
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X					
PSDB	PB	CICERO LUCENA		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicY		X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS		X					
DEM	MG	ELISEU RÉSENDE		X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X					
PTB	AL	FERNANDO COLLOR		X					
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PMDB	AP	GEOVANI BORGES		X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO		X					
DEM	RN	JOSE AGRIPIINO		X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PSC	PI	MÃO SANTA		X					
DEM	PE	MARCO MACIEL		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X					
PDT	PR	OSMAR DIAS		X					
PSDB	AP	PAPALEO PAES		X					
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA		X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAÍM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X					
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ		X					
PTB	SP	ROMEU TUMA		X					
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X					
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI		X					
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSENKO		X					
PSDB	CE	TASSO JEREISATI		X					
PMDB	MS	VALTER PÉREIRA		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		X					

Compareceram: 56 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Exª minha inscrição para ocupar o horário da Liderança do PMDB. A autorização já está vindo lá do gabinete do Líder e chegará às mãos de V. Exª em alguns instantes.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O senhor é o primeiro inscrito, pela Liderança.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Srª Presidente.

Pela Liderança da Minoria, também solicito a inscrição para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Eduardo Azeredo, pela Liderança da Minoria, V. Exª será o segundo.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Srª Senadora Serys Slhessarenko, eu gostaria de fazer uma breve intervenção a respeito de uma comunicação que considero importante para a Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Marco Maciel, há requerimento de sua autoria sobre a mesa, que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 123, DE 2010

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento de Doutor José Carlos de Almeida Azevedo, ex-Reitor da Universidade de Brasília, ocorrido na cidade de Brasília, no Distrito Federal.

- I. Inserção em ata de voto de profundo pesar;
- II. apresentação de condolências
 - a) aos seus familiares.
 - b) a universidade de Brasília.
 - c) a Academia Brasiliense de Letras.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2010. –
Senador **Marco Maciel**

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Marco

Maciel para que se manifeste, conforme solicitado, após a leitura do requerimento.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Srª Senadora Serys Slhessarenko, Srs. Senadores Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Gerson Camata, Sadi Cassol, Srªs e Srs. Senadores, serei breve nas considerações que pretendo tecer sobre o falecimento ocorrido anteontem do ex-Reitor da UNB, Professor José Carlos Azevedo.

Ele faleceu aos 78 anos de idade em Brasília, decorrência de um câncer que evoluiu pneumonia e foi sepultado ontem, às 17 horas, no cemitério Campo da Esperança.

O Professor e ex-Reitor da UNB José Carlos Azevedo deixou duas filhas, três netos e a viúva Dona Maria do Carmo.

Ele era nascido em Salvador, em 11 de janeiro de 1932, e esteve à frente da gestão da Universidade de Brasília por duas vezes seguidas, entre os anos de 1976 e 1985 exercendo a reitoria por oito anos e por dezessete as funções de docente.

Ninguém pode desconhecer que o Reitor José Carlos Azevedo, além de formado em engenharia e arquitetura naval, era também em física e em engenharia nuclear pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos, sendo, também, PhD em física na mesma instituição. Também era oficial – estava já na reserva – da Marinha brasileira, razão pela qual recebeu as honras militares que foram prestadas pelo grupamento dos Fuzileiros Navais do grupamento de Brasília.

Eu gostaria, antes de encerrar minhas considerações, de dizer...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Excelência.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Eu gostaria de ouvir, antes de encerrar, portanto, o nobre Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Eu queria, junto com V. Exª – e creio que representando o pensamento da maioria dos Senadores –, também tributar uma homenagem a essa grande figura que foi o Dr. José Carlos Azevedo, oficial da Marinha brasileira, Reitor da Universidade de Brasília. É interessante registrar, na biografia desse homem, primeiramente, que ele foi o único reitor que teve dois mandatos à frente da Universidade de Brasília.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – É verdade.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Na verdade, quem deu corpo, quem consolidou a Universidade de Brasília foi ele. Na Universidade de Brasília, ele

agregou cursos, colocou cursos de pós-graduação e se tornou, portanto, um benemérito dessa instituição de ensino superior. O outro ponto é que, no Massachusetts Institute of Technology, ele foi o segundo colocado, tanto no curso de graduação quanto, depois, no curso de pós-graduação. E recebeu inúmeras propostas de instituições americanas, inclusive do Programa Atômico Americano, que estava sendo tocado por uma subsidiária da General Electric, para ficar nos Estados Unidos, porque eles o consideravam um pesquisador excepcional. Ele deixou aquilo tudo, voltou ao Brasil e não se dedicou à pesquisa. Foi exatamente ser professor, foi multiplicar seus conhecimentos, foi ser o reitor da Universidade de Brasília. E escreveu – até poucos dias antes de morrer – aqueles artigos maravilhosos no jornal **Folha de S.Paulo**, que a gente acompanhava, com profundas reflexões sobre o Brasil. E, ultimamente, sobre o problema do clima no mundo, dos perigos que o mundo corria...

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – A reunião de Estocolmo.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Com a profundidade de um pós-graduado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – É verdade.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – É uma perda para o Brasil. Nós todos estamos sentidos. E apresentamos à D. Maria do Carmo e suas filhas o sentimento de todos nós – junto com os de V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, Nobre Senador Gerson Camata. Eu acolho o aparte de V. Ex^a, posto que enriqueceu as considerações sobre o ilustre falecido. Mas devo dizer que seu sepultamento foi extremamente concorrido, e isso se explica pelas razões que V. Ex^a acaba de assinalar. Ele era uma pessoa de temperamento forte; mas, intelectualmente, muito preparado em diferentes campos das especialidades da engenharia e da física.

Ele muito contribuiu para consolidar a Universidade de Brasília, que hoje é reputada como uma das melhores do País.

Devo também mencionar, que ele apareceu com um câncer extremamente agressivo, vindo há falecer vinte dias depois de descobrir a enfermidade. Isso surpreendeu a todos os que acompanhavam a sua atividade intelectual aqui em Brasília, no País e no exterior, como por exemplo, a Conferência Climática de Copenhagen, em Estocolmo, acompanhando a evolução das questões climáticas, que é um desafio ainda mal resolvido e para o qual o Brasil terá de se preparar com urgência.

Nobres Senadora Serys Slhessrenko, encerro a minha palavra agradecendo a generosa possibilidade

que me concedeu de poder expressar esse sentimento que, creio, é de toda a Casa pelo falecimento do Prof. José Carlos Azevedo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessrenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Marco Maciel. Solidarizo-me com V. Ex^a nas condolências a toda a família. Conheci o ex-Reitor Azevedo quando era professora da Universidade Federal de Mato Grosso, pelo trabalho que fez junto à UnB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessrenko. Bloco/PT – MT) – Respeitando a lista de inscrições, o primeiro orador inscrito é o Senador Cícero Lucena, a quem concedo a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Serys Slhessrenko.

Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, já apresentei na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal um parecer, acompanhado de uma proposta de substitutivo, que prevê a punição para o trote estudantil.

O parecer, na verdade, Senador Marco Maciel, unifica os textos dos Projetos de Lei da Câmara nº 09/2009, de autoria do Deputado Feu Rosa, o Projeto de Lei do Senado nº 404/2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, e o Projeto de Lei nº 104/ 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano.

Todas as proposições acima citadas tratavam de alterações na Legislação Penal e Militar, prevendo sanções para a prática de trote estudantil vexatório, constrangedor ou que viesse causar ofensa à integridade física dos alunos calouros.

Os projetos também regulamentam, junto às instituições de ensino, as atividades de recepção dos novos alunos.

Na análise, ressalto a importância das três propostas, e aproveito para fazer um relato histórico dessa modalidade que assusta, no presente, as instituições de ensino superior do Brasil e o povo brasileiro de um modo geral.

O trote estudantil pode ter origem nas primeiras universidades na Europa da Idade Média, onde aparece associado ao hábito de separar veteranos e calouros por razões profiláticas, notadamente para proteção da saúde dos primeiros.

Todavia, ainda no século XIV, essas preocupações preventivas haviam se transformado em rituais aviltantes, em que os calouros tinham pelos e cabelos arrancados e eram obrigados a vários outros constrangimentos para passar de “feras” a “domesticados”.

Os estudantes brasileiros que realizaram parte de seu processo educativo no exterior trouxeram a “novidade” para o território nacional.

Em decorrência disso, surgiram desavenças entre veteranos e calouros, que culminaram com a morte, em 1831, de um estudante, Senador Marco Maciel, da Faculdade de Direito de Olinda, em Pernambuco – a primeira, mas, infelizmente, não única vítima de trote violento no Brasil.

Hoje, os trotes em calouros nas faculdades ou nas academias militares estão se tornando cada vez mais polêmicos e reprováveis, em razão dos inomináveis abusos, violência, agressividade e humilhação.

As selvagerias indescritíveis revelam um total desrespeito pelo ser humano e pelo próximo. Com isso, o trote estudantil configura grave retrocesso civilizatório, merecendo ser coibido por não ser aceito pela sociedade, tendo em vista o flagrante desrespeito aos direitos humanos que encerra.

Os projetos atendem aos requisitos formais de constitucionalidade, porque a matéria trata do Direito Penal e educação, cuja competência para legislar é do Congresso Nacional.

O substitutivo proposto altera o Código Penal e o Código Penal Militar para tipificar como crime o trote estudantil até então ainda não tipificado.

O Código Penal será alterado em seu art. 146, na parte que trata do Constrangimento Ilegal, criando a figura do “Trote Estudantil” e passando a ser crime, com pena de detenção de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência: constranger o estudante, em razão de sua condição de calouro, ofendendo-lhe a integridade física ou moral, expondo-o de forma vexatória ou exigindo-lhe bens ou valores independente de sua destinação.

Na mesma linha, o Código Penal Militar também será alterado em seu art. 222, definindo como crime de Trote Estudantil, com pena de detenção de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência.

O texto também atribui responsabilidade para as instituições de ensino, que ficam obrigadas a instaurar processo disciplinar contra o aluno que praticar o trote estudantil dentro ou fora de suas dependências, podendo aplicar ao aluno penas que vão desde multa, suspensão, até o desligamento da instituição.

Os recentes casos de trotes estudantis nas universidades brasileiras jogam luzes sobre um tema muito presente em nosso cotidiano, e que, infelizmente, já causou inúmeras lacunas nas famílias do Brasil.

Espero que o Congresso Nacional agilize a tramitação dessa matéria. E acredito que, com uma legislação forte e atualizada, haveremos de promover as mudanças e os avanços de que este País tanto necessita.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Cícero Lucena, se V. Ex^a me permitir?

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – É um prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Eu gostaria de dar-lhe um curto aparte para dizer que concordo com as considerações que V. Ex^a vem fazendo. Ao tempo em que fui estudante universitário, presidente do diretório central, presidente da União de Estudantes de Pernambuco, fiz política na UNE, os trotes não se caracterizavam por esta selvageria, se assim posso dizer, que estamos vendo nos últimos anos em nosso País e nas diferentes instituições de ensino superior, quer nas universidades do Governo Federal, quer nas universidades estaduais, quer nas escolas privadas, que hoje já são numerosas. Mas o fato é que frequentemente estamos vendo como esses trotes são violentos, provocando danos, em muitos casos irreversíveis, à vida dos estudantes. Por isso me associo ao esforço de V. Ex^a nesse sentido e espero que, se fizermos uma boa movimentação aqui no Senado, nós teremos condições de aprovar rapidamente a proposição e criar condições para que esta matéria receba uma regulamentação legal.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite?

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pois não, Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Cícero Lucena, eu queria cumprimentar V. Ex^a, o Senador Marco Maciel, o Senador Casagrande, pelos projetos que apresentaram. Realmente todo ano esta cena se repete. Lá no Espírito Santo, isso já foi muito violento, e observei este ano brincadeiras normais de jovens. Eu fui uma vítima de trote. Quando passei na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Espírito Santo, eu trabalhava na televisão, fazia noticiário. E pedi a eles para não cortarem o meu cabelo porque talvez o diretor da televisão não me deixasse fazer o noticiário de noite. E eles cortaram o cabelo, jogaram tinta e, quando cheguei para fazer o noticiário, o diretor me demitiu. Falou: “No dia em que o cabelo crescer, você volta aqui para ver se eu vou readmiti-lo”. Fiquei uns dois meses passando um aperto danado porque tinha perdido o salário. Então, são coisas assim que acontecem quase sempre. No Espírito Santo, não mais. Mas todo ano vemos isso nos jornais.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador Gerson.

E para não dizer que não falei em flores, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses vinte anos de vida pública, tive inúmeras oportunidades de ver coisas difíceis, tristes, mas também bastante oportunidade de ter alegria.

Nesses vinte anos de trajetória defendendo a Paraíba e os paraibanos, fui recompensado com a confiança do povo do meu Estado e também tenho vivido momentos únicos, inesquecíveis, que com certeza ficarão guardados para sempre em meu coração.

Na última sexta-feira, estive em Solânea, Município localizado na região do Brejo paraibano, onde participei da programação religiosa que marcou os 120 anos da morte do Padre Ibiapina.

O Padre Ibiapina, Senadora Serys, deixou um legado de fé católica e uma obra de assistência e educação que permanecem, mais de um século depois, merecendo a admiração e o respeito de milhões de nordestinos.

Para celebrar a passagem dos 120 anos de sua morte, uma extensa programação religiosa foi realizada no último dia 19. Durante toda a sexta-feira, várias romarias lotaram o Santuário de Santa Fé, em Solânea, na divisa com o Município de Arara. As atividades começaram às 6h da manhã, com várias missas, culminando com a celebração, às 17h, pelo Bispo de Guarabira, Dom Lucena, acompanhado de 25 padres co-celebrantes, atendendo às confissões dos católicos e fazendo a celebração.

Padre Ibiapina também ficou conhecido como "Apóstolo do Nordeste".

Depois de ter sido professor do seminário, iniciou uma vida de peregrinação pelo interior do Nordeste – na época, a Paróquia de Olinda abrangia o Estado de Ceará, Pernambuco, parte da Bahia e o Piauí –, fundando vários colégios, hospitais, igrejas, cemitérios, açudes. Sua principal marca foi a criação de 22 Casas de Caridade, fundadas na época da grande epidemia de cólera, que se alastrou por vários Estados do Nordeste.

As Casas de Caridade prestavam atendimento de saúde aos doentes mais pobres.

Sr's e Srs. Senadores, amigos que nos veem pela TV Senado, permitam-me fazer um breve histórico sobre José Antonio Pereira Ibiapina, o Padre. Ibiapina.

José Antonio Pereira Ibiapina nasceu no dia 5 de agosto de 1806, em Sobral, no Ceará. Estudou no Seminário de Olinda com o desejo de ser padre, mas ingressou no curso Jurídico de Olinda e em 1832 formou-se na primeira turma de bacharéis em Direito.

Exerceu os cargos de Professor Substituto de Direito Natural, de História Sagrada e Eclesiástica, foi Deputado Constituinte, juiz de Direito, Chefe de Polícia, advogado e Vigário-Geral.

Abandonou a advocacia por decepção com a Justiça; abandonou a política por decepção com a política.

Foi ordenado padre aos 47 anos de idade, no dia 3 de julho de 1853, na Igreja da Madre de Deus, em Recife.

Trocou o sobrenome Pereira por Maria, em homenagem a Maria Mãe de Jesus. Aos 50 anos de idade, iniciou o seu trabalho missionário no interior das províncias Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, percorrendo a pé ou a cavalo mais de 601 mil quilômetros.

Nas suas missões, conciliou velhas intrigas e ensinou o povo a trabalhar em mutirão, construiu e restaurou capelas, igrejas, cruzeiros, hospitais, cemitérios, açudes, cacimbas, barragens e estradas, fundou 22 Casas de Caridade para órfãs de pais que haviam morrido de febre amarela, as quais eram entregues aos cuidados das beatas.

Faleceu no dia 19 de fevereiro de 1883, tendo uma visão na hora da sua morte, exclamando: "Ali está Maria! Lá está Maria! Minha filha, olhe, lá está Maria!", apontando para o teto de sua casa.

São inúmeros os fatos extraordinários e as graças especiais que se narram no passado e se contam também hoje atribuídos ao Santo Servo de Deus Padre José Maria Ibiapina. Todos o tomam como especial intercessor junto a Deus, em favor das necessidades dos menos favorecidos do nosso povo.

Aproveito para ler um texto escrito pelo paraibano, de Princesa Isabel, D. Antônio Muniz, Arcebispo de Maceió:

Na segunda metade do século XIX (1853-1883), a região Nordeste do Brasil passava por uma tremenda crise em termos de alternativas para o seu futuro de região: o cólera-morbus dizimava milhares, deixando um lastro de dor e de orfandade, as sucessivas secas – lembrase a de 1877 – e os grandes sofrimentos das populações nordestinas sem nada, as penalidades sofridas da parte do Governo central como preço imposto pela ousadia de dizer "não" através dos padres de Olinda (1817), de Frei Caneca (1824), Antônio Conselheiro e dos jovens da Faculdade de Direito do Recife.

É nesse quadro que vemos nascer, educar-se e desenvolver-se o Padre Mestre Ibiapina. Vejamos o que escreve o Padre Lino do Monte Carmelo Luna, no seu livro **Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano** (Recife, 1857).

Escreve ele:

José Antônio Pereira Ibiapina, de talento não vulgar, bacharel formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Recife, ex-professor

de eloquência sagrada do Seminário de Olinda e ex-Vigário-Geral do Bispo de Pernambuco.

Juiz, advogado, delegado, político Constituinte, homem que deixa tudo e entrega-se inteiramente a Deus e à caridade de Jesus Cristo, com os olhos fitos no alto e os pés marcados pelas terras barrentas e cheias de veredas desse querido e sofrido Nordeste do Brasil, de modo muito especial em terras da Paraíba. Sem reclamar, foi andarilho da caridade e da esperança pelas terras das Províncias do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Vejamos como José Leal, no seu **Itinerário Histórico da Paraíba**, referiu-se ao ano de 1856:

O Padre Ibiapina inicia a sua obra missionária no interior da Paraíba, promovendo a construção de cemitérios e prestando assistência aos coléritos.

Passando o período agudo da epidemia, dedicou-se à fundação de recolhimentos para órfãos, que eram verdadeiros centros de educação doméstica...

(Interrupção do som.)

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Serei breve, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nós já lhe concedemos sete minutos além do seu prazo. Eu pediria que fizesse um esforço.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Já estou terminando.

Abrindo assim, por suas ardentes palavras, ensinamentos e ações, caminhos de esperança nas Casas de Caridade. Foram 22 em todo o Nordeste.

Um verdadeiro precursor dos novos tempos de uma educação integral. Lembrem-se de que com Ibiapina começavam as escolas de formação integral para as mulheres nordestinas, o que antes o desbravador da educação na Paraíba, Padre Ignácio de Souza Rolim já havia iniciado para rapazes em suas terras de Cajazeiras.

Andou qual peregrino e anjo do bem por todo o interior da Província da Paraíba do Norte durante muitos anos e foi exatamente entre o Brejo e as margens do Curimataú, precisamente em Santa Fé, naquele momento pertencente à Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras, da Diocese de Olinda, que viveu o Padre Mestre Ibiapina os últimos sete anos de sua vida.

Padre Ibiapina abriu caminhos para os peregrinos que buscam o verdadeiro e genuíno sentido da

fé, para os educadores com um método que inseria a vida no processo de educação, para as mulheres com a educação para elas e com elas, no tempo em que quase só existia a figura do educador.

Tudo isso se confluía para Santa Fé ou para as Casas de Caridade mais ativas daquele momento, em Parari, em Sousa, em Pocinhos, em Santa Luzia, sem falar em outros Estados. Também para Santa Fé vinham os retirantes dos Cariris e dos Sertões em busca do alento da caridade do Servo de Deus e de suas freiras conhecidas por beatas.

É exatamente aí que vemos Santa Fé, não como um lugar qualquer na mente de Ibiapina, mas um lugar pensado para ser o centro vital de sua obra e, ao mesmo tempo, a confluência de vários caminhos, segundo Dom Antônio Muniz Fernandes, Arcebispo de Maceió.

Srªs e Srs. Senadores, quero concluir esta homenagem registrando um fato muito importante em minha vida cristã: a caminhada de Santiago de Compostela.

Pois bem. Em 2003, recebi uma missão do então Arcebispo da Paraíba, Dom Marcelo Cavalheria: colaborar na elaboração do Projeto “Nos Passos de Padre Ibiapina”.

Inspirado nos caminhos de Santiago de Compostela, o projeto “Nos Passos do Padre Ibiapina”, desenvolvido pela ONG Paraíwa com apoio do Governo do Estado, PBTur e Sebrae, extensivo até hoje, procura resgatar os lugares em que o padre mestre passou durante as suas peregrinações pelo Nordeste entre 1856 e 1863.

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Atualmente, o projeto é coordenado por Durval Leal Filho. Esse caminho eu já tive o prazer de fazer três vezes, num percurso de cerca de 58 quilômetros.

Todas as rotas partem do Memorial Frei Damião até o Santuário de Padre Ibiapina, em Solânea – partem de Guarabira –, local onde se encontra sepultado.

Quero concluir destacando minha alegria e satisfação de poder participar da implantação deste projeto e ressaltar sua importância para o desenvolvimento regional.

Meu muito obrigado.

Que Deus proteja a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Cícero Lucena.

Com a palavra, pela Liderança do PMDB, o Senador Gerson Camata, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr^a Presidente.

Eu queria registrar aqui, com a permissão dos demais companheiros, que o Espírito Santo foi a sede da primeira imigração italiana oficial.

Na aproximação da Lei Áurea, da libertação dos escravos, os assessores econômicos do Imperador Dom Pedro II perceberam que teriam que encontrar mão de obra para substituir a mão de obra escrava, porque os portugueses – normalmente os senhores da terra na época – sentiriam muito a falta de mão de obra, já que eles não eram muito habituados aos trabalhos pesados. Então, Dom Pedro começou a trazer italianos, alemães, poloneses para o Brasil para substituir os escravos.

Assim, eu gosto muito de dizer: meu avô não veio aqui para ficar rico; veio aqui para substituir os escravos que trabalhavam nas lavouras de café no Estado do Espírito Santo.

Mas eu queria registrar também que essa primeira expedição de imigração oficial foi trazida para o Brasil no dia 3 de janeiro de 1874. Chamava-se Expedição Tabacchi. Tabacchi era o sobrenome do idealizador dessa expedição, que se chamava Pietro Tabacchi, originário da região italiana de Trento, de onde fugiu depois que seus negócios faliram. Foi parar no Espírito Santo, onde seu espírito empreendedor logo ressurgiu.

Pietro Tabacchi tinha uma ideia antiga de importar mão de obra da Europa para substituir os escravos na agricultura, e demorou para firmar o primeiro contrato que o autorizava a trazer imigrantes italianos. Finalmente, em 31 de maio de 1872, recebeu uma concessão do governo imperial, comprometendo-se a “introduzir 700 imigrantes italianos nas terras de Santa Cruz”, no Espírito Santo, em terras a ele concedidas e que ele resolveu batizar de Nova Trento, em homenagem à cidade onde nascera.

O cenário encontrado pelos recém-chegados não era animador. Durante séculos, o Espírito Santo foi entregue a sua própria sorte pela metrópole, que o condenou ao isolamento, sem estradas e sem escolas. No recenseamento realizado em 1856 pelo Barão de Itapemirim, vice-presidente em exercício, contaram-se apenas 49 mil habitantes no Espírito Santo. O historiador capixaba Luiz Serafim Derenzi relata que o presidente da província, José Bonifácio Nascentes de Azambuja, em maio de 1852, disse à Assembleia: “A Providência Divina vela certamente sobre a população desta província, que, sem o seu auxílio, estaria hoje extinta por falta de recursos de medicina”.

Filho de imigrantes, Luiz Derenzi foi quem, com maior precisão, descreveu a angústia, a ansiedade e

as aflições enfrentadas por aqueles que deixaram sua terra natal. Ele escreveu:

Emigrar é um sacrifício supremo: abandonar seus familiares, seus amigos, seus amores. Trocar sua língua e seus hábitos ancestrais. Compete à nossa geração reverenciar aqueles heroicos aventureiros, que se despediram de sua pátria em busca da felicidade, enfrentando a imprevisibilidade do destino e as vicissitudes surpreendentes do desconhecido.

Eu queria, então, registrar que, no dia 2 de junho de 2008, o Vice-Presidente José Alencar, então Presidente em exercício, sancionou o projeto de lei de minha autoria, transformando-o na Lei 11.687, que institui o dia 21 de fevereiro, o dia da chegada dos primeiros imigrantes no Espírito Santo, como o Dia Nacional do Imigrante Italiano. A lei foi assinada em solenidade no Palácio do Planalto, com a presença do embaixador da Itália e de todos os representantes dos consulados italianos no Brasil.

Transcorreram 136 anos desde a chegada do navio La Sofia. Aqueles pioneiros e os que vieram depois passaram por padecimentos indescritíveis, vivendo em barracas simples ou ao ar livre, sem dispor do menor conforto, enquanto desbravavam regiões de acesso difícil para fundar o que são, hoje, 20 Municípios no interior do Espírito Santo.

Lutaram contra doenças desconhecidas e contra a pobreza, enfrentaram a fome. Mas venceram. Fora da Itália, nosso País tem hoje a maior população de **oriundi**, como são chamados os descendentes de italianos. São cerca de 25 milhões. No Espírito Santo, calcula-se que 65% da população tenha ascendência italiana.

Assim como imigrantes de tantas nacionalidades – alemães, poloneses, libaneses, pomeranos, só para citar alguns –, eles proporcionaram uma inestimável contribuição para o desenvolvimento do Espírito Santo e do Brasil. Merecem, pela passagem do seu dia, a nossa homenagem.

Eu acho que não posso permitir aparte a V. Ex^a, porque falo como Líder e tenho apenas cinco minutos, que estão vencendo.

Senadora Serys, V. Ex^a, que também é descendente de imigrantes que vieram naquela época, merece esta homenagem que presto àqueles primeiros que chegaram, enfrentando tantos problemas, e que ajudaram tanto o Brasil, substituindo os escravos, que naquela época ganharam a sua libertação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Camata. Gostaríamos de elogiar o respeito ao tempo.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, trago hoje à tribuna uma elegia ao meu querido Estado do Amapá, usando tema recorrente nesta tribuna e sobre o qual me manifesto sempre que posso. Falo do turismo, poderoso segmento através do qual revelamos ao mundo as potencialidades e belezas de cada localidade, enquanto consolidamos um processo no conhecimento da história, na sedimentação de costumes, na valorização das tradições, na geração de emprego e renda e na formação profissional.

O turismo é, muito provavelmente, o mais pacífico dos temas quando se fala em desenvolvimento: ninguém discute que aproveitar de forma construtiva os recursos e belezas de uma região é a maneira mais inteligente de torná-la conhecida e procurada por todos.

Muito recentemente, tivemos, em Macapá, a segunda oficina de validação pública do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Roteiro Maracá e Cunani.

O polo abrange 12 Municípios do meu querido Estado: Mazagão, Santana, Macapá, Ferreira Gomes, Porto Grande, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene, Oiapoque, Serra do Navio e Cutias do Araguari. O diagnóstico apresentado é um dos produtos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) que compõem o PDITS.

Durante a audiência, foram apresentados relatórios, diagnósticos, estratégias e planos de desenvolvimento que visem a melhorar as atividades do turismo da minha região.

Senhores, este programa é um instrumento de planejamento do turismo em uma área geográfica selecionada que tem por objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis, em curto, médio e longo prazo, estabelecendo as estratégias para a definição de ações, prioridades e tomada de decisões, além da captação de recursos para investimento em infraestrutura.

Ainda dentro deste anseio de aumentar a competitividade dos destinos turísticos, tivemos, esta semana, o lançamento do programa “Caminhos do Sabor – A União faz o destino”, numa parceria que envolve a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o Ministério do Turismo e o Sebrae.

O foco estratégico do programa é o desenvolvimento para o setor de alimentação, gerando vantagens

competitivas para o turismo, bem como o envolvimento e o comprometimento do poder público, dos empresários e da sociedade civil.

Muitos desconhecem as delícias do nosso Estado – com a permissão dos nossos queridos Senadores e Senadoras – e certamente por isso não o procuram potencialmente como destino turístico. É assim mesmo. Prega o adágio popular que quem não é visto não é lembrado. Estou aqui hoje com o propósito de fazer esse chamamento.

O Estado do Amapá possui uma culinária singular, preparada com o que há de mais saboroso e natural da fauna e da flora amazônicas, numa herança dos primeiros habitantes da região: os índios.

Foi com eles que os amapaenses aprenderam a preparar pratos deliciosos, como a pescada de gurijuba, peixe típico da região; o tucunaré na brasa; e o inesquecível camarão ao bafo. Tem ainda o saboroso e hoje tradicional suco do açaí, o vinho do açaí, todas delícias amazônicas.

Da gastronomia vamos aos monumentos históricos, como o museu Joaquim Caetano, inaugurado em 1895. Entre outros elementos de nossa rica história, o museu reúne todo o acervo da Janary Nunes e a história do meu querido Estado, a nossa história amapaense, desde o período do Contestado, passando pela fase da Cabanagem e do Território Federal, até a atualidade.

Possui sala dedicada à arqueologia, preparada para receber peças raras que contam a história ancestral do Amapá, as civilizações Maracá e Cunani, os achados arqueológicos dos sítios espalhados pelo Amapá. Já fotografias antigas contam os primeiros anos da cidade. Uma preciosidade!

Temos a nossa belíssima fortaleza de São José de Macapá. Entender seu papel é entender o significado de um forte dentro do contexto da disputa territorial da Coroa Portuguesa com grandes potências europeias dos séculos XVII e XVIII.

A questão fronteiriça nessa região sempre gerou inúmeros conflitos, forçando Portugal a construir uma estrutura do tamanho de suas pretensões que era a de consolidar sua presença naquela área. É um dos maiores fortões construídos pela Coroa Portuguesa em terras brasileiras.

Sabiam V. Exªs, telespectadores e ouvintes da rádio Senado, que a fortaleza de São José de Macapá foi eleita uma das sete maravilhas do Brasil? Lá, a gente vê o que os portugueses foram capazes de fazer para guardar aquele canto do Brasil.

Pelos Municípios se estendem as belezas e, consequentemente, o chamamento ao turismo. Em Pedra Branca do Amapari, existem grandes áreas de

florestas densas, cachoeiras e corredeiras, como a da Água Fria, excelente e revigorante para banhos. Em Calçoene, ao norte do Estado, encontra-se o Parque Arqueológico do Solstício, um círculo de pedras que se supõe ser um antigo observatório indígena; a praia do Goiabal, quase intocada... A Serra do Navio é uma atração à parte, com rios que cortam o Município, proporcionando um belíssimo passeio de barco pelas comunidades ribeirinhas e belas paisagens. Com sua fauna muito rica, Serra do Navio é o único lugar do Brasil onde existe uma espécie rara de beija-flor, o "brilho de fogo".

No distante Oiapoque, extremo norte do nosso querido Brasil, já se investe em ecoturismo. O Município possui excelentes lugares para banho, trilhas e para a prática da pesca esportiva. Numa travessia rápida pelo rio Oiapoque, chega-se a Saint Georges, cidade do outro lado do rio, já em território francês. Lá se vê a pororoca, fenômeno que ocorre durante o encontro das águas do oceano Atlântico com as do rio Araguari.

Cutias é outra localidade peculiar, com o voo dos guarás, ave de cor vermelha, e o tradicional festival do pirarucu, com muitas comidas típicas e artesanato.

E as belezas se desdobram e se derramam sobre cada Município do nosso querido Estado...

Aqui, Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, faço apenas breve registro que vem acompanhado de um desejo intenso de mostrar o Amapá ao Brasil. Desejo de dizer: "Ei, estamos aqui! Somos parte dessa terra amada, somos expressão direta da diversidade cultural brasileira!"

Vamos mostrar o Brasil aos brasileiros. Vamos somar forças nessa corrente que potencializa o que já é belo e oferece a contemplação do raro, do pitoresco, do incomparável.

Ao meu querido Amapá, à sua valorosa gente e às belezas que Deus lhe concedeu, o meu muito obrigado e a minha singela homenagem nesta breve comunicação.

Antes, Sr^a Presidente, eu gostaria de homenagear aqui, neste momento, da tribuna do Senado Federal, com a permissão de V. Ex^ss, a presença do meu eterno assessor, desde quando fui Vereador, há 30 e poucos anos, Jaci Siqueira, assessor legislativo; o meu querido amigo também, de longas datas, ex-Vereador, da minha querida cidade de Santana, o João Porfírio, o nosso querido Popó, Presidente da Federação Amapaense de Teatro, e do seu inseparável companheiro, Disney Silva, Vice-Presidente da Federação de Teatro do Amapá.

Muito obrigado, vocês nos brindam e nos honram aqui na tribuna de honra do Senado Federal

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigado pela tolerância do tempo. A senhora, Presidente, tem realmente conduzido aqui com mão de ferro, com pulso, cumprindo o nosso Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Geovani Borges. Eu agradeço realmente o cumprimento do tempo. E nós temos tentado nos pautar o tempo inteiro pelo Regimento: em caso de comunicação inadiável e de liderança, cinco minutos, prorrogáveis por mais dois; pela inscrição, dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, por permuta com o Senador Arthur Virgílio, com a palavra o Senador Marco Maciel, logo após o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ontem eu fiz um pronunciamento, nesta tribuna, estranhando e lamentando o fato de o Governador do Estado do Piauí ter requisitado tropas federais para resolver uma questão envolvendo a Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado. Lamentei por vários motivos, até porque S. Ex^a convocou membros do Ministério Público para servirem de mediadores nessa questão. Ao convocar tropas federais, S. Ex^a comete alguns equívocos, um dos quais, tirar a autoridade das partes envolvidas.

Nós sabemos que o comandante da Polícia Militar do Piauí é um homem de liderança e um homem de autoridade. A partir do momento em que você convoca tropa federal, você lhe tira a legitimidade de comandar, de maneira serena e equilibrada, uma negociação dessa maneira.

Lembrei que a última vez em que nós tivemos tropas federais no Piauí foi no início da década de 60, quando houve uma crise interna envolvendo a Polícia Militar do Piauí, que ficou amotinada, inclusive, nas imediações do antigo quartel da Polícia Militar, num momento de dificuldade política que o Brasil vivia, e se tornou necessária essa convocação. Era o Governo do então Governador Petrônio Portela, mas, naquele momento, a convocação era um ato de autoridade do governante, diferentemente de agora. Por felicidade, está em plenário um ex-Governador do Piauí, o Senador Hugo Napoleão, que conviveu com greves e com incompreensões, inclusive dentro da Polícia Militar e da Polícia Civil, mas as resolveu por meio do diálogo, sem a necessidade da convocação de tropas federais.

O mais grave disso tudo, Senador Geraldo Mesquita, é que o anúncio da convocação dessas tropas me parece mais uma bravata de S. Ex^a para chantagear as partes envolvidas no conflito. Mas a matéria anun-

ciada diz que as tropas estão convocadas, publicada no *Diário Oficial*, e um avião da FAB pronto para fazer o deslocamento, se assim for necessário. Por outro lado, anuncia e ameaça os envolvidos, funcionários do governo do Estado, de que, se o assunto não for resolvido, as tropas chegarão no Piauí.

Parece um pouco, Senador Azeredo, aquela brincadeira de menino em que, se você não resolve com seu colega uma parte do litígio, eu vou chamar minha turma. Uma coisa inadequada, incompatível com um governador de Estado que até então vendeu, no Piauí, a imagem do equilíbrio e a imagem da sensatez.

Estou de acordo que essa situação e essa greve o pegam no pior momento, momento de dúvida, momento de incerteza, mas, acima de tudo, momento de crise. O Estado do Piauí está literalmente quebrado. O Estado do Piauí está na bancarrota, e S. Ex^a, com a megalomania que lhe é peculiar, fez promessas ao povo do Piauí que não pode cumprir. O prazo para desincompatibilização, caso queira disputar algum mandato eletivo, esgota-se a quarenta dias, e S. Ex^a está, na verdade, envolvido numa questão de decisão política que ele próprio criou.

O governador do Piauí, Presidente Serys, jogou um cesto de pedra para cima e se esqueceu de sair de baixo. Elas estão caindo todas sobre sua cabeça. Convidou quatro políticos piauienses para serem seu sucessor, estimulou a todos, deu a todos a perspectiva de que tinha, em cada um deles, o candidato do coração. É a mesma coisa, Senador Azeredo, que você pegar quatro gatinhos famintos, botar dentro do saco e, na hora, ter que tirar só um; os outros unham. Isso é para mostrar que a divisão na base do Estado está iminente.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) - Estou fazendo este registro porque soube que hoje o Governador bateu a mão na mesa de uma maneira muito diferente daquela como ele agiu durante os oito anos, dizendo que, no Piauí, quem manda é ele, ele faz o que quer, ele manda como quer. Não é bem assim! Governador de Estado tem compromisso. Governador de Estado tem responsabilidades. Governador de Estado não pode extrapolar os limites que a lei lhe confere. A convocação de tropas federais para o Piauí é um absurdo, é desnecessária! Por que o governador, que tem origem sindicalista, não procurou ou não procura as partes envolvidas para resolver a questão? Essa ameaça é imprópria, essa ameaça mancha o Piauí, mancha a história pacífica dos piauienses.

Portanto, faço o registro. O Governador, claro, pensa que pode fazer o que quer, e eu penso que, dentro

dos limites conferidos pelo povo do Piauí, posso vir a esta tribuna denunciar, mostrar, comunicar ao País o que está sendo cometido lá no Estado.

O argumento usado por S. Ex^a ou pelos seus assessores é de que no Maranhão se fez assim. Não me interessa quando, como e por que. Por maior apreço que eu tenha pelo Estado do Maranhão e por alguns maranhenses que conheço, as minhas obrigações são exclusivamente com os desmandos cometidos no Estado do Piauí. Se eu não consigo nem resolver, nem fazer com que se parem os desmandos e os escândalos piauienses, eu não tenho autoridade para me envolver com o que se pratica no Estado do Maranhão.

Acho que os maranhenses devem tratar do Maranhão; os piauienses, do Piauí; e o Presidente da República, dentro do Espírito Federativo, da Nação como um todo. Mas, daí a eu ter que proceder no Piauí porque assim se procede no Maranhão, vai uma distância muito grande. Não é do meu feitio, e jamais ouvirão de mim algo nessa direção e nesse sentido.

Eu, mais uma vez, faço aqui um registro de protesto pela maneira imprópria como se portou S. Ex^a o Governador. Num arroubo de autoridade que não mostrou possuir durante sete anos e tanto de Governo, quer agora, nos estertores finais, quando o ocaso se avizinha, mostrar ao Piauí que é um machão.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Heráclito.

Com a palavra, pela inscrição, por permuta com o Senador Arthur Virgílio, o Senador Marco Maciel. Logo após, pela Liderança da Minoria, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, Senador Sadi Cassol, Senador Eduardo Azeredo, Senador Heráclito Fortes, Senador Hugo Napoleão, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Sr^ss e Srs. Senadores, ao longo de todo o ano de 2009, um clamor que se fez bastante frequente no plenário desta Casa dizia respeito à crise financeira e orçamentária vivida pela grande maioria dos Municípios brasileiros.

Diversos Senadores, entre os quais me incluo, posicionaram-se solidariamente ao lado dos Prefeitos de todos os recantos do País. O ano de 2009 representou, para os executivos municipais, um período de enormes dificuldades, com a arrecadação em viés de baixa, e ainda não está definitivamente afastado o receio de que tal quadro se repita em 2010.

Aliás, abro um parêntese para lembrar que o Presidente José Sarney, Presidente do Senado Federal, criou uma comissão constituída pelos Senadores Francisco Dornelles, Aloizio Mercante, Tasso Jereis-

sati e Pedro Simon. Eu também fiz parte desse grupo que propôs algumas providências necessárias a que a crise não produzisse impactos tão negativos sobre a economia brasileira.

De fato, no ano passado, as Prefeituras brasileiras sentiram, de forma intensa, os efeitos da crise mundial. O golpe foi ainda mais duro se considerarmos que o ano de 2008 havia sido altamente favorável para as prefeituras, em termos do repasse de recursos efetuados pelo Governo Federal aos Governos Estaduais e Municipais.

Analisemos, por exemplo, a evolução dos repasses referente ao Fundo de Participação dos Municípios, o famigerado FPM.

Sabemos da importância do FPM para as finanças de milhares de prefeituras de todo o País, sobretudo nas regiões mais desfavorecidas, com é o caso das cidades do Norte e podemos dizer, sobretudo, do Nordeste do País.

Historicamente, Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, em termos de valores repassados pelo FPM. Segundo a Secretaria de Tesouro Nacional, em 2008 foram repassados aos Municípios, já deduzidos os valores destinados ao Fundeb, R\$42,3 bilhões, Desse total, os Municípios pernambucanos receberam R\$2,1 bilhões.

Em 2009, em virtude de uma série de fatores que discutiremos a seguir, a história foi diferente. O FPM repassou R\$40 bilhões aos Municípios brasileiros, já descontados os repasses ao Fundeb. As prefeituras de Pernambuco – e exemplifico com o Estado que aqui tenho a honra de representar no Senado Federal – receberam, no total, R\$2 bilhões, R\$100 milhões a menos do que haviam recebido para falar no ano de 2008.

Vemos, portanto, que a queda nos repasses foi significativa, sobretudo se levarmos em conta que o Governo Federal em duas oportunidades complementou o FPM com injeções de R\$1 bilhão cada, no primeiro e no segundo semestre de 2009. De qualquer forma, não foram compensadas as perdas inflacionárias, que por si só já marcariam um retrocesso em relação aos valores de 2008.

As causas da queda dos valores do FPM são claras e resultam da combinação de fatores relacionados, primordialmente, à crise financeira enfrentada pela economia mundial nos últimos dois anos. Aliás, a crise que nos afetou em 2008, em 2009 e que ainda afeta um pouco em 2010 atingiu, temos de lembrar, países do Primeiro Mundo. O Brasil sofreu menos por conta de algumas políticas anticíclicas, mas, de toda maneira, sofreu também, inclusive no que diz respeito à geração de emprego.

A crise afetou a arrecadação dos impostos federais. Com menos renda sendo gerada, a arrecadação do Imposto de Renda diminuiu, afetando, consequentemente, o FPM.

Para combater os efeitos da crise sobre a economia brasileira, o Governo Federal adotou, entre outras, a estratégia de reforçar o consumo por meio da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos automotores, eletrodomésticos e outros produtos.

Trata-se, Srª Presidente Serys Slhessarenko, de uma decisão que certamente tem seus méritos, pois estimula setores importantes da economia. O efeito sobre as contas municipais, contudo, foi desastroso, pois a redução do IPI arrecadado repercutiu de forma negativa sobre o montante do FPM. As sucessivas reduções do valor repassado aos Municípios ao longo de 2009 mostraram o tamanho da crise que as prefeituras vêm enfrentando desde o fim de 2008.

Vejamos alguns números que demonstram a gravidade do quadro enfrentado pelos Executivos locais, ou seja, prefeituras municipais dos Estados, sobretudo do Nordeste e Norte do País. Já no primeiro trimestre de 2009, podemos constatar uma queda na arrecadação de tributos federais de mais de 11% em relação ao mesmo período de 2008.

A repercussão dessa queda no FPM foi imediata. Os valores repassados aos Municípios em março de 2008 haviam somado dois bilhões e novecentos e setenta milhões de reais. Os valores referentes ao mesmo mês de 2009 alcançaram apenas dois bilhões e seiscentos e vinte e sete milhões de reais – uma queda, portanto, de 11,5%. Uma correspondência quase exata – assinalemos – em relação à queda na arrecadação.

Em outras palavras, quem financiou indiretamente os subsídios concedidos às empresas com a redução do IPI foram exatamente as Prefeituras – é bom frisar isso. Ou melhor: o povo mais carente e mais necessitado – leia-se Norte e Nordeste –, que não se beneficiou, em absoluto, da queda nos preços dos veículos, pagou um preço altíssimo, pois teve acesso a menos hospitais, menos obras de infraestrutura, menos escolas, menos moradia e, portanto, menos ação social.

A reação de inúmeros prefeitos passou, rapidamente, da apreensão ao desespero. Creio que nunca recebemos tantas comitivas de prefeitos no Congresso Nacional como as que recebemos ao longo do último ano, ou seja, 2009.

Tivemos notícias, vindas de todo o País, cobrando medidas extremas como, por exemplo, o fechamento temporário de Prefeituras, como aconteceu no Paraná, no Piauí, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e

em outros Estados. As paralisações foram motivadas, em parte, por protestos, mas quero acreditar também que, em parte, muitas Prefeituras pararam pela pura e simples falta de recursos para funcionar.

Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, medidas não tão desesperadas, mas ainda assim preocupantes, foram bem mais comuns e disseminadas. Milhares de Municípios cortaram investimentos, racionaram recursos, reduziram a oferta de serviços básicos.

Prefeituras de grande porte, como é o caso das de Belo Horizonte, Senador Eduardo Azeredo, tiveram de paralisar obras e reestruturar suas despesas e seus planos de investimento, segundo informações que recebi.

Nunca é demais, Sr^as e Srs. Senadores, lembrar a importância que o Fundo tem para a imensa maioria das prefeituras do País. Mais de 80% dos Municípios da Nação brasileira têm, no FPM, sua principal fonte de recursos.

Em vários desses Municípios, a situação financeira é agravada pela superposição de encargos, como precatórios e dívidas previdenciárias, que reduzem ainda mais a parcela repassada pelo Governo Federal.

As flutuações mensais destes valores, da mesma forma, obrigam os prefeitos a realizarem verdadeiros malabarismos orçamentários e lhes sonegam qualquer possibilidade de planejamento estratégico de médio ou longo prazo. O dinheiro mal dá para apagar os compromissos administrativos que não param de surgir, como é comum acontecer em qualquer cidade, independentemente de tamanho.

Dante desse quadro, Sr^a. Presidente, algumas conclusões ficam muito evidentes.

Em primeiro lugar, precisamos reestruturar o pacto federativo adotado no Brasil, nomeadamente na Constituição de 1988, ao reconhecer, merecidamente, os Municípios como entes federativos. Ao serem alçados a essa os Municípios receberam encargos e obrigações, mas ainda não foram agraciados com os meios suficientes e adequados para fazer frente às suas responsabilidades.

O Governo Federal, ao centralizar em si o recebimento de impostos e definir os critérios para sua distribuição, invariavelmente, desequilibra a balança em seu favor e fica com a parte do leão no rateio dos recursos públicos. Basta mencionar a criação de contribuições, em vez de impostos, como uma maneira de evitar a divisão da arrecadação com os demais entes federativos, para exemplificar o tipo de estratégia de que dispõe o Governo Federal.

Vou concluir, Sr^a Senadora Serys Slhessarenko.

Concordamos, porém, com o fato de que uma reforma do pacto federativo é tema para debates mais profundos e demorados. O que não afasta, absolutamente, a necessidade de lidar com o problema imediato da persistente redução dos recursos repassados às prefeituras via Fundo de Participação dos Municípios.

O objetivo que pretendemos alcançar, no curto prazo, é muito claro: é preciso proteger Estados e Municípios das variações negativas de que são vítimas os fundos constitucionais, em decorrência, sobretudo, das estratégias tributárias praticadas pelo Governo Federal.

A solução até aqui apresentada, qual seja, a injeção emergencial de recursos para compensar as perdas, não é satisfatória, pois os valores oferecidos ficam aquém das perdas sofridas pelos fundos em questão.

Buscamos, portanto, garantias mais efetivas de que os Municípios poderão contar com seus recursos para o cumprimento de suas obrigações. Para tal, é imprescindível proteger o valor real dos fundos constitucionais, seja garantindo que eles não sofram reduções, seja criando fundos emergenciais que complementem as perdas eventuais sofridas pelos fundos constitucionais.

A primeira opção é contemplada por Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2009, apresentada pelo Senador José Agripino, Líder do DEM aqui no Senado Federal, meu Partido. A PEC em questão busca alterar o artigo 159 da Constituição Federal no sentido de determinar que sejam automaticamente compensados quaisquer benefícios tributários concedidos pela União que afetem negativamente as receitas devidas a Estados e Municípios.

A segunda opção é objeto de duas proposições que, pela sua proximidade temática, devem passar a tramitar em conjunto.

Estou encerrando, Sr^a Presidente.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 137, de minha autoria, que determina a criação do Fundo de Assistência Financeira Emergencial aos Municípios, e do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2009, de autoria do Senador Inácio Arruda, que propõe a criação do Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas.

Em suma, falamos de projetos que buscam, essencialmente, garantir que os repasses destinados a Municípios e Estados não sofram reduções fortuitas, permitindo que governadores e prefeitos possam planejar com mais tranquilidade os investimentos necessários ao bem-estar dos seus governados.

Concluo, Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, com um apelo duplo: aos membros desta Casa, para que

analisemos as proposições que mencionem, pois elas têm o potencial para melhorar substancialmente a condição financeira dos Estados e Municípios brasileiros; e ao Governo Federal, para que retome, com a urgência que o tempo requer, o debate a respeito do pacto federativo no País. Devo lembrar que a Constituição de 88 foi a primeira a reconhecer os municípios como entes federativos. De todas as constituições republicanas, foi, certamente, a primeira a conceder esse benefício aos Municípios, mas, na prática, isso não está funcionando. Os fundos constitucionais, justamente nossos principais instrumentos no combate às desigualdades regionais e seu enfraquecimento, representam um violento retrocesso no longo caminho da busca do equilíbrio socioeconômico entre as diversas regiões do País.

Era o que tinha a dizer, nobre Senadora Serys Sihessarenko. Espero que as considerações aqui feitas concorram na busca de solução para melhorar a condição de vida de milhões de brasileiros que vivem e moram em inúmeros Municípios carentes e necessitados, portanto, do apoio federal e, sobretudo, de políticas públicas que melhorem a sua condição social.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Sihessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Marco Maciel.

Com a palavra, pela Liderança da Minoria, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr.^a Presidente, Srs. Senadores presentes nesta sessão, quero iniciar a minha fala, trazendo dois assuntos. Mas há ainda, na verdade, um terceiro assunto que gostaria de levantar, qual seja, o fato de que o Presidente Lula está em visita a Cuba pela quarta vez.

Eu também já estive em Cuba, tenho todo o respeito pelo País, mas é interessante ressaltar que ao Canadá o Presidente Lula não foi nenhuma vez em sete anos. Consegui espaço para ir a Cuba quatro vezes e não consegui espaço para ir ao Canadá nenhuma vez.

Tenho dados aqui, Senadora Serys, que mostram que o Canadá é a 15^a economia global, enquanto que Cuba é a 64^a. Do ponto de vista de exportações, exportamos para o Canadá 1 bilhão e 700 milhões e, para Cuba, 277 milhões apenas. No ranking de exportações, o Canadá é o 24º país para qual exportamos, enquanto que Cuba é o 64º. O Canadá tem 33 milhões de habitantes, Cuba tem 11 milhões.

Então, fica apenas esta indagação, com todo o respeito, com admiração pelo esforço do povo cubano: gostaria de saber qual é o critério que o Presidente

Lula está usando para não visitar o Canadá e ir quatro vezes a Cuba.

Eu quero trazer aqui, Presidente, um requerimento para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 72 anos, de Roberto Lima de Antunes Siqueira, ocorrido em Belo Horizonte em 22 de dezembro de 2009.

Roberto Siqueira é considerado o “pai da urna eletrônica”, por ter sido o especialista que mais contribuiu para a elaboração do atual modelo eleitoral no Brasil. Foi ele quem apresentou, em 1995, em parceria com a IBM, um protótipo ao Tribunal Superior Eleitoral, a partir do qual foi desenvolvida a atual urna.

Roberto Siqueira foi também responsável pela estruturação da área de informática do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em particular da Justiça Eleitoral.

Ainda em 1974, promoveu a primeira experiência de utilização, em Minas, de computadores para a totalização dos resultados da eleição, em substituição às máquinas de calcular.

Foi diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas. Em 1989, a convite do então Presidente do TSE, Ministro Carlos Velloso, dirigiu a Secretaria de Informática daquele órgão, tendo sido indicado para compor a comissão de notáveis que viria a propor as inovações do atual sistema eleitoral brasileiro, a partir de sua informatização.

Advogado, funcionário de carreira da Justiça e analista de sistemas autodidata, Roberto Siqueira foi uma pessoa de conhecimento multidisciplinar formidável, o que o induziu à humildade, realizando a necessária interlocução com os magistrados, com os partidos políticos e com os técnicos de diversos níveis.

Nada havia que o perturbasse no processo eleitoral – fosse uma discussão política entre militantes, fosse o natural avanço dos resultados da capital contra o eventual atraso dos resultados vindos do interior. Até nisso, ele providenciava o necessário equilíbrio, talvez por conhecer a alma do eleitor.

Nas eleições em que a informática era colocada em dúvida, o que acontece até hoje, ele respondia com calma aos partidos, propondo uma reunião com cada um e depois com todos. Não havia grupo que saísse insatisfeito com as explicações.

Além do sistema eleitoral que acontecia de dois em dois anos, expandiu progressivamente o sistema de controle de processo do Tribunal de Justiça de Minas por todas as comarcas, respeitando cada magistrado na sua independência e usando tecnologias da época – mini e microcomputadores – e muito antes das atuais soluções via Internet.

Roberto Siqueira literalmente “tirou leite de pedra”, poderíamos dizer, pelos rincões do interior mineiro e

também Brasil afora. E deixa para nós todos a missão de continuarmos a sua missão, renovando tecnologias, como voto digital e biométrico, interligando todas as comarcas do Brasil e, principalmente, aperfeiçoando a interlocução de todos, seja no direito sagrado do eleitor de fazer sua escolha eleitoral, seja no direito de todo cidadão de buscar uma Justiça rápida e eficaz na defesa dos direitos.

Roberto Siqueira faleceu em Minas Gerais no último mês de dezembro, aos 72 anos, deixando a viúva Dona Guiomar, os filhos Roberta e Sérgio e netos. Faço este requerimento em homenagem a Roberto, que pude conhecer de perto, trabalhar com ele na época em que eu também trabalhava como analista de sistemas na IBM. E pude ver o seu esforço para conhecer todo o sistema eleitoral pelo mundo afora, até chegarmos o que somos hoje, um País de vanguarda na tecnologia eleitoral.

Sra Presidente, trago ainda aqui um ponto para inserção em ata do notável artigo do Governador de São Paulo, José Serra, ex-Senador e ex-Ministro da Saúde, publicado na revista *Veja* desta semana, intitulado “Vida Longa à Nova República”, período que completa 25 anos em março, mês em que Tancredo Neves deveria tomar posse na Presidência da República.

Todos devem se lembrar que essa era a nomenclatura dada à primeira vez que um civil ocuparia a Presidência da República [após o golpe de 64].

Em texto conciso, mas denso e profundo, Serra analisa os últimos 25 anos e começa afirmando que “há razões para sustentar que se trata da fase da história do Brasil com o maior número de conquistas de indiscutível qualidade política e humana”.

Fala Serra da continuidade que supera o período do regime militar e, aprofundando na história, da sucessão de Getúlio Vargas, afirmando que, “em primeiro lugar, o País nunca havia conhecido um quarto de século ininterrupto de democracia de massas. É nítido o contraste com a oligárquica República Velha, de eleições a bico de pena, sacudida por intervenções nos estados, revoluções e instabilidade”.

O Governador de São Paulo, José Serra, ressalta a expansão sem precedentes da cidadania e do exercício do voto, “... com o eleitorado praticamente se confundindo com o universo da população adulta” e “coincide com o período de completa ausência de conspirações, golpes militares, quarteladas, intervenções preventivas e epílogos políticos trágicos ou temerários”.

Detalha em seu artigo cada período desde o Império chegando até a renúncia de Jânio em 1961, concluindo que “... é a primeira vez que o fator militar desaparece da política brasileira, e a hipótese do golpe

dos quartéis [como alternativa de solução dos impasses] se torna na prática impensável”.

Serra também alerta que essa “tranquilidade” não foi conseguida de maneira graciosa, mas, sim, através de muito esforço e exercício da democracia. E, no plano econômico, foi um período em que o País conseguiu sair de uma inflação acelerada para achar, por si só, a solução para sua economia, mesmo após vários reveses em planos que se sucederam e tendo que enfrentar as grandes crises financeiras mundiais (1994–1995, 1997–1998 e a última, em 2007–2008).

Destaco ainda o pensamento de que “a alternância tranquila no poder de forças político-partidárias antagônicas provocava sempre a polarização e a radicalização da sociedade brasileira.

São exemplos os períodos de 1954 e 1955 e, com consequências mais graves, entre 1961 e 1964. Nesse quarto de século, a alternância passou a fazer parte das conquistas adquiridas. Já ninguém mais contesta a legitimidade das vitórias eleitorais, do processo democrático e do natural desejo dos adversários, vitoriosos, de governar sem perturbações.

José Serra cita ainda a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores que antes – lá atrás – representou o comportamento radical como a decisão de punir seus Deputados que votaram em Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985 (eram apenas cinco Deputados) e sua recusa (a recusa do PT) em homologar a Constituição de 1988. E mais: o Partido também se opôs à estabilização da economia brasileira, denunciando, com estridência, o Plano Real, o PROER e a Lei de Responsabilidade Fiscal. A memória curta não pode estar presente sempre: há que se lembrar! O PT soube, finalmente, colher os bons frutos. Os bons frutos destas decisões que o País tomou: a decisão de eleger Tancredo Neves, a decisão de fazer uma nova Constituição, a decisão de fazer a estabilidade econômica com o Plano Real, a instituição do Proer, que saneou o sistema financeiro brasileiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Todas essas medidas tiveram a oposição do Partido dos Trabalhadores! Mas, hoje, ele colhe os seus frutos, como se tudo o que acontece hoje fosse obra de 2003 para cá.

Senadora Serys, eu já termino... Mais um minuto e meio, talvez mais dois minutos.

Fala em seguida, o Governador Serra, da estabilidade da moeda e do crescimento e desenvolvimento do País, com idas e vindas, ultimamente esquecido, mesmo resolvendo a questão da dívida externa “e a expansão do acesso às camadas de rendimentos

modestos ao crédito e ao consumo, inclusive de bens duráveis".

Pondera ainda que as conquistas devem ser analisadas no seu todo, não como "milagres instantâneos", mas o resultado de "êxitos e fracassos juntos" e que "nenhuma conquista é permanente ou definitiva, garantida, irreversível".

Homenageia os fundadores da Nova República dizendo: "A verdade é que os fatos alinhados acima, indiscutíveis na sua consistência e na sua imensa importância, atestam o discernimento e a sabedoria que deram perenidade à obra fundadora dos grandes responsáveis pela Nova República. E aqui evoco os nomes de alguns que já nos deixaram, além de Tancredo: Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola, Teotônio Vilela, José Richa, Mário Covas, Sobral Pinto, Raymundo Faoro e Celso Furtado".

Caminhando para a conclusão, diz: "As fases da história não podem ser arbitrariamente datadas a partir de um ou outro governante ao qual queiram alguns devotar um culto de exaltação. Elas só terão coerência se corresponderem a instantes decisivos de mudança institucional: a República, a Revolução de 1930, a Primeira Redemocratização, em 1945, o golpe de 1964, a Segunda Redemocratização ou Nova República.

E conclui: "O Brasil de hoje tem a cara e o espírito dos fundadores da Nova República; senso de equilíbrio e proporção; moderação construtiva na edificação de novo pacto social e político; apego à democracia, à liberdade e à tolerância; paixão infatigável pela promoção dos pobres e excluídos, pela eliminação da pobreza e pela redução da desigualdade.

É na fidelidade a esse legado que haveremos de manter e superar o que até aqui se tem feito e realizar mais e melhor para o crescimento integral do povo brasileiro".

Sra Presidente Srs. Senadores agradeço a tolerância da Senadora Serys tendo em vista ter usado o tempo em excesso e, pela pertinência, solicito que este artigo seja incorporado a este meu breve pronunciamento e passe a constar dos Anais desta Casa.

É um artigo que mostra a importância da chamada Nova República, a importância dos últimos 25 anos na consolidação de um Brasil moderno, para o qual contribuíram todos, o Partido de V. Ex^a, o meu Partido, os brasileiros como um todo.

Muito obrigado, Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

VIDA LONGA À NOVA REPÚBLICA

Nos 25 anos passados desde a redemocratização, a sociedade brasileira amadureceu, alcançou a estabilidade política e encontrou o rumo do crescimento

A Nova República completa 25 anos em março, mês em que Tancredo Neves deveria tomar posse na Presidência. Há razões para sustentar que se trata da fase da história do Brasil com o maior número de conquistas de indiscutível qualidade política e humana.

Em primeiro lugar, o país nunca havia conhecido um quarto de século ininterrupto de democracia de massas. É nítido o contraste com a oligárquica República Velha, de eleições a bico de pena, sacudida por intervenções nos estados, revoluções e instabilidade.

O período supera igualmente a fase democrática após a queda de Getúlio Vargas, em 1945. E não só pela duração – o regime da Constituição de 1946 foi desfeito em menos de vinte anos pelo golpe que derrubou João Goulart. A Nova República vai muito além na expansão sem precedentes da cidadania e na eliminação quase total das restrições ao direito de voto, com o eleitorado praticamente se confundindo com o universo da população adulta.

Longe de acarretar maior instabilidade, a ampliação da participação das massas populares coincide com um período de completa ausência de conspirações, golpes militares, quarteladas, intervenções preventivas e epílogos políticos trágicos ou temerários. Bem diferente do período anterior, que teve Aragarcas e Jacareacanga, durante o governo de Juscelino Kubitschek; o movimento do marechal Lott, de 11 de novembro de 1955; o suicídio de Vargas, em 1954; e a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

Desde a Questão Militar do Império, passando pela primeira década da República, pela Revolta da Armada, pelo tenentismo, pela Revolução de 1924, pela de 1930, pela de 1932, pela insurreição comunista de 1935, pelo golpe de novembro de 1937 e pelo golpe de 1964, é a primeira vez que o fator militar desaparece da política brasileira, e a hipótese do golpe dos quartéis se torna na prática impensável.

Não se pode atribuir essa tranquilidade à ausência de fatores de desestabilização, que foram às vezes dramáticos: a doença e a morte inesperada do presidente eleito no momento mesmo da transição do regime militar para o civil, o processo de impeachment e afastamento de Collor.

Muito menos se pode alegar que tudo se deve a uma conjuntura econômico-social particularmente favorável. Ao contrário: boa parte dos últimos 25 anos se desenrolou sob o signo da aceleração da inflação, até atingir o limiar da hiperinflação, com o agravamento

dos conflitos distributivos. Em seguida, houve a fase das grandes crises financeiras mundiais (1994-1995, 1997-1998, 2007-2008). Convém não esquecer a coincidência também com as décadas perdidas em matéria de crescimento econômico. Não faltaram reveses sérios que, em outras épocas, teriam abalado as instituições. Um dos maiores foi o fracasso do Plano Cruzado e dos inúmeros planos que se sucederam, alguns com medidas draconianas, como o confisco da poupança.

Não obstante tais obstáculos, a Nova República conseguiu completar com normalidade uma conquista que permaneceu fora do alcance dos regimes do passado. A alternância tranquila no poder de forças político-partidárias antagônicas provocava sempre a polarização e a radicalização da sociedade brasileira. São exemplos os períodos de 1954-1955 e, com consequências mais graves, entre 1961 e 1964. Neste quarto de século, a alternância passou a fazer parte das conquistas adquiridas: já ninguém mais contesta a legitimidade das vitórias eleitorais, do processo democrático e do natural desejo dos adversários vitoriosos de governar sem perturbações.

O resultado é ainda mais impressionante quando se observa que uma dessas alternâncias aparentemente mais contrastantes foi a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, encarado, a princípio, se não como força desestabilizadora, ao menos de comportamento radical e deliberadamente à margem na política nacional. Basta lembrar, como exemplo, a decisão do PT de punir seus deputados que votaram em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, e sua recusa em homologar a Constituição de 1988.

O PT, aliás, acabou por ser, por paradoxal que pareça, um dos principais beneficiários dos grandes erros históricos de julgamento que cometeu. Nos dois primeiros casos, porque a eleição do primeiro presidente civil e as conquistas sociais e culturais da Constituição foram os fatores-chave que possibilitaram criar o clima que eventualmente conduziria o partido ao poder. Outros erros históricos seguiram-se àqueles. O partido também se opôs à estabilização da economia brasileira, denunciando com estridência o Plano Real, o Proer e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas soube, posteriormente, colher seus bons frutos.

Este último exemplo, o da estabilização, é especialmente notável. Os governos militares, apesar dos 21 anos de poder discricionário em termos de elaboração de leis e normas, com elevado grau de repressão social e sindical, fracassaram por completo em liquidar a herança da inflação, acelerada na segunda metade dos anos 1950, mas que provinha do fim da

II Guerra Mundial. Pior do que isso: agravaram em muito o problema ao criar a indexação da moeda, que tanto iria complicar o combate à inflação. Ao mesmo tempo, conduziram o país para a gravíssima crise da dívida externa a partir de 1981-1982, dando início a quase uma década e meia perdida no que respeita ao crescimento econômico.

O Brasil, que, segundo os estudos do professor Angus Maddison, havia sido por mais de um século, entre 1870 e 1980, o país de maior crescimento médio entre as dez maiores economias do mundo – EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, China, Índia, União Soviética, Brasil e México –, esqueceu a fórmula do crescimento e passou até a menosprezá-lo, como, aliás, ainda o fazem alguns.

Pois bem, o período de um quarto de século da Nova República, sem repressão nem poderes especiais, conseguiu finalmente derrubar a superinflação. Fez mais: resolveu o problema persistente da dívida externa herdada e até deu começo a uma retomada promissora do crescimento econômico, e à expansão do acesso das camadas de rendimentos modestos ao crédito e ao consumo, inclusive de bens duráveis.

Duas observações acautelatórias se impõem a esta altura. A primeira é que as conquistas da Segunda Redemocratização não foram o resultado de milagres instantâneos. Custaram esforços enormes e, com frequência, só se deram depois de muitas tentativas e erros. É por isso que o período tem de ser analisado na sua integridade, êxitos e fracassos juntos, já que estes são partes inseparáveis do processo de aprendizagem coletiva, para o qual contribuíram numerosos dirigentes e cidadãos numa linha de continuidade, não de negação e ruptura.

“As fases da história não podem ser arbitrariamente datadas a partir de um ou outro governante ao qual queiram alguns devotar um culto de exaltação.”

Elas só terão coerência se corresponderem a instantes decisivos de mudança institucional:

A República, a Revolução de 1930, a Primeira Redemocratização, em 1945, o golpe de 1964, a Segunda Redemocratização ou Nova República”

A segunda é que nenhuma conquista é definitiva, nenhum progresso é garantido e irreversível. Assim como não somos escravos dos erros do passado, tampouco devemos crer que a eventual sabedoria dos acertos de ontem se repetirá invariavelmente hoje e amanhã. É necessário destacar tal aspecto porque a estabilidade, o crescimento e os ganhos de consumo, no que concerne ao panorama econômico-social, ainda

não têm garantidas as condições de sustentabilidade no médio e no longo prazos.

Nosso dever é, por conseguinte, o de assumir com humildade e coragem a herança desses 25 anos, não para negar o passado, mas para superá-lo, a fim de fazer mais e melhor. Não é apenas por uma coincidência deste momento com o aniversário dos primeiros 25 anos da Nova República que devemos reclamar essa denominação, injustamente esquecida devido talvez às decepções dolorosas dos primeiros anos, quando a história nos surpreendeu com o desaparecimento prematuro de Tancredo Neves, o galope da superinflação e a renitência do patrimonialismo na vida pública brasileira. Mas o Brasil mudou para melhor.

A verdade é que os fatos alinhados acima, indiscutíveis na sua consistência e na sua imensa importância, atestam o discernimento e a sabedoria que deram perenidade à obra fundadora dos grandes responsáveis pela Nova República. E aqui evoco os nomes de alguns que já nos deixaram, além de Tancredo: Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola, Teotônio Vilela, José Richa, Mário Covas, Sobral Pinto, Raymundo Faoro e Celso Furtado.

O exemplo inspirador de Nelson Mandela está aí para nos mostrar que a grandeza do instante fundador não se esgota naquele momento da partida, mas continua a fazer diferença no futuro. As fases da história não podem ser arbitrariamente datadas a partir de um ou outro governante ao qual queiram alguns devotar um culto de exaltação. Elas só terão coerência se corresponderem a instantes decisivos de mudança institucional: a República, a Revolução de 1930, a Primeira Redemocratização, em 1945, o golpe de 1964, a Segunda Redemocratização ou Nova República. A razão não é difícil de compreender e já está presente em Maquiavel: os fundadores de uma nova ordem na base da virtude em grande parte determinam como haverão de viver os homens e mulheres de acordo com as leis e a Constituição criadas.

O Brasil de hoje tem a cara e o espírito dos fundadores da Nova República: senso de equilíbrio e proporção; moderação construtiva na edificação de novo pacto social e político; apego à democracia, à liberdade e à tolerância; paixão infatigável pela promoção dos pobres e excluídos, pela eliminação da pobreza e pela redução da desigualdade. É na fidelidade a esse legado que haveremos de manter e superar o que até aqui se tem feito e realizar mais e melhor para o crescimento integral do povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Eduardo Azeredo, a sua solicitação será atendida de conformidade com o nosso Regimento.

Passo a Presidência ao Senador Romeu Tuma.

A próxima a falar, pela inscrição, por permuta com o Senador Romeu Tuma, é a minha pessoa.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti.

Queria deixar claro que a troca de lugar é regimentalmente correta porque o meu lugar será passado para a inscrição de V. Ex^a.

V. Ex^a tem a palavra, como inscrita, por dez minutos, prorrogáveis por mais um tempo que V. Ex^a necessitar para completar o seu importante discurso. Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de dizer, Senador, que sou a Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a me chamou de Ideli Salvatti, com toda a honra que me chamar de Ideli Salvatti me cabe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Não, mas é Serys Slhessarenko, que eu aprendi, desde o início, a respeitar, e muito.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Obrigada, obrigada, Senador querido, muito obrigada, inclusive pela permuta.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senadora, com todo o respeito à Senadora Ideli, mas a senhora é bem mais simpática.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Oh, meu Deus, mas nossa Senadora Ideli é tão querida. (Risadas)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr^as e Srs. Senadores, hoje eu tenho a imensa satisfação de ocupar a tribuna e me dirigir ao Plenário de nossa Casa para saudar e celebrar o dia de ontem, quando comemoramos os 78 anos de conquista do voto feminino. É uma data muito importante, com certeza, para a democracia do nosso País.

Eu começo meu pronunciamento homenageando uma mulher simples e, em nome dela, homenageio a conquista do voto feminino no Brasil. Apresento aqui, senhoras e senhores, uma cuiabana que foi, na sua época, uma personagem controversa, que enfrentou preconceitos e afrontou as normas da sociedade tradicionalista das décadas 30 e 40 em Cuiabá.

Refiro-me a Maria Taquara, mulher que teve fundamental importância na cultura e história do meu Estado de Mato Grosso, como tantas outras “Marias” tão valiosas, tão bravas lutadoras pela vida e, principalmente, pela decência de se viver.

Neste dia, invoco as destacadas “Marias” de Mato Grosso: Maria Benedita Deschamps Rodrigues, a professora Dunga Rodrigues; Maria de Arruda Müller; Ana Maria do Couto May; Maria Lígia Garcia; e tantas outras “Marias”. E aqui saúdo todas as mulheres: Tereza de Benguela, que viveu na histórica cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital de Mato Grosso, localizada às margens do rio Guaporé. Lá hoje nós temos o nosso grande, competente e comprometido Prefeito Wagner.

Teresa de Benguela, mulher valente e guerreira que comandou e fez crescer o Quilombo do Quariterê. Possuía organização político-administrativa, com parlamento, conselhos e uma rainha, a rainha negra do nosso Pantanal.

Saúdo aqui todas as mulheres no momento, as companheiras líderes da BPW, a companheira Wilza Sodré, líder das empregadas domésticas de Mato Grosso, que hoje lidera centenas e centenas, eu diria milhares, de mulheres do trabalho doméstico no meu Mato Grosso. Temos que lembrar daquelas mulheres que participam de governo, que participam com autoridade de secretaria de Estado, como a Secretaria de Emprego, Trabalho e Cidadania, Teresinha Maggi, mulher competente, mulher comprometida. Saúdo Lindinalva, nossa Promotora de Justiça. Em nome dela, todas as promotoras. Amini [Campos], nossa juíza! Realmente, mulher competente em todas as áreas nós temos.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Maria Taquara, como eu dizia no início da minha fala, não fez nenhum ato patriótico. Não combateu na guerrilha, como combateu Teresa de Benguela, por exemplo, e não governou nenhuma cidade. Ela simplesmente existiu e deste então enche de graça o imaginário daqueles que vivem ou passam por Cuiabá. Mulher pobre e negra, Maria Taquara sempre soube que a vida não lhe seria fácil. Ainda mais em uma sociedade conservadora como a daquela época. Mas foi nesse contexto histórico que Maria Taquara se transformou em uma lenda na nossa cultura mato-grossense.

Mas foi neste contexto histórico que Maria Taquara se transformou em uma lenda na nossa cultura mato-grossense.

Nos anos mais difíceis em que a mulher pouco ou nenhum direito tinha, ela era uma contraventora das normas vigentes. E foi a primeira mulher a abolir as saias. Ela viu na calça comprida a sua marca registrada. Naqueles tempos, a calça comprida só era usada pelos homens. No entanto, Maria não pensou duas vezes em usar a peça durante suas andanças pelas ruas de Cuiabá, causando escândalo à sociedade por seus hábitos. Foi a necessidade que a levou a

usar roupas mais resistentes para a labuta nos córregos e rios da capital. Maria Taquara era lavadeira. Já naquela época, por trás da lata d’água na cabeça e do pé descalço, havia uma denúncia social. Naqueles anos, Maria representou em cenas da vida real a marginalização de uma grande parcela da nossa sociedade, que estava alheia ao processo de transformação social que vigorou fortemente em meados dos anos 50, inclusive na busca da conquista ao direito ao voto pelas mulheres.

Fiz questão de contar, senhores e senhoras, parte da história desta mulher para demonstrar cabalmente por que continuo firme buscando espaço na vida pública, disputando mandatos, travando a boa disputa democrática. Lá em Mato Grosso, assim como Maria Taquara, sou uma pioneira. Sou, com muito orgulho, a primeira Senadora da República mato-grossense. Ousei um pouco mais que as calças compridas de Maria Taquara. Desafiei atuar num mundo que também só pertencia aos companheiros homens e hoje, pela minha atuação, percebo o respeito de muitos deles que fazem política com decência e percebo o quanto minha luta serve às companheiras mulheres, pelo fim da violência e pela justiça de oportunidades no mercado de trabalho.

Por causa dos desafios de tantas mulheres, no mundo todo, de tantas marias taquaras e de tantos homens conscientes é que aqui no Brasil, no dia 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto nº 21.076, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, e como resultado de uma intensa campanha que mobilizou grandes personalidades da Política Nacional, a partir da Proclamação da República, foi finalmente garantido o direito de voto às mulheres.

Entre tantas outras heroínas do voto feminino, destacamos Bertha Lutz, grande pioneira feminista, líder nacional e política. Lembramos também a luta incansável da baiana Leolinda Daltro.

Mas, por incrível que possa parecer, diferentemente de outros países, a luta pelo voto feminino teve início, no Brasil, por meio do impulso de homens ilustres, os quais, já em 1890, na primeira Assembléia Constituinte da República, defendiam esse direito. Estavam ali a defendê-lo grandes homens, como César Zama, Almeida Nogueira e Lopes Trovão, entre tantos que antes mesmo da Proclamação da República já defendiam o sufrágio universal, para que todos os homens e mulheres tivessem o mesmo direito.

Faço menção a uma mulher especial, Celina Guimarães Viana, a primeira eleitora da América Latina, colega nossa de profissão, professora, nascida em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Lecionou em esco-

la normal municipal. Celina, do Rio Grande do Norte. Temos aí a sua grande participação.

Foi a primeira mulher a conquistar o voto feminino. Não foi fácil, não. Sabemos que foi bem difícil. Precisou, inclusive, de autorização judicial para poder manter a sua inscrição para votar. Ela teve que fazer um telegrama ao Presidente do Senado Federal de então.

Dizia o telegrama:

Peço nome mulher brasileira seja aprovado projeto institui voto feminino amparando seus direitos políticos reconhecidos Constituição Federal. Saudações Celina Guimarães Viana – Professora Escola Normal Mossoró.

Senadora Rosalba Ciarlini, com certeza, a senhora conhece muito bem essa magnífica história porque a senhora também construiu a história de mulher.

Vou precisar de um pouquinho mais de tempo.

Desta forma, nesta ocasião em que comemoramos os 78 anos da conquista do voto feminino no Brasil, devemos fazer uma reflexão sobre a necessidade, a importância e a urgência de seguirmos na luta aguerrida pela conquista e garantia dos direitos da mulher, seja na vida política, profissional ou social, mas principalmente no respeito à convivência pacífica e isonômica entre homens e mulheres.

Caminhamos em passos firmes. Conquistamos o voto feminino a partir de 32. Em 88, nossa primeira Constituição que consagrou que homens e mulheres são iguais perante a lei e em 2006 chegou a Lei Maria da Penha.

Entre tantos desafios, devemos lembrar o impulso que foi dado à nossa luta pelos direitos da mulher no Governo do nosso Presidente Lula, que criou, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, tão bem conduzida, de forma intensa, corajosa e dedicada, pela nossa companheira a Ministra Nilcéa Freire.

Apesar de ainda sermos minoria no Congresso Nacional e essa situação se repetir no Executivo e também no Judiciário, estamos na luta, trabalhando juntas, Senadoras da bancada feminina deste Congresso, Deputadas e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, na pessoa da nossa Ministra Dilma Rousseff.

Os nossos Municípios, os nossos Estados e o Brasil como um todo ainda estão carecendo de muito mais participação feminina, tanto na formulação como na condução das políticas e na administração pública.

Somos as mães, as esposas, as companheiras, somos aquelas que compõem a base fundamental da família, como célula-*mater*, célula tronco da formação do tecido social, dos valores morais e das bases para

a plena convivência social harmônica. Mas queremos mais que isso. Podemos ter mais que isso.

Sim, queremos e podemos ser mais do que aquela mãe que somente embala o berço e o destino dos nossos filhos. Queremos e podemos ser protagonistas dos nossos próprios destinos. Não precisamos delegar só ao sexo masculino a nossa representação e participação política e social. Agora, a nossa luta vai além do querer e do poder. Precisamos consolidar o ser, o realizar e a nossa liderança feminina no cenário nacional.

Faço questão de reproduzir uma parte do discurso da Ministra Dilma Rousseff no Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, no final da semana passada, que representa a luta que travo também em Mato Grosso. Disse ela sobre as mulheres:

Muitos dizem que as mulheres são metade do céu. Mas nós queremos também a metade da terra. Queremos ser a “metade do céu”, sim, mas queremos também a “metade da terra”, com igualdade de direitos salários e oportunidades. Quero com vocês, mulheres do meu País, abrir nossos espaços na vida nacional. É com este Brasil que quero caminhar. É com ele que vamos discutir e seguir, avançando com segurança, mas com a rapidez que nossa realidade social exige sistematicamente de nós.

Como disse o Presidente Lula, para as mulheres hoje não há limites.

Quero ainda dizer que nós, mulheres, Sr. Presidente, estamos prontas, conscientes e determinadas a desempenhar um papel cívico, político e social cada vez mais amplo. Queremos, podemos e seremos uma parte cada vez mais integrante e expressiva na liderança de nosso País, seja na administração pública, seja na produção legislativa, seja no âmbito do Judiciário. Queremos ser, podemos ser e seremos protagonistas numa sociedade cada vez mais plural, justa e igualitária, sociedade esta em que as mulheres conquistam seu espaço e garantem a sua participação de forma cada vez mais expressiva.

Estamos convencidas de que nós, mulheres, somos um marco importante, um divisor de águas, que vai definir o momento de uma nova realidade, em que o protagonismo das mulheres, em bases iguais aos homens – iguais, queremos ser iguais aos nossos filhos, absolutamente iguais em termos de direitos; todos os homens são nossos filhos, digo sempre, e nós só queremos a igualdade de direitos com eles –, permitirá ao Brasil mostrar ao mundo que o nosso povo já está

maduro e a nossa sociedade pronta para virar, definitivamente, a página da desigualdade entre os sexos.

Mulheres e homens, de modo solidário, vamos celebrar, no dia 24 de fevereiro, sempre, o dia da conquista do voto feminino no Brasil como o momento da virada, da boa-nova que demorou a chegar, mas que chegou para ficar, a boa-nova do protagonismo das mulheres no cenário político nacional. Lembro a todas as mulheres que nossos espaços devem ser garantidos por nós, no nosso engajamento cada vez mais forte na política...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Não vamos mais engrossar a estatística das analfabetas políticas que Berthold Brecht tão bem definiu:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio, dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe [coitado!] que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, lacaio dos exploradores do povo.

Por isso, homens e mulheres, homens solidários, homens generosos, homens fraternos, nossos filhos, vamos juntos construir a sociedade dos direitos absolutamente iguais, em que homens e mulheres votam de forma consciente, em que as mulheres são, juntamente com os homens, protagonistas do nosso destino e do futuro do nosso grande Brasil.

Viva a conquista do voto feminino!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora Serys, diz o poeta que a organização política sem mulheres é como um jardim sem flores.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Chamo para usar da palavra o Senador Cristovam Buarque, como inscrito.

Tem V. Ex^a dez minutos, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda ontem, falei aqui da crise que atravessa o Distrito Federal e deixei claro que, além da análise que fiz sobre as ameaças de interven-

ção, eu queria trazer propostas claras de como, daqui para a frente, podemos trabalhar. Lamentavelmente, o tempo não permitiu que fizesse esse avanço.

Eu quero começar hoje, e amanhã voltarei a falar sobre o assunto, e depois de amanhã, e quando for preciso. Eu quero começar, dizendo que uma crise pode significar a destruição ou ela pode significar a reconstrução. Ela pode ser o tiro de morte ou ela pode ser o grito de alerta.

A crise que nós, brasilienses, hoje, vivemos, envergonhados diante da Nação brasileira, pode nos fazer perder a autonomia, que todo Estado brasileiro tem, ou ser exemplo para o Brasil inteiro de como é possível governar neste País, respeitando a ética no comportamento dos governos e respeitando a ética nas prioridades das políticas públicas para servir os mais necessitados. Diante de nós, temos essas duas alternativas: perdermos, outra vez, a autonomia ou sermos exemplo para o Brasil inteiro.

É preciso lembrar que, dos nossos cinquenta anos, durante trinta, nós não elegíamos governadores. Durante trinta anos, nós tivemos inteventores. O último deles foi o ex-Governador Joaquim Roriz, nomeado interventor pelo então Presidente José Sarney. A partir daí, ele próprio foi eleito três vezes, mas começou como interventor no Distrito Federal.

Se olharmos bem, temos que perceber que os governos eleitos foram melhores do que os governos de intervenção. Mas nós não podemos deixar que continue, com alguns governos que fizeram os desmandos que aí nós temos e que nos envergonham tanto.

Como fazer para que essa realidade trágica, envergonhante, se transforme em uma alternativa de reorientação? Tenho conversado com líderes, presidentes de partidos, lideranças da sociedade civil e estamos chegando a assumir alguns compromissos que se, juntos, levarmos adiante, eu creio que daqui a alguns anos, passado esse calvário por que hoje a população de Brasília passa, nós vamos, sim, ser exemplo para o Brasil.

Começamos lembrando que não somos os únicos a passar tragédias morais como essa. Outros Estados já passaram. Nenhum talvez com a gravidade que estamos passando: a gravidade das imagens, a gravidade da dimensão dos recursos, a gravidade de como os interesses se imbricam de tal maneira que governador, vice-governador, cada um deles, relacionados com empresas, terminam sendo parte de tudo isso. Nenhum outro passou igual ao Distrito Federal. Isso, nós, do Distrito Federal, temos que assumir. Embora exijamos que lembrem que não somos os únicos, por isso tão importante daqui sair um exemplo para o Brasil inteiro. Precisamos reconhecer a nossa culpa,

apontar aqueles governantes que nos levaram para essa situação, mas sem esquecer que nós os elegemos. Eu não digo nós individualmente.

Mas nós, os eleitores de Brasília, que elegemos os governantes, no primeiro turno, diga-se de passagem. Não votei, mas meu partido participou do governo. Teve pessoas do meu partido com cargos no governo. Não podemos esquecer isso. Temos que assumir, todos nós, responsabilidade por ação ou por omissão. E, feito isso, nós temos que dizer que temos a obrigação, diante do Brasil e das gerações de brasilienses mais novas, de encontrarmos um caminho para sairmos dessa situação. E isso vai exigir uma reformulação do processo democrático de eleição e do processo de governar o Distrito Federal.

Do ponto de vista do processo democrático de escolher os governantes, nós temos que assumir que não vamos aceitar candidatos que não tenham ficha limpa; candidatos que não sejam capazes de mostrar que, no passado deles, eles não têm mancha; candidatos que mostrem que o passado deles é suficiente para receberem um voto de confiança para o futuro. Essa é uma condição que a gente precisa ter, cada um de nós: dirigentes que vamos escolher os candidatos; e eleitores, que vamos escolher os governantes. Nós não podemos aceitar candidatos cujo passado carregue a mancha que poderá levar a sujeira do futuro. Além disso, nós temos que ter clareza de que os governantes que vamos escolher daqui para a frente, seja no Executivo, seja no Legislativo, sejam capazes de colocar o partido como algo menor do que o Distrito Federal inteiro.

E que cada um deles, candidatos e governantes, vão se colocar, cada um deles, menores de que o conjunto da população e de que o conjunto da nossa cidade. Se a gente fizer isso, pode ter uma eleição capaz de escolher pessoas que começarão a mudar a imagem do Distrito Federal; pessoas que começarão a construir a idéia de um Governo ético no comportamento e ético nas prioridades. Ético no comportamento de tal forma que montemos uma estrutura onde fique impossível a corrupção. Não basta dizer que os próximos governantes serão honestos. É preciso dizer que a máquina pública vai funcionar de tal maneira que, se algum ladrão se infiltrar nela, ele não vai conseguir roubar.

Essa estrutura é que exige uma revolução. Apenas para listar algumas dessas medidas que venho discutindo com algumas personalidades da cidade. Eu quero ler aqui, Sr. Presidente, para não esquecer nenhuma das dez primeiras.

A primeira é formar um Conselho Social de Gestão do Distrito Federal. Não podemos aceitar daqui para frente que apenas a Câmara Legislativa seja capaz de

exercer todo o poder legislativo com legalidade e com legitimidade. Com legalidade, sim, prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal, mas com legitimidade, não.

Para dar legitimidade, o que defendemos é a criação de um Conselho Social de Gestão do Distrito Federal, formado por integrantes de órgãos representativos da sociedade civil organizada, sem salário para acompanhar e fiscalizar a execução do plano de governo.

Esse conselho deve proceder à rigorosa revisão dos critérios e procedimentos de licitação na administração pública, ao estabelecimento de novos critérios para preços máximos nas licitações públicas, à revisão das tabelas de custo unitário de obras e serviços públicos do Distrito Federal; e à negociação de um deságio, uma redução nos custos das obras já em andamento, uma vez que se sabe que há sim evidências de superfaturamento para o pagamento de propinas, a partir desses custos que foram fixados antes.

Esse Conselho Social pode vir a ser um exemplo para o Brasil inteiro. Em cada parte do Brasil, podemos caminhar para, ao lado de uma Assembléia Legislativa que dá legalidade ao processo democrático, um grupo que dê legitimidade. Como foi, aqui mesmo no Distrito Federal, o Conselho do Orçamento Participativo, um órgão informal, sem remuneração, mas que dava legitimidade às decisões, que depois passavam pela Câmara Legislativa.

O segundo item é criar um “portal da transparência” que dê acesso irrestrito a todos os interessados em acompanhar as contas da administração direta e das empresas públicas, autarquias e fundações do Governo do Distrito Federal, especialmente as grandes obras – Metrô, Veículo Leve sobre Trilho, Linha Verde, construção das marginais Torto/Sobradinho/Planaltina, ampliação da sagrada avenida que chamamos EPIA, construção da nova rodoviária e a utilização dos recursos do banco do Distrito Federal, o nosso BRB.

O “portal da transparência”, que, dia a dia, minuto a minuto, segundo a segundo, *on line*, como se costuma dizer hoje, qualquer cidadão do Distrito Federal saiba por que se está gastando tanto em cada obra, quanto se paga a cada minuto a essas obras para serem realizadas.

O terceiro item é apresentar informações éticas sobre cada candidato divulgando o perfil deles, especialmente suas fichas jurídicas e policiais.

Não vamos poder impedir a candidatura de ninguém, mas vamos poder informar ao eleitor quem é o candidato, o que está por trás deste candidato, o que esse candidato já passou e já mostrou no seu passado.

Quarto: realizar uma auditoria externa independente de todas as contas da Administração Direta, empresas públicas, autarquias e fundações do governo do Distrito Federal nos últimos vinte anos. E eu digo vinte anos para incluir os quatro anos durante os quais eu tive a honra de ser Governador do Distrito Federal. Não podemos deixar de fora nenhuma período de todos esses dos últimos vinte anos. Se fizermos isso, vamos poder sim mostrar à opinião pública nacional que aqui estamos transformando a tragédia em uma solução; estamos transformando a crise em alternativa. E essa é a obrigação que temos.

Quinto: rescindir – rescindir sim – todos os contratos de empresas envolvidas no atual escândalo de corrupção. Se há evidências de que há corrupção por traz de qualquer um dos contratos feitos pelo Governo do Distrito Federal, é preciso que nós, o povo do Distrito Federal, seja qual for o governo depois de amanhã – seja um governo de interventor, seja um governo da cadeia sucessória que a lei permite – nós não podemos deixar que a opinião pública brasileira nos veja levando adiante contratos com empresas envolvidas em escândalos.

Sexto: ter um conselho que assessorre o governo para enviar à Assembléia Legislativa um projeto de lei revogando a imunidade processual para todos os cargos eletivos no Distrito Federal. E isso alguém pode dizer que é contra a lei. Não. Nós temos que exigir dos nossos candidatos, todos eles daqui para a frente, que assinem um documento abrindo mão da imunidade parlamentar, abrindo mão da imunidade que têm os governadores, os vice-governadores. A lei dá, mas qualquer um pode abrir mão disso, como alguns por aí abriram até a interesses durante o processo de julgamento.

Tem que acabar, no Distrito Federal, como consequência dessa transformação da crise em oportunidade, com a imunidade que nós, os Parlamentares e os governantes, temos. Além disso, é preciso um compromisso de que, daqui para frente, nós vamos praticamente eliminar a nomeação de funcionários, de servidores, de colaboradores, de assessores que não sejam funcionários do governo, que não tenham história de vinculação, acabar com essa quantidade imensa de cargos comissionados que, de repente, chegam e ocupam a máquina inteira, muitas vezes como forma de pagar compromissos de apoio recebidos pelos governantes.

É preciso assumir o compromisso, qualquer que seja o próximo governo, de retomar o orçamento participativo nos investimentos do Governo do Distrito Federal, porque, ao termos um orçamento participativo, ao termos a decisão de qual obra será feita nas mãos

da opinião pública por meio de um conselho, sem remuneração, sem ter passado mesmo por essa tragédia que significa hoje o processo eleitoral, nós podemos ter obras que não vêm da vontade do governante, às vezes, para cumprir compromissos assumidos antes da eleição. Nós temos, mais um ponto, o de revisar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, porque pesa sobre esse Plano, aprovado no ano passado, a acusação de grandes interesses que financiaram, inclusive, parte do chamado “Mensalão”. Grupos que, graças à maneira como no fim ficou ordenado o uso do território no Distrito Federal, por causa da feitura desse Plano e de como foi feito, poderão vir a ganhar grandes fortunas. Há uma suspeita sobre o Plano de Ordenamento Territorial no Distrito Federal. Se há uma dúvida sobre isso, é preciso rever o que chamamos de PDOT – Plano de Ocupação Territorial, para que o que saia, ao final, fique isento, limpo, livre das suspeitas que hoje pesam de interesses que ganham dinheiro com esse ordenamento e que, por causa disso, pagaram a deputados – como se fala, como a Polícia Federal está mostrando – deputados que ganharam para votar para que outros ganhassem dinheiro.

Em oitavo lugar é algo muito específico do Distrito Federal. O Distrito Federal, quando foi criado, desapropriou-se toda esta área e as terras ficaram em mão do poder público. A partir daí, o que a gente viu foi loteamento de áreas para doação, seja a pessoas que precisam, seja a pessoas que não precisam. O que se viu foi uma tolerância total com a invasão da terra pública. É preciso que os próximos governos, interventor ou não interventor, se comprometam no sentido de que terra pública tem dono: é o povo. E se tem dono, o povo, o Governo tem que zelar para que o povo seja o dono. A única maneira decente de fazer a transferência da propriedade estatal pública para a propriedade privada do cidadão é através das licitações, as leis permitem isso, e não a doação pura e simplesmente por vontade do governante ou da Câmara Legislativa, como muitas vezes acontece, mudando a destinação e fazendo com que os preços desses terrenos subam.

Fica ainda a ideia de realizar a concessão de benefícios fiscais atualmente em execução. Há, sim, suspeitas de que parte desses benefícios fiscais são resultado de negociatas.

É preciso também fiscalizar obras e serviços a serem implantados para a Copa de 2014 para que se torne benefício para a população inteira, e não apenas para os turistas que aqui vierem durante aquelas semanas da Copa do Mundo.

Sr. Presidente, essas são algumas das ideias que venho discutindo com algumas pessoas de tal maneira

ra que, transpartidariamente, sem interesse específico de um ou de outro, sem interesse de um grupo ou de outro, nós possamos dizer que o Distrito Federal transformará a sua crise em alternativa; transformará a nossa vergonha no orgulho de virmos a ser, dentro de mais algum tempo, e não será rápido, exemplo de como governar bem para o Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria tanto de estar falando da minha mania, do meu tema, que é educação, mas é impossível fechar os olhos ao que está acontecendo ao meu redor e aquilo do qual eu me sinto responsável também. Não adianta chegar aqui fazendo acusações para os outros. Nós elegemos um governo. Nós participamos de um governo – e olhe que não votei nele –, mas nós, do Distrito Federal, votamos e, no primeiro turno, foi eleito. Não podemos esquecer isso. Temos que tirar lições disso.

E finalmente, para concluir, há algo que vai depender de leis nacionais, mas com o que podemos nos comprometer. Não há como acabar com a corrupção enquanto a eleição custar tanto dinheiro e esse dinheiro vier de financiamentos privados, da vontade pessoal das pessoas que têm dinheiro. Não há como. A corrupção pode ficar disfarçada, a corrupção pode ser diminuída, mas, enquanto a campanha for cara e o financiamento for privado, continuará havendo formas clandestinas, escondidas, como caixa dois, na corrupção. É preciso mudar. E há uma lei que é preciso mudar, e uma lei que a gente não vai mudar para 2010. Mas eu estou propondo, nessas conversas e negociações, que nós, no Distrito Federal, independente da lei, que não proíbe, nós assumamos o compromisso de que, na campanha de 2010, no Distrito Federal...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ...
eu estou propondo, assumirmos o compromisso, que, na campanha de 2010, nós vamos reduzir drasticamente o custo da campanha de cada candidato. Basta que estejamos de acordo, os que forem candidatos, basta que os partidos aceitem e digam: ninguém vai gastar mais do “x”, primeiro ponto.

Segundo: toda contribuição será publicizada imediatamente. Nenhum dinheiro entrará sem ser do conhecimento da opinião pública e dos eleitores. Todos apresentarão suas contas **on-line**, transparentemente, em tempo real. É claro que alguns poderão assumir o compromisso e não cumprir, mas nós podemos, pelo menos, tentar evitar que isso seja uma regra. Que pelo menos, Senador Duque, se houver alguém que não cumpra isso, seja exceção, e não

a regra. Esses são alguns dos compromissos, Senador Tuma...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – ...
que eu venho debatendo com as lideranças do Distrito Federal, com esperança. Não vai ser amanhã, não vai ser depois, não sabemos se haverá intervenção, não sabemos se a cadeia de sucessão que está aí vai se sustentar no poder; estamos hoje impotentes, mas nós não podemos ficar perplexos. E a diferença entre a impotência e a perplexidade é que a impotência diz: eu não sei o que fazer hoje, mas eu tenho clareza do que fazer quando for possível. E vai ser possível. E nós podemos transformar a nossa vergonha na nossa grande chance de reinaugurar Brasília do ponto de vista da ética.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 124, DE 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2003 – Complementar com o Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2003 – Complementar, por tratarem de assuntos correlatos.

Justificação

Objetivando dar maior racionalidade e celeridade ao exame das proposições que tramitam no Senado Federal, em particular essas que dispõem sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regulam operações do mercado de seguros, resseguros e capitalização.

Entendemos, assim, que a análise sobre os referidos projetos pelas comissões técnicas desta Casa, na forma como estamos agrupando, será factível, devendo se processar de maneira adequada, em consonância com a importância de tratamento exigida para a avaliação de matéria.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2010. – Senador **Antonio Carlos Junior**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUEIRIMENTO N° 125, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projeto de Lei da Câmara nº 180 de 2008 e o Projeto de Lei da Câmara nº 129 de 2009, por versarem sobre matérias correlatas.

Sala da Sessões, 25 de fevereiro 2010. – Senadora **Serys Ikhessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei do senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 41, DE 2010

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outras providências, e a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, para prever a possibilidade de suspensão do pagamento da prestação ou do aluguel caso os efeitos de calamidade pública afetem comprovadamente a capacidade de pagamento do financiado ou arrendatário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 20 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20

I - garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, inclusive a redução comprovadamente decorrente dos efeitos de calamidade pública, para famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos;

..... (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 9º-A:

“Art. 9º-A O pagamento do arrendamento será temporariamente suspenso caso o arrendatário comprove a redução da sua capacida-

de de pagamento decorrente dos efeitos de calamidade pública.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Todos os anos, nos períodos de chuva, os meios de comunicação nos informam sobre os desastrosos efeitos das inundações nas áreas urbanas. As mais suscetíveis são justamente as ocupadas pela população de menor renda. Muitos são obrigados a abandonar seus lares, temporária ou definitivamente. É usual também que os afetados fiquem temporariamente impossibilitados de trabalhar e, por consequência, gerar renda para garantir a sobrevivência e arcar com seus compromissos. Entre esses compromissos podem estar os pagamentos relativos ao imóvel ocupado, seja na forma de prestação do financiamento para a aquisição do imóvel, seja na forma de aluguel no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial.

O objetivo do presente projeto é introduzir na lei de criação do Programa de Arrendamento Residencial e na lei de criação do Programa Minha Casa, Minha Vida a possibilidade de suspensão do pagamento da prestação ou do aluguel no âmbito desses programas, caso a capacidade de pagamento do mutuário ou arrendatário seja comprovadamente afetada pelos efeitos de calamidade pública.

Tendo em vista o sofrimento da população que presenciamos todos os anos, espero poder contar com o apoio dos nobres pares na aprovação da presente proposição. Evidentemente, a providência não eliminará todos os transtornos, mas certamente representará um alívio até que se restabeleça a normalidade no ambiente dos atingidos.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2010. – Senadora **Marisa Serrano**.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI N° 11.977 DE 7 DE JULHO DE 2009**

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

CAPÍTULO I
Do programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV
Seção I
Regulamento

Da Estrutura e Finalidade do PMCMV

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV compreende:

I – o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU;

II – o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR;

III – a autorização para a União transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS;

IV – a autorização para a União conceder subvenção econômica tendo em vista a implementação do PMCMV em municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

V – a autorização para a União participar do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab; e

VI – a autorização para a União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Art. 2º O PMCMV tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários-mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros.

.....

LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001

Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Arrendamento Residencial para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra. (Redação dada pela Lei nº 11.474, de 2007)

§ 1º A gestão do Programa cabe ao Ministério das Cidades e sua operacionalização à Caixa Econômica Federal – CEF. (Redação dada pela Lei nº 10.859, de 2004)

§ 2º Os Ministros de Estado das Cidades e da Fazenda fixarão, em ato conjunto, a remuneração da CEF pelas atividades exercidas no âmbito do Programa. (incluso pela Lei nº 10.859, de 2004)

§ 3º Fica facultada a alienação dos imóveis adquiridos no âmbito do Programa sem prévio arrendamento. (Incluso pela Lei nº 11.474 de 2007)

Art. 2º Para a operacionalização do Programa instituído nesta lei, fica a CEF autorizada a criar um fundo financeiro com o fim exclusivo de segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao Programa. (Vide Decreto nº 4.918, de 2003 e Decreto nº 5.434, de 2005)

§ 1º O fundo a que se refere o **caput** ficará subordinado à fiscalização do Banco Central do Brasil, devendo sua contabilidade sujeitar-se às normas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

§ 2º O patrimônio do fundo a que se refere o **caput** será constituído pelos bens e direitos adquiridos pela CEF no âmbito do Programa instituído nesta lei.

§ 3º Os bens e direitos integrantes do patrimônio do fundo a que se refere o **caput**, em especial os bens imóveis mantidos sob a propriedade fiduciária da CEF, bem como seus frutos e rendimentos, não se comunicam com o patrimônio desta, observadas, quanto a tais bens e direitos, as seguintes restrições:

I – não integram o ativo da CEF;

II – não respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da CEF;

III – não compõem a lista de bens e direitos da CEF, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;

IV – não podem ser dados em garantia de débito de operação da CEF;

V – não são passíveis de execução por quaisquer credores da CEF, por mais privilegiados que possam ser,

VI – não podem ser constituídos quaisquer ônus reais sobre os imóveis.

§ 4º No título aquisitivo, a CEF fará constar as restrições enumeradas nos incisos I a VI e destacará que o bem adquirido constitui patrimônio do fundo a que se refere o **caput**.

§ 5º No registro de imóveis, serão averbadas as restrições e o destaque referido no parágrafo anterior.

§ 6º A CEF fica dispensada da apresentação de certidão negativa de débitos, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e da Certidão Negativa de Tributos e Contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal, quando alienar imóveis integrantes do patrimônio do fundo a que se refere o **caput**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

.....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– São 16 horas.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apre- ciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 20-11-2009)

Prazo final prorrogado: 15-3-2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello
(Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-3-2010

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23

de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 17-2-2010)

Prazo final: 3-3-2010

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 280, DE 2009

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição*)

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno*)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a Formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009)

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição

Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o

§ 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Ikhessarenko.

13

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante resarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores reverti-

dos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento

(sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e – de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

- de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e
- de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a brigatoriedade

de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

- de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicosocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presiden-

te da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Mo-rais.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a Advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003,

na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci),

que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 13, de 2009 (n° 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob n° 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 191, DE 2009

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso n° 18, de 2009*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 191, de 2009 (n° 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei n° 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob n° 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 77, DE 2007

(*Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo n° 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer n° 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1° e 2° Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal

e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 60, DE 2009

(*Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer n° 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(*Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n° 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei n° 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob n° 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento n° 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2004

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso n° 11, de 2009*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar

aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *“ad hoc”*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento

(sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO

N° 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade combinada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Com-

plementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável,

com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera

a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon

que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar,

de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea ¿g¿ do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorribel do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar,

de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *¿b¿* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003- Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008- Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

80

REQUERIMENTO N° 8, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2010, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamenta a profissão de motorista).

81

REQUERIMENTO N° 9, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 9, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

82

REQUERIMENTO N° 10, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2010, do Senador Renato

Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Voltamos à lista de oradores.

Passo a palavra ao Senador Sadi Cassol.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estimado Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr's e Srs. Senadores, eu quero, nesta tarde, fazer algumas considerações sobre a Previdência Social de nosso País.

Ocupo hoje a tribuna do Senado Federal para repercutir alguns números divulgados recentemente sobre a Previdência Social, este que se configura como o maior sistema de proteção social do País, protegendo milhões de cidadãos contra diversos riscos sociais, como acidentes de trabalho, doenças, idade avançada e maternidade.

A matéria do jornal *Folha de S. Paulo* do último dia 19 traz uma notícia bastante positiva sobre as contas da Previdência ao informar que, em janeiro deste ano, o déficit da Previdência Social recuou 44% em comparação com janeiro de 2009. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Previdência Social, o déficit em janeiro deste ano foi de R\$3,7 bilhões ante os R\$6,6 bilhões contabilizados em janeiro de 2009.

De acordo com o órgão, a Previdência Social teve aumento na arrecadação líquida e queda na despesa, tanto no setor urbano quanto no rural, em comparação com janeiro de 2009.

Foram R\$14 bilhões de arrecadação líquida ante R\$12 bilhões no mesmo período de 2009. Já as despesas com benefícios totalizaram R\$17 bilhões, redução de 7%.

A explicação da Previdência para esses números é que, em janeiro de 2009, houve pagamento de decisões de sentenças judiciais, o que não se repetiu no mês de janeiro deste ano.

A parte dos benefícios de até um salário mínimo corresponde a 69%, o que representa um universo de 18 milhões de beneficiários. Na área urbana, essa faixa representa 47% do total, enquanto que na área rural este percentual é de 99,3%.

Apesar do resultado alcançado em janeiro, a projeção para 2010 é de um déficit nominal na Previdência de R\$52 bilhões, por conta de um aumento de pagamento de sentenças judiciais, do reajuste da inflação e do reajuste do salário mínimo.

O Regime Geral de Previdência Social, até dezembro de 2009, contabilizou R\$224 bilhões com o pagamento de benefícios previdenciários, ao passo que arrecadou R\$182 bilhões. A necessidade de financiamento acumulado do período foi da ordem de R\$42 bilhões. Em 2009, mesmo com os efeitos negativos da crise econômica mundial, houve um incremento da arrecadação previdenciária de 4,6%, em termos reais, em relação ao mesmo período de 2008.

É importante registrar que a previdência rural foi responsável por 93,7% de todo o déficit registrado pela Previdência Social em 2009. Do montante de R\$42 bilhões, R\$40 bilhões se referem a benefícios concedidos a trabalhadores rurais. No setor rural, a arrecadação líquida foi de R\$4 bilhões, enquanto as despesas com benefícios somaram R\$45 bilhões.

O forte impacto dos benefícios concedidos aos trabalhadores rurais nas contas previdenciárias resulta da ausência de contribuição desses segurados para com o Regime Geral da Previdência.

Trata-se, pois, de um benefício social concedido pelo Estado brasileiro para amparar milhões de trabalhadores que, embora não tenham contribuído para a Previdência, dela dependem para obter o seu sustento e o de suas famílias.

Quando se analisam os números da Previdência Social no regime urbano, é possível dizer que o pagamento dos benefícios correntes está em uma trajetória quase de equilíbrio: em 2009, a arrecadação ficou em R\$179 bilhões, e as despesas, em R\$182 bilhões.

No ano de 2009, o Governo deu continuidade à expansão da proteção social dos trabalhadores ocupados, como reflexo da combinação de significativa geração de empregos formais e das medidas de inclusão previdenciária.

No âmbito da ampliação da proteção social, a cobertura dos trabalhadores ocupados de 16 a 59 anos, após cair de 66,4%, em 1992, para 61,7%, em 2002, cresceu de forma contínua para o patamar de 65,9% em 2008.

Esse resultado no período mais recente é decorrente da combinação de crescimento econômico sustentado, expressiva geração de empregos formais, melhoria na distribuição de renda e medidas de inclusão previdenciária.

Nos últimos anos, foram tomadas várias medidas visando a ampliar a proteção dos trabalhadores domésticos e autônomos. O número de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social cresceu de 39 milhões, em 2003, para 53 milhões em 2008, evidenciando uma alta de 34,9%.

A lei complementar que instituiu a figura jurídica de microempreendedor individual começou a funcio-

nar efetivamente a partir de 1º de julho de 2009, tendo como objetivo estimular a formalização do empreendedor que tem receita bruta anual de até R\$36 mil e que possui até um empregado.

A medida visa a retirar da informalidade microempreendedores, tais como feirantes, pedreiros, eletricistas, encanadores, doceiros, barbeiros e outros profissionais autônomos. Existem, no Brasil, cerca de 10 milhões de trabalhadores por conta própria, sem proteção social.

Ao se filiarem ao novo sistema, por meio da adesão ao Simples Nacional, os referidos empreendedores obterão a cobertura dos benefícios previdenciários oferecidos à sociedade, resultando em mais benefícios para o trabalhador e sua família.

Já no âmbito da melhoria do atendimento ao cidadão, a Previdência Social avançou muito. O atendimento com qualidade é um direito do segurado. Para exercer esse direito, o segurado da Previdência Social pode solicitar o agendamento do dia e da hora do serviço desejado, por meio da central telefônica 135 ou pela Internet, sem se deslocar até uma agência da Previdência Social, facilitando sua vida.

Em 2009, foram registrados 5 milhões de volume médio mensal de ligações para a central 135. Em comparação ao registrado no ano passado, o tempo que o segurado esperava entre o agendamento eletrônico e o momento de ser atendido caiu, em média nacional, de 50 para 18 dias, permitindo aos usuários da Previdência Social um acesso mais rápido aos seus benefícios.

Cabe destacar que o reconhecimento automático de direitos permite a concessão de benefícios com maior rapidez e com menor burocracia.

Desde de janeiro de 2009, uma nova forma de análise para a concessão de benefícios em até 30 minutos foi adotada para os trabalhadores urbanos que requerem aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade.

Atualmente, basta o cidadão conferir as informações constantes do extrato previdenciário apresentado no momento do atendimento e, se tiver o direito, o benefício é concedido em até meia hora. Esse conjunto de ações coordenadas no processo de reconhecimento de direitos previdenciários representou um avanço nos últimos anos. O Tempo Médio de Concessão de Benefícios baixou de 180 dias, em 2003, para 24 dias, em outubro de 2009.

Além disso, está em andamento o expressivo processo de expansão e melhoria da rede de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social, o qual prevê a criação de 729 novas agências, representan-

do uma expansão de 65% no número de unidades de atendimento.

Todos os municípios com mais de 20 mil habitantes terão uma agência da Previdência Social.

Atualmente a rede de atendimento da Previdência Social é formada por 1.113 agências fixas, que estão instaladas em 969 municípios. Com a expansão, serão 1.833 unidades em 1.689 cidades brasileiras. Até outubro de 2009, o INSS já tinha garantido 72% dos terrenos necessários para a instalação das novas 720 agências, e 31 obras já haviam sido contratadas.

Para 2010, está prevista a inauguração de 425 novas agências.

Concomitantemente à iniciativa da ampliação da rede, tanto as novas agências como as antigas passaram por um processo de padronização estrutural, buscando adequar as instalações físicas aos novos padrões de atendimento, com a instalação do novo sistema de climatização, automação, acessibilidade e segurança.

O combate às fraudes contra o sistema previdenciário tem sido outro foco de atuação do Governo Federal, que tem conseguido reduzir significativamente os prejuízos sofridos em decorrência de ações criminosas.

A Previdência Social é um patrimônio dos trabalhadores e de suas famílias, que garante a sua proteção diante de contingências futuras, previsíveis ou imprevisíveis, que causem diminuição ou mesmo eliminação da capacidade de autossustento.

Diante da perspectiva de garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, a Previdência Social traçou um planejamento de longo prazo baseado nas seguintes premissas: o fortalecimento da proteção social, a excelência do atendimento, a eficácia na supervisão, o controle social, a gestão estratégica de pessoas, a modernização da infraestrutura e a otimização de recursos.

A gestão responsável da Previdência Social garante a proteção de milhões de trabalhadores brasileiros, propiciando-lhes condições dignas de vida após anos de trabalho árduo.

É por isso que o fortalecimento da Previdência Social tem merecido a atenção especial do Governo Federal, dentro da sua política de valorização do trabalhador brasileiro e de promoção da cidadania.

É esse o nosso registro, Sr. Presidente.

Parabenizo o nosso Ministro da Previdência e o Governo Federal por estarem acertando no País, cada vez mais, em benefício daqueles que mais precisam de atendimento e também no que diz respeito, propriamente, a seguros, a aposentadorias e à mater-

nidade. Enfim, todo o sistema previdenciário do País vem dando um salto muito alto de aperfeiçoamento e de bom atendimento à sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância em relação aos minutos que ultrapassei do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não existe dúvida de que Rondônia vive, hoje, um momento de grande crescimento. A construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira funciona como uma mola propulsora do desenvolvimento do Estado. Somente em janeiro, cerca de 5.300 trabalhadores foram empregados no Estado de Rondônia. Quase metade ingressou nas fileiras da construção civil, que representa na capital, Porto Velho, o setor econômico que mais cresce.

De praticamente todos os cantos da cidade é possível ver o canteiro de obras, seja na construção de prédios, de casas, seja nas reformas.

É uma situação de clara saída de uma inércia na qual o Estado ficou mergulhado durante anos, desde que seus ciclos de extrativismo foram se exaurindo com o tempo.

É importante destacar que o fenômeno que vemos hoje no Estado difere e muito dos movimentos econômicos de extrativismo que ocorreram antes. Por mais que tenham gerado riquezas, tanto nos ciclos da borracha, quanto do ouro, além do extrativismo em si, havia o caráter mercantilista, que deu a Rondônia um tratamento parecido ao que as metrópoles davam às colônias na época dos grandes descobrimentos.

Não foram todos os grandes extrativistas que fincaram as raízes no Estado. Não foram todos que decidiram ficar na terra mesmo depois delas terem tudo sugado.

Hoje, o desenvolvimento de Rondônia tem outro contorno. Os trabalhadores e suas famílias chegam a uma terra receptiva, que expande sua economia para acomodar mais e mais investimentos, na grande maioria, estimulados por essa colossal obra do Programa de Aceleração do Crescimento, que se ergue e se estende sobre o leito do rio Madeira.

É uma iniciativa que está instalando em Rondônia não apenas um gigantesco canteiro de obras, mas também uma rede de indústrias que fornecem desde o cimento que servirá de liga para construção de incontáveis edificações que integram esse conglomerado energético, até as empresas que fornecem alimentação aos trabalhadores. Isso sem contar com a rede comercial e industrial de suporte à população

local, que vem crescendo em níveis espantosos em todo o Estado de Rondônia.

Ou seja, é indiscutível o crescimento do Estado nestes últimos anos, levando-se em conta, ainda mais, que o grande pico do trabalho da construção das usinas ainda está por chegar.

No entanto, nem tudo são rosas quando tratamos de um acréscimo populacional da monta que vimos, e estamos vendo, em Rondônia, nestes últimos anos. Os problemas existem, aparecem e devem ser enfrentados. E um deles é a rede de prostituição criada para atender a demanda sexual de cerca de dez mil trabalhadores que atuam isolados na região de Jaci Paraná, distante cerca de cem quilômetros da capital do Estado, Porto Velho.

Os termos que chegam da imprensa são incômodos demais. Cita a reportagem do jornal *A Crítica*, de Manaus, publicada recentemente: "Em dois anos, Jaci Paraná se transformou num imenso mercado de sexo a céu aberto funcionando 24 horas por dia, onde mulheres e adolescentes são a principal matéria prima".

A matéria traz a citação de uma moradora local que mostra o grau de preocupação que a situação gerou para a população de Jaci Paraná. "Isso aqui virou um inferno", diz a agricultora Maria Martins, uma mulher de 49 anos, mãe de uma adolescente de 12 anos. Ela continua: "As mulheres se vendem em plena luz do dia. Tenho uma filha e tento protegê-la do jeito que dá".

Mas o problema não atinge apenas a população local, não apenas mães ciosas, preocupadas com a segurança de suas filhas, como a dona Maria Martins.

O problema atinge as populações vizinhas, de outros Estados, até, que têm sido vítimas dos aliciamentos de mulheres, jovens ou até mesmo meninas, que são iludidas com a promessa de faturamento rápido. Elas estão saindo de suas casas, de suas vilas, de suas cidades com a ideia de que poderão voltar com dinheiro suficiente para comprar suas casas, de poder ajudar as suas famílias, de poder recomeçar, quem sabe, uma nova vida, que não seja a vida da prostituição ou da pobreza anterior.

Não há como deixar de frisar aqui: são promessas vazias, fantasiosas. São promessas que já foram feitas antes para jovens mulheres que acabaram tornando-se vítimas de redes de prostituição internacional. Redes criminosas que prometiam uma vida melhor na Europa, mas que levavam, na verdade, a uma existência degradante e vil. Em Jaci Paraná, mulheres e meninas acabam, muitas vezes, dentro do esquema de semiescravidão, obrigadas a vender seus corpos diuturnamente. Algumas conseguem guardar parte do dinheiro para si. Outras, nem isso. Todas acabam presas à prisão criada pela prostituição.

As Polícias Civil e Rodoviária Federal vêm tentando coibir esse tipo de atividade, esse comércio, esse verdadeiro tráfico de mulheres na região. Mas o trabalho é duro. As jovens sentem-se ameaçadas pelas represálias dos agenciadores, das pessoas que as tiram de casa e levam para o desespero da prostituição. Elas negam-se a ajudar a polícia. As menores de idade, então, nem se fala. Apavoradas, elas têm medo de tudo e de todos. Temem até mesmo voltar para casa.

É preciso uma atenção especial à região. Peço aqui uma atenção especial do Ministério da Justiça, oferecendo um reforço de forças federais para coibir esse crime que atravessa divisas de Estados. Precisamos de uma ação de inteligência para desbaratar essa rede de agenciadores que praticamente contrabandeiam mulheres dentro de até mesmo caminhões de carga. Ação de inteligência e investigação que desmonte essas quadrilhas e que resultem em prisões exemplares e efetivas.

É preciso, ao mesmo tempo, desencadear ações sociais para evitar que mulheres, jovens e meninas de famílias pobres de Jaci Paraná, das regiões e Estados vizinhos sejam aliciadas pela prostituição.

Na cidade de Humaitá, por exemplo, a quase 600 quilômetros de Manaus, polícia e conselho tutelar procuram quatro adolescentes que sumiram, sem deixar vestígios, e os indícios apontam a rota de prostituição de Jaci Paraná. Casos como esse se repetem, se multiplicam, fruto da ignorância, da pobreza e da dificuldade de investigação e de patrulhamento da região.

Não há, Sr.s e Srs. Senadores, como deixar de lado um problema como esse. Não há como deixar correrem paralelos o crescimento do Estado e o crescimento do abuso de crianças e adolescentes. É preciso eliminar esse desrespeito aos direitos humanos para que possamos testemunhar, sem sentimento de culpa, o desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, as pessoas que estão nos assistindo, agradecemos e chamamos a atenção realmente para esse grave problema, Presidente Sadi Cassol, que afeta o Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sadi Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Muito obrigado, Senador.

Antes de chamamos o próximo orador inscrito, queremos dar as boas vindas ao grupo de enfermagem de diversos hospitais de Brasília, que está nos visitando aqui. Muito obrigado pela presença.

E acho que é bom também lembrar àqueles que talvez estejam visitando pela primeira vez o Senado da República que o nosso placar mostra o comparecimento de 53 Senadores. Daí, para quem não sabe como funciona, pode imaginar que o Senador dá a presença e vai embora. E não é assim que funciona. É bom deixar isso esclarecido para a comunidade que esses 53 Senadores estão na Casa, atendendo Prefeitos em seus gabinetes, acompanhando Prefeitos e Governadores nos Ministérios em busca de recursos. Enfim, é um trabalho diário, em Comissões e tantas outras reuniões que se pratica aqui dentro. Então, como aqui é um local exclusivamente para se manifestar na tribuna e apresentar projeto em dia de votação, os Senadores não têm a obrigação e nem a necessidade de estar aqui. Estão produzindo mais em seus gabinetes, atendendo seus Prefeitos de seus Estados e Governadores, do que estarem aqui ouvindo todos os oradores falarem.

Então, essa é a explicação, para vocês entenderem como funciona.

Obrigado pela presença.

O próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy, pelo tempo regimental de 10 minutos.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Sadi Cassol, V. Ex^a presidia ontem a noite a sessão, era mais de 9 horas da noite, quando fiz um pronunciamento sobre os avanços havidos pelo Ministério de Desenvolvimento e Reforma Agrária, com respeito a diversas áreas que foram objeto de assentamento e fazendo um paralelo com o que aconteceu durante o governo Fernando Henrique Cardoso e o governo presente.

Presidente Cassol, eu queria observar que ainda hoje telefonei para o Diretor do Jornal do Senado para saber por que não houve qualquer menção no *Jornal do Senado* do pronunciamento que fiz ontem. O Sr. Eduardo Leão me disse que pode ter sido por causa do horário que fiz o pronunciamento.

Mas eu queria ponderar que deveria ser realizado um esforço por parte do Senado, do **Jornal do Senado** e da própria gráfica,

Que seria próprio que se realizasse um esforço para que tudo o que tenha sido expresso por todo e qualquer Senador até o último pronunciamento do dia possa ter o devido registro no **Jornal do Senado**, que, para nós, é o meio de comunicação tão importante, até para que saibamos bem o que cada um de nossos colegas falou na véspera, e assim por diante. Então, deixo aqui o apelo para que, na medida do possível, isso possa ser realizado.

Quero dizer que o Diretor do *Jornal do Senado* me explicou que, o Sr. Eduardo Leão, muito respeitosa e amavelmente, o meu pronunciamento de ontem então será publicado no dia de amanhã. Mas daí eu fico pensando: “Bom, e, se vai ser publicado o de ontem no dia de amanhã, o que vai acontecer com o meu pronunciamento de hoje, porque normalmente o **Jornal do Senado** costuma dar destaque ao pronunciamento que cada Senador faz por dia”. Então, ainda não sei qual será a decisão que o *Jornal do Senado* terá amanhã.

Mas eu gostaria de desenvolver um pouco melhor – e aproveito até a presença aqui do Senador Cristovam Buarque, que sempre comigo dialoga sobre esse tema –, relativo ao que falei no último momento de minha reação e vou voltar a ele hoje.

Refiro-me à emenda que apresentei, às diretrizes para o Programa de Governo Dilma Rousseff de 2010 e que foi unanimemente aprovada pelos Delegados ao 4º Congresso Nacional do PT, na tarde de sexta-feira passada. Nessa ocasião, o vice-presidente responsável pela Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, Valter Pomar, leu, perante os 1.350 delegados, essa proposta que havia sido assinada conforme regulamento do Congresso por mais de 10% dos 1.350 delegados, pois mais de 200 haviam assinado.

É a seguinte a emenda:

Acrescer ao item 18 – no bloco denominado o crescimento acelerado e o combate às desigualdades sociais e regionais serão o eixo que vai estruturar o desenvolvimento econômico –, logo após a alínea “f”, que trata do “aprimoramento permanente dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para erradicar a fome e a pobreza, facilitar o acesso de homens e mulheres ao emprego, formação, saúde e melhor renda”, a seguinte alínea:

g) transição do Programa Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania – RBC, incondicional, como um direito de todos participaram da riqueza da nação, conforme prevista na Lei nº 10.853, de 2004, de iniciativa do PT, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 8 de janeiro de 2004; e o estímulo às administrações municipais a iniciarem experiências pioneiras da instituição da Renda Básica de Cidadania, como Santo Antônio do Pinhal, no Estado de São Paulo, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores.

Pois bem, gostaria aqui de informar que, no próprio sábado, quando a Ministra Dilma esteve no congresso nacional do PT, realizado aqui em Brasília, eu a informei de que, por consenso de todos os delegados

que então levantaram os seus crachás vermelhos, foi aprovada essa alínea, essa emenda. Ela achou positivo que isso tenha acontecido.

Então quero aqui transmitir, inclusive aos candidatos à Presidência da República, à própria Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, à Senadora Marina Silva, com quem por vezes tenho dialogado a respeito, ao Deputado Ciro Gomes, com quem tenho muitas vezes dialogado a respeito, ao Governador José Serra, que poderá eventualmente ser o candidato à Presidência da República, ou ao Governador Aécio Neves ou a outros possíveis candidatos, que será importante que todos os pré-candidatos hoje à Presidência da República, já que não houve convenção oficial para designá-los assim até agora, estejam cientes do que diz a Lei nº 10.853, que trata dessa transição. E que venham a considerar seriamente como poderá haver esse caminho do Programa Bolsa Família, que já é um desenvolvimento do Programa de Renda Mínima associado à educação ou Bolsa Escola, depois do Bolsa Alimentação, do Cartão Alimentação e assim por diante, até um dia chegarmos à renda básica de cidadania.

Ainda ontem, o Senador Osmar Dias falou a respeito do estudo realizado pelo Ibase, Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, que se referiu ao programa Bolsa Família. Segundo este estudo, para 87% das famílias beneficiadas o gasto principal do benefício é com alimentação. Em seguida, o dinheiro é usado para material escolar, 46,5%; e vestuário, 37%.

Nós falamos aqui de comida, escola e roupas, tudo aquilo que o cidadão precisa para atender parte de suas necessidades básicas, então, o Bolsa Família é necessário, tem que continuar ser ampliado e aperfeiçoado. E disse o Senador Osmar Dias que a maior preocupação das pessoas é com segurança alimentar, e isso, em grande parte, portanto, tem sido atendido. Mas é importante que se possa pensar no aperfeiçoamento.

Eu gostaria aqui de, uma vez mais, anunciar que, no dia 30 de dezembro e nos dias 1º e 2 de julho próximos, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, realizar-se-á o 13º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network, que é o fórum criado em Louvain, na Bélgica, em 1986, por um grupo de jovens filósofos e economistas que incluía o professor Philippe Van Parijs, Clauss Offe, Guy Standing e diversos outros professores que vieram a constituir esse fórum para debater sobre as inúmeras experiências de programas de transferência na Europa e em todos os países do mundo e também para propugnar que se pudesse instituir em cada país – e, um dia, no Planeta Terra – uma renda básica como

o direito à cidadania, o direito de todos partilharem da riqueza da nação, que seria incondicional.

Quero ressaltar que um dos fundadores da Bien, o professor Phillippe Van Parijs, esteve no Brasil em 1996, época em que estava em vigência um dos programas pioneiros como o de Campinas, de José Roberto Magalhães Teixeira, e o de Cristovam Buarque, o Programa Renda Mínima associada à educação ou Bolsa Escola. Naquela oportunidade, o professor Phillippe Van Parijs fez uma visita ao governador e professor Cristovam Buarque, ex-reitor da UnB, e eu fui testemunha desse diálogo. O Sr. Phillippe Van Parijs ouviu de Cristovam Buarque como ele avaliava adequado que os programas de renda mínima estivessem vinculados às oportunidades de educação. Na linha do que analisava e expunha o professor José Márcio Camargo, quando observou que seria uma maneira de cortar o círculo vicioso da pobreza, na medida em que famílias carentes muitas vezes instavam as suas crianças a trabalhar precocemente deixando de ir à escola. Se provessem um complemento de renda a essas famílias, garantindo a presença de suas crianças na escola, certamente significaria cortar um dos círculos viciosos da pobreza.

Foi então que, naquela oportunidade, já tramitavam no Congresso Nacional três projetos na direção de se relacionar renda mínima às oportunidades de educação de Nelson Marchezan, Chico Vigilante, Pedro Wilson e, aqui no Senado, na mesma direção de José Roberto Arruda, Renan Calheiros e Ney Suassuna.

E eis que, então, eu levei ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a visita de Philippe Van Parijs. Estavam presentes o Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, Nelson Marchezan e toda a equipe do Ministério da Educação. E foi então que Philippe Van Parijs disse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: olha, o objetivo que temos é de instituir um dia a renda básica de cidadania, mas será muito importante que se inicie relacionando a renda mínima às oportunidades de educação, como fazem programas como o Bolsa Escola aqui do Distrito Federal, de Cristovam Buarque, o programa de Campinas, pois isso significará investimento em capital humano até que um dia possamos ter essa transição.

E eis que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu a luz verde para que se iniciasse e fosse aprovada aqui a primeira lei, a de nº 9.533/97, depois transformada na lei que foi uma medida provisória em 2001, que apressou a instituição daquilo que foi o Bolsa Escola, depois o Bolsa Alimentação e hoje o Bolsa Família por todos os 5.664 Municípios brasileiros.

Ora, eu queria aqui transmitir que o Senador Cristovam Buarque acaba de me dar a boa notícia de

que ele aceitou o convite da professora Lenas Lavinas, do professor Fábio Waltenberg, de mim próprio, para expor a sua reflexão, a sua experiência sobre os programas de transferência de renda ali no congresso da Bien, que vai ser realizado em 1º e 2 de julho na Universidade de São Paulo.

Virão pensadores, economistas, filósofos, ativistas dos programas de transferência de renda dos cinco continentes. Será uma oportunidade formidável para

o Professor Philippe Van Parijs fez uma visita ao Professor, Governador e ex-Reitor da UnB Cristovam Buarque, e fui testemunha desse diálogo, em que o Sr. Philippe Van Parijs ouviu de Cristovam Buarque como ele avaliava adequado que os programas de renda mínima estivessem vinculados às oportunidades de educação, também na linha do que analisava e expunha o professor José Márcio Camargo, quando observou que isso seria uma maneira de cortar o círculo vicioso da pobreza, na medida em que famílias carentes muitas vezes instavam suas crianças a trabalhar precocemente, deixando de ir à escola. E, se se prosseguisse um complemento de renda a essas famílias, garantindo a presença de suas crianças na escola, isso certamente significaria cortar um dos círculos viciosos da pobreza.

Foi, então, que, naquela oportunidade, já tramitavam no Congresso Nacional três projetos na direção de se relacionar renda mínima às oportunidades de educação de Nelson Marchezan, Chico Vigilante, Pedro Wilson e, aqui no Senado, na mesma direção de José Roberto Arruda, Renan Calheiros e Ney Suassuna.

Eis que, então, levei ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a visita de Philippe Van Parijs. Estava presente o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, estava presente Nelson Marchezan e toda a equipe do Ministério da Educação. Foi, então, que Philippe Van Parijs disse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: “O objetivo que temos é instituir um dia a renda básica de cidadania, mas será muito importante que ele se inicie relacionando a renda mínima às oportunidades de educação, como fazem programas como o Bolsa-Escola, aqui, do Distrito Federal, de Cristovam Buarque, o programa de Campinas, pois isso significará investimento em capital humano até que um dia possamos fazer essa transição.”

Eis que, então, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu a luz verde para que se iniciasse e fosse aprovada aqui a primeira Lei, de nº 9.533, de 1997, depois transformada na lei que foi uma medida provisória, em 2001, que apressou a instituição daquilo que foi o Bolsa-Escola, depois o Bolsa Alimentação e, hoje, o Bolsa Família, por todos os 5.664 Municípios brasileiros.

Ora, eu queria aqui transmitir que o Senador Cristovam Buarque acaba de me dar a boa notícia de que ele aceitou o convite da Professora Lenas Lavinas, do Professor Fábio Waltenberg, de mim próprio para expor sua reflexão, sua experiência sobre os programas de transferência de renda, ali no congresso da Bien, que vai ser realizado em 1º e 2 de julho na Universidade de São Paulo. Virão pensadores, economistas, filósofos, ativistas dos programas de transferência de renda dos cinco continentes.

Será uma oportunidade formidável para trocarmos ideias e, inclusive, para estarmos aperfeiçoando os programas de transferência de renda, que, felizmente, no Brasil, colaboraram para diminuir a pobreza absoluta, para diminuir a desigualdade social.

Acho que será uma oportunidade para, inclusive, todos aqueles que, no Senado Federal, têm colaborado para isso. Entre esses está a Senadora Lúcia Vânia, que, quando Ministra da área de desenvolvimento social, foi responsável também pelo programa Bolsa-Escola, pelo trabalho de erradicação do trabalho infantil, que, hoje, está mais e mais relacionado ao próprio programa Bolsa Família.

Eu gostaria de transmitir à Senadora Lúcia Vânia que também será muito bem-vinda, se quiser participar do congresso da Bien, Basic Income Earth Network, que se realizará no próximo 30 de junho, 1º e 2 de julho. Também convidado os Senadores Cassol e Paulo Duque para ali estarem participando.

Enfim, muito obrigado, Presidente...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Cristovam Buarque, se me permite...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, creio que, desde sempre, estivemos muito ligados, casando a ideia do Bolsa-Escola e do Renda Mínima. Minha posição, hoje, diante da existência do programa Renda Mínima no Brasil, com o nome de Bolsa Família – na verdade, é um programa de renda mínima –, é que o programa perdeu a característica de bolsa-escola. Acho que, nessa situação, o que venho defender aqui é o que levei ao Equador, há muitos anos, quando fui contratado pela Unicef para levar para lá o Programa Bolsa-Escola. Quando cheguei ao Equador, já existia lá um programa. Tinha um nome próprio, mas era o renda mínima, igualzinho ao Bolsa Família. Chamava-se Bônus Solidariedad. E o governo sentia que esse projeto não tirava as pessoas da pobreza, porque era preciso haver um incentivo à educação. E fui muito claro: não fazia o menor sentido parar de pagar esse bônus *solidariedad*, que é o bolsa família, e criar um

programa agora vinculado à educação. As famílias se acostumaram, as famílias necessitam, as famílias têm que comer. E minha sugestão foi manter aquele fundo **solidariedad** e criar um programa bolsa-escola adicional. É o que defendo hoje no Brasil. Não há como parar o Bolsa Família, a partir de agora, negando-se às famílias esse dinheiro, que há anos já o recebem; negando-lhes a bolsa porque os filhos cresceram e não estão mais na escola, ou porque os filhos faltam às aulas. Minha proposta é que se mantenha o programa Bolsa Família, mas com o nome Renda Mínima, e crie-se um programa de incentivo às crianças para irem à escola. Ou seja, o Bolsa Família viraria o Renda Mínima. Para todos. Pobres, hoje, e, em breve, como V. Ex^a defende, para todos de todas as rendas. E, ao mesmo tempo, às famílias que têm crianças em idade escolar, daríamos um incentivo específico, da mesma maneira que damos incentivo para aqueles que já se formaram em Engenharia irem fazer seus doutorados na Europa. Eles ganham a bolsa; não ganham o Bolsa Família, mas a bolsa de estudo. A família continua recebendo. Suponhamos que os pais sejam aposentados, continuam recebendo suas aposentadorias, e o jovem vai receber sua bolsa-escola. Não vejo outra saída para compatibilizarmos um programa de assistência social, que é irreversível e que continua necessário, como o Bolsa Família, que, na verdade, é uma renda básica para alguns; não é ainda universal para todas as faixas de renda, mas apenas para as camadas pobres – e está correto que comece por aí. Não dá para acabar com ele, mas não dá para ficar só nele, porque ele não tira da pobreza, ele não liberta, ele não traz uma porta de saída, tanto que se criam portas paralelas: frentes de trabalho, o emprego que o PAC oferece, mas que é provisório. Então, tenho a impressão de que devemos incentivar o próximo Presidente a dizer: “vou manter o Bolsa Família.” Sugiro mudar o nome para Renda Mínima, mas, se não quiser mudar, continua Bolsa Família. Agora, vamos criar uma bolsa-escola, vamos criar um incentivo específico para que as crianças possam estudar e estudem, porque, sem esse incentivo, o Bolsa Família ou a Renda Mínima é insuficiente como incentivo. Precisamos dar um incentivo para que as crianças estudem, e este incentivo seria a bolsa-escola, não desfazendo o Bolsa Família, mas complementando para aquelas famílias que têm filhos em idade escolar; e trocando o nome, se for o caso, de Bolsa Família para Renda Mínima, que está muito mais condizente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Cristovam Buarque, em verdade, a Lei nº 10.835 já autoriza o Governo a caminhar, por etapas, do Bolsa Família para o Renda Básica de Cidadania e

torná-lo universal para, se fosse hoje, os 192 milhões de habitantes do Brasil, inclusive os estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou mais. Está expresso na lei, e basta o governante, o Presidente da República que ali estiver ocupando o cargo abraçar a proposta e levá-la adiante, inclusive pode-se pensar na criação do fundo, que pode envolver os recursos do pré-sal – pelo menos uma parte dele – para essa finalidade.

Eu gostaria muito de ver todas as pessoas no Brasil, com a consciência, a mentalidade de V. Ex^a sobre a relevância da educação. V. Ex^a, aqui, transmite-nos a todos, diariamente, como é importante que cada pai, cada mãe possa ter suas crianças na escola e com a melhor educação possível.

Acredito muito que, quando tivermos passado para o Renda Básica de Cidadania, ao mesmo termos tal consciência para toda a população, da mesma maneira que hoje qualquer pai e mãe que tem recursos em nosso País faz questão de que suas crianças estejam frequentando as escolas, as melhores escolas, as melhores universidades.

Mas eu avalio que a sua contribuição e reflexão para o Congresso Internacional da Renda Básica, que se realizará na USP em julho próximo, será fundamental, eis porque renovo o convite, com alegria, para que esteja lá presente.

Muito obrigado, Presidente Sadi Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Muito obrigado ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Antes de anunciar o próximo orador inscrito, a Mesa comunica que foi lido, em sessão anterior, o **Requerimento nº 102, de 2010**, do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 8 de março de 2010, destinada a homenagear o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema será “Economia e Vida”, com o lema “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”.

Em votação o requerimento.

As Srs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. *Fora do microfone.*) – Quem é o autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – São Marconi Perillo e outros Senadores.

O próximo orador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo tempo regimental. Em seguida, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Paulo Duque, caso não chegue o Senador Pedro Simon, que está inscrito antes de S. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Senador Sadi Cassol, que preside esta sessão, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero, hoje, abordar um tema que me entristece muito.

Há pouco tempo atrás, o jornal **Correio Braziliense**, numa série de reportagens, publicou matéria a respeito da falsificação de medicamentos e equipamentos médicos no País. Também a revista **IstoÉ** publicou uma matéria muito documentada sobre a questão.

Naquela ocasião, Sr. Presidente, e veja que está datada de fevereiro de 2010 essa matéria que saiu, fiz, imediatamente, um requerimento pedindo que fosse ouvido o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o diretor-presidente da Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para que prestassem esclarecimentos, em audiência pública, perante a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e a Subcomissão de Saúde da mesma Comissão, a respeito da pirataria na Medicina/medicamentos no País, conforme reportagem do **Correio Braziliense**. O Senador Papaleo Paes apresentou outro requerimento, aditando o meu, pedindo a inclusão do nome do secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, Dr. André Barcellos.

Pois bem, então, convidamos três autoridades.

No meu entender, nós deveríamos ter convocado o Ministro de imediato, até para falar no plenário deste Senado.

Nós temos tido uma postura elegante demais, eu diria até que excessivamente cavalheiresca, primeiro de não convocar Ministro, convidar, como se convocar fosse um desrespeito ao Ministro, embora esteja previsto na Constituição e no Regimento do Senado.

Mas um tema dessa magnitude... Eu, como médico, fico altamente indignado por saber, por ter tomado conhecimento do tamanho da falsificação, da pirataria de medicamentos e equipamentos médicos, da quantidade de pessoas vítimas desses medicamentos e desses equipamentos.

Ora, então a coisa aconteceu, a primeira reportagem do **Correio Braziliense** se deu em 2009, no dia 24 de novembro daquele ano. Pois bem, foi uma semana de... Aliás, do dia 9 ao dia 14 de agosto de 2009 – vai fazer um ano, praticamente. Aí, hoje, foi marcada a audiência.

Pois bem, o que acontece? O Ministro da Saúde, embora só convidado, marcou a data que quis para vir. Deu tempo, portanto, de agosto de 2009 até final de fevereiro, praticamente, de 2010, de ele vasculhar, mandar os seus auxiliares verem tudo para ele poder dar um esclarecimento.

Ninguém está cobrando do Ministro que ele tenha de estar atento por 24 horas para não acontecer isso. Acontece. Agora, ele tem de estar atento para, acontecendo, tomar providências imediatas e, de preferência, adotar posturas preventivas – é onde entraria a questão da Anvisa – para não acontecer.

Pense bem, Senador Sadi Cassol: uma pessoa que tenha um problema de saúde importante, ou mesmo uma doença leve, e que compra um medicamento falsificado, pensando que está comprando um medicamento correto.

Aqui tem, no relato da reportagem do **Correio Braziliense** e da **IstoÉ**, casos de morte, casos de perda de visão, casos de perda de movimentos, porque até próteses médicas para cirurgia de quadriplégiados foram falsificados e usados por hospitais respeitáveis, porque eram vendidos através de firmas que estavam legalmente registradas. Então, esse é um crime que eu considero hediondo, porque atenta contra a saúde e contra a vida das pessoas.

O que aconteceu hoje? Marcado por ele, quer dizer, atendendo a um suave convite para falar numa Comissão do Senado, nem no plenário era, o Ministro não compareceu e mandou um representante. A mesma coisa faz o Presidente da Anvisa, que não compareceu e mandou um representante.

Melhor teria sido se eles remarcassem. Já que, desde agosto de 2009, só agora tiveram tempo de marcar, melhor seria se tivessem remarcado. Já que levaram todos esses meses, de agosto de 2009 para cá, mais de seis meses para dar uma explicação, era melhor que eles tivessem remarcado para outra semana ou para a semana seguinte, já que, segundo informação da sua assessoria, por motivo de viagem, eles não puderam comparecer.

Eu, como autor do requerimento, Sr. Presidente, considerei e considero um descaso com o cidadão e a cidadã brasileiros, um desrespeito ao Senado Federal, porque, repito, estamos vendo, quase que de vez em quando, o Presidente Obama, dos Estados Unidos, ir ao Congresso dar explicações, pessoalmente, sobre o seu plano de saúde – já que estou falando em plano de saúde –, defender as razões do seu plano de saúde, entre outros temas. E isso não significa que o Presidente da maior democracia do mundo esteja perdendo autoridade ao ir ao Congresso dar explicações e discutir com os parlamentares as suas ideias.

Aqui, convidamos o Ministro da Saúde e o Presidente da Anvisa e eles não vêm, mandam representantes.

Como eu disse na Comissão, o que fiz? Eu disse que eu acho que as pessoas que foram mandadas

como representantes do Ministro e do Presidente da Anvisa sabem mais que eles sobre o assunto. Sabem mais, mas eles deveriam ter vindo, então, assessorando o Ministro e o Presidente da Anvisa, e não os dois não comparecerem e mandarem seus assessores virem à Comissão de Assuntos Sociais.

Então, na hora, eu disse que não aceitava esse tipo de conduta, que – repito – considero desrespeitosa, primeiramente, com a população brasileira, com o cidadão ou a cidadã que usa inclusive os serviços de saúde pública, o SUS, mas também até em clínicas particulares, Senador Duque, aconteceu isso. E aí eu disse que, diante daquilo, não ficaria na audiência para ouvir a explanação de dois representantes do Ministro e do Presidente da ANVISA. Se eles não têm consideração com o Senado de, sendo convidados... Porque não foram convocados. Aqui, nós temos que acabar com esse medo, essa subserviência de não convocar Ministro porque é uma afronta convocar Ministro. Toda vez que se apresenta um requerimento para convocar Ministro, a Liderança do Governo e os Partidos aliados imediatamente pedem para ser convidado e não convocado. Quer dizer, o Senado não tem coragem, acha que é um desrespeito convocar Ministro para explicar alguma coisa de interesse da Nação. Mas, mesmo convidados, essas duas autoridades maiores da área de saúde não se deram o cuidado e o respeito de comparecer à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e à Subcomissão de Saúde. Então, retirei-me da reunião, eles prestaram seus esclarecimentos, a que depois vou me deter e ler.

Mas quero fazer este registro de protesto e pedir que o Senado assuma realmente um papel mais protetivo na defesa da população brasileira.

Não se trata de defender o Partido do Presidente, não se trata de defender o Partido aliado do Presidente, não se trata de defender a maioria do Governo aqui. Não se trata de defender o Governo não, nem

defender e nem acusar. O que nós estamos querendo aqui é passar a limpo uma história altamente comprometedora, publicada por dois importantes veículos de comunicação, que são o *Correio Braziliense*, que, repito, publicou uma série de reportagens fartamente documentadas, e a revista *ISTOÉ*.

Então, eu queria dizer da minha indignação como Senador, como médico, como cidadão, diante da atitude do Sr. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e do Presidente da Anvisa, Sr. Dirceu Raposo de Mello, que, mesmo convidados no ano passado, em agosto, marcaram para agora, e agora não comparecem. Eu realmente entendo que nós temos que mudar de posição e pensar que aqui se criou uma neura de que: “Não. Não podemos convocar um Ministro do Presidente Lula porque senão é uma afronta ao Presidente Lula. Ministro nenhum aqui pode ser convocado e nem convidado”.

Eu não posso aceitar isso. Honestamente, acho que nós não podemos abrir mão da autoridade que nos dá a Constituição Federal, que nos dá o nosso mandato; aliás, é uma obrigação do Congresso Nacional, do Senado, em particular, fiscalizar as ações que são do Governo. Não é ação do Governo, do Sr. Ministro da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária cuidar para que a população tenha um atendimento de saúde de qualidade e que não seja vítima de um crime desses de pirataria, de falsificação de medicamentos, de equipamentos médico-hospitalares?

Então, vou deixar registrado e pedir a V. Ex^a, Senador Sadi Cassol, que considere como parte do meu pronunciamento o requerimento que fiz, a pauta de hoje da Comissão de Assuntos Sociais, bem como vou requerer a Ata da Comissão de Assuntos Sociais para também constar como parte deste pronunciamento, porque não posso aceitar esta situação de humilhação e desrespeito para com a população brasileira e para com o Senado da República.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do inciso I, § 2º, do art. 210 do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Ministro da Saúde fala sobre medidas para conter falsificação de remédios”. Matéria publicada na Agência Senado;

“Medicamentos e equipamento pirateados trazem sofrimento e morte”. Matéria publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, em 24/02/2010;

“O caminho dos remédios fatais”. Matéria publicada no *Correio Web*, em 24/02/2010;

- “Fronteira do Paraguai aberta aos piratas da saúde”. *Idem*;

- “Conexão de medicamentos piratas com os bolivianos”. Matéria publicada no jornal *Correio Braziliense*, em 24/02/2010;

- “A rede milionária do tráfico de remédios”. *Idem*;

- “Pirataria de remédios impune”. *Idem*;

- “Entidades cobram maior fiscalização à falsificação de medicamentos”. *Idem*;

- “O perigo dos remédios falsos”. Matéria publicada pela revista *Istoé Independente*;

- Pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais de 25/02/2010;

- Requerimento do Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti à CAS;

- Requerimento do Sr. Senador Papaléo Paes à CAS.

COMISSÕES / Assuntos Sociais

23-2-2010 – 10h46

MINISTRO DA SAÚDE FALA SOBRE MEDIDAS PARA CONTER FALSIFICAÇÃO DE REMÉDIOS NO BRASIL

A pirataria na medicina, envolvendo a falsificação de medicamentos e até de equipamentos hospitalares, será debatida, na próxima quinta-feira (25/02), em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Para o debate, foram convidados o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Melo.

A iniciativa é do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que se mostrou preocupado com o assunto após a publicação de uma série de reportagens pelo jornal *Correio Braziliense*, em agosto de 2009,

mostrando o crescimento de casos de “pirataria” no setor de saúde.

O debate vai ocorrer na sala 9 da ala Alexandre Costa, a partir das 9h.

Elina Rodrigues Possebom / Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTO PIRATEADOS TRAZEM SOFRIMENTO E MORTE

Publicação: 9-8-2009 09:24

Atualização: 9-8-2009

12:14

Por Alana Rizzo, Thiago Herdy e Maria Clara Prates

O comprimido azul era a promessa de sobrevida na luta contra uma doença pulmonar grave. A prótese adiaria, por muitos anos, o último baile. O pino acabaria

com as dores na coluna, martírio de quem passava incontáveis horas em pé, na sala de aula. As seis pílulas brancas de todo dia eram a esperança para vencer o câncer de próstata. Os quatro parafusos no pescoço, solução para retomar aventuras entre trilhas, mares e montanhas. E o contraste de raio-x – tomado para um exame – era só para conferir se a gastrite, adquirida em anos de trabalho com adolescentes ou na rotina exaustiva na manutenção de máquinas, poderia ter melhorado.

Saiba mais...

Chefes da quadrilha de piratas na área da saúde são frequentadores da alta sociedade gaúcha os empresários da ilusão dos doentes o caminho dos remédios fatais

As histórias acima são de brasileiros que, no lugar da cura, encontraram a dor e, em muitos casos, a própria morte. O Brasil não produz estatísticas que mostrem o número total de pessoas que perderam a vida ou foram enganadas quando tinham esperança de recuperação. Estima-se que, apenas no Rio Grande do Sul, esse número ultrapasse os 7 mil. Em três casos de adulteração de medicamentos identificados pelas autoridades sanitárias nos outros estados brasileiros, foram quatro dezenas de mortos. E o volume de apreensões das falsificações nos sete primeiros meses deste ano contribui para revelar a dimensão do problema: 313 mil quilos de medicamentos foram recolhidos de norte a sul do país, em pequenos e grandes municípios. É um número sete vezes maior do que o registrado em todo o ano passado, quando 45 mil quilos de remédios pirateados acabaram incinerados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A falsificação de medicamentos e de produtos médicos no país transformou-se em problema de saúde pública, com status de crime organizado e cada vez mais infiltrada nas estruturas do Estado. Grupos conseguem, até mesmo, abastecer o Sistema Único de Saúde (SUS) com as drogas e os equipamentos da morte. Ao longo de 68 dias, o Correio/Estado de Minas freqüentou o submundo do crime para mostrar os bastidores da pirataria de remédios e equipamentos. A reportagem – que será publicada em série até a próxima sexta – visitou as fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai para flagrar a facilidade como o comércio clandestino ocorre. Acompanhou a ligação cada vez mais próxima desse mercado com o narcotráfico e os esquemas de roubo de cargas. Investigou como atuam organizações que chegam a se infiltrar entre médicos para levar os produtos a todos os cantos do país. E foi atrás das prefeituras que compraram medicamentos falsos nos pregões eletrônicos e dos relatos das cirurgias em que foram usados equi-

pamentos de péssima qualidade e sem registro, pagos com dinheiro público.

Criminosos

Mesmo diante desse quadro aterrador, em 18 meses, apenas 104 pessoas foram presas acusadas de envolvimento com os crimes e 80 pontos de venda foram interditados. E mais de seis anos depois dos episódios de falsificação de remédios mais chocantes do país, envolvendo as marcas Androcur e Celobar, a impunidade reinou. O Correio/Estado de Minas apurou que os criminosos não foram devidamente responsabilizados e, em alguns casos, levam uma vida de luxo. Às famílias dos doentes iludidos com a compra dos remédios falsificados, restou apenas a saudade dos que partiram para sempre.

A própria Anvisa admite que “enxuga gelo” com as ações de repressão. A situação não é diferente em relação à Receita, que não consegue interceptar mais de 5% de todo o contrabando que passa pela Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR), na fronteira com o Paraguai, principal responsável pelo abastecimento do mercado de piratas no Brasil. Trata-se de um problema que envolve pelo menos 20% dos medicamentos que circulam pelo mundo, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O Parque Industrial de Taiwan, instalado no município de Minga Guazú, a apenas 20km de Ciudad del Leste, é apontado pela Anvisa como um dos locais onde são montados equipamentos médicos, como aparelhos de pressão. O letreiro na entrada informa que se trata de uma empresa alimentícia, mas no local, um terreno com 500 metros de frente e um quilômetro de extensão, só existem galpões, sem chaminés, necessárias à indústria de alimentos.

O caminho dos remédios fatais

Publicação: 9-8-2009 09:33

Atualização: 9-8-2009 15:16

Por Alana Rizzo, Thiago Herdy,
Maria Clara Prates e Renato Alves

Até chegar às mãos do consumidor brasileiro, remédios e equipamentos falsificados percorrem longo caminho, que começa do outro lado do globo. A fabricação é realizada em países onde a fiscalização é nula, nas regiões do Sudeste Asiático e Leste Europeu, República Popular da China, Índia, Afeganistão e Paquistão. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), naqueles países os produtores recebem encomendas e as despacham para mercados consumidores. O perfeccionismo é tanto que

próteses e medicamentos falsificados já seguem com embalagens adequadas ao idioma do destino.

Saiba mais...

Chefes da quadrilha de piratas na área da saúde são frequentadores da alta sociedade gaúcha Os empresários da ilusão dos doentes Medicamentos e equipamento pirateados trazem sofrimento e morte

Criada há pouco mais de dois anos, a Assessoria de Segurança Institucional da agência garante que, até então, não havia sido encontrada no território brasileiro estrutura mais sofisticada para a montagem de equipamento médico ou adulteração de remédios em larga escala. Mas há sinais de que a origem da pirataria não está mais tão distante. A Anvisa recebeu a informação de que um navio de bandeira chinesa, localizado a 200 milhas da costa brasileira, produz materiais como seringas e agulhas descartáveis sem controle.

A fábrica flutuante funciona 24 horas por dia e aproveita a mão de obra barata para inundar o mercado brasileiro com produtos falsificados. Para evitar rastreamento e repressão, os criminosos movimentam a embarcação de tempos em tempos. E a Anvisa não pode fazer nada.

As organizações criminosas especializadas na pirataria da saúde usam as mesmas rotas desbravadas por outros grupos que trazem para o Brasil armas, drogas e produtos eletrônicos. Os produtos chegam pelos portos legais e ilegais, para depois serem levados às fronteiras, quase sempre sem condições adequadas de fiscalização. A rota inclui tanto as mais movimentadas, exemplo de Paraguai e Uruguai, como as mais remotas, caso da Bolívia.

Estado mais populoso e mais desenvolvido do país, São Paulo é líder na preferência dos grupos criminosos na hora de despejar os produtos em território brasileiro. Centenas de atravessadores cruzam a Ponte da Amizade, que separa Foz do Iguaçu, no Paraná, e Ciudad del Leste, no Paraguai, para buscar mercadorias que abastecerão o estado considerado polo distribuidor dos remédios e equipamentos da morte. A tarefa não é difícil. Cerca de 80 mil carros e motos realizam a travessia diariamente.

Pela fronteira com o Uruguai, criminosos abastecem Rio Grande do Sul e Paraná. Na esquecida fronteira com a Bolívia, uma nova rota se estabelece por Cáceres, no Mato Grosso, a partir de San Mathias, cidade do país vizinho. Nos dois casos, produtos são despejados também em outros estados ao longo do caminho até São Paulo. É de lá que atravessadores, distribuidores de fachada e farmácias criminosas se encarregam de repassar produ-

tos a outras empresas, principalmente de Minas e do Rio. O mapa das apreensões da Anvisa mostra que, depois disso, os produtos chegam rapidamente aos consumidores. Apenas nos últimos 18 meses, a agência foi solicitada a agir em 73 municípios de Norte a Sul do país.

Fronteira do Paraguai aberta aos Piratas da Saúde

Cidade paraguaia é a principal conexão dos fabricantes de produtos e medicamentos falsos com Brasil

Maria Clara Prates

Publicação: 10-8-2009 07:51

Os remédios e produtos médicos de mentira circulam no Brasil em volume cada vez maior. Apenas nos sete primeiros meses do ano, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu durante operações de rotina 551.400 medicamentos contrabandeados. O número é maior que o confiscado nos 12 meses de 2008 e cresce ano a ano.

Na segunda reportagem da série *Cura Falsificada*, o **Correio/Estado de Minas** mostra que as portas do país estão escancaradas para a entrada de falsificados em sua fronteira mais cosmopolita. No Paraguai, é possível encomendar não apenas grandes quantidades de comprimidos e ampolas de remédios sem efeito, mas também termômetros, medidores de pressão e até estetoscópios.

Somente em uma ação de repressão na região, realizada pela Assessoria de Segurança Institucional da Anvisa em abril, foram apreendidos 21 mil comprimidos de diversos medicamentos, além de equipamentos.

O vaivém de turistas pelas ruas apertadas e cobertas de camelôs de Ciudad del Leste – município paraguaio fronteiriço com o Brasil – esconde uma face mais cruel do que a apresentada àqueles que a conhecem em busca de bugigangas. Responsável por 80% dos produtos pirateados que invadem o comércio nacional, de acordo com a Associação Brasileira de Combate à Pirataria, Ciudad del Leste é também a grande fornecedora de medicamentos falsificados e equipamentos médicos sem registro. Um negócio que encontra em mil quilômetros de fronteiras – seca e de portos clandestinos no Lago Itaipu e Rio Paraná – todas as facilidades para prosperar.

Diferentemente de organizações criminosas especializadas no tráfico de drogas e no contrabando de mercadorias importadas, o comércio ilegal de medi-

camentos e equipamentos médicos não tem uma estrutura formal. Pior. É usado o esquema de transporte de outros grupos criminosos para fazer aumentar o cruel negócio.

Essa fatia de comércio não tem um grande controlador e pode ser abocanhada por qualquer um, de acordo com o chefe da Delegacia de Polícia Federal, José Alberto legas. Medicamentos como o Pramil – o Viagra paraguaio – são produzidos em fabriquetas de fundo de quintal nas proximidades de Ciudad del Leste, que podem desaparecer num piscar de olhos e reabrir em outro local.

As facilidades, no entanto, não param por aí. A apenas 20km de Ciudad del Leste – terceira maior zona franca do mundo, atrás apenas de Miami e Hong Kong -, no município de Minga Guazú, está localizado o imponente Parque Industrial de Taiwan (PTI). Todo em estilo oriental, num terreno imenso com 500m de frente e mais de 1km de profundidade, o complexo industrial é apontado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – responsável pelo controle da venda de medicamentos e equipamentos médicos no país – como centro de montagem de equipamentos importados, entre eles o aparelho de pressão à mostra nas ruas da cidade paraguaia.

Para entender melhor a falta de interesse na repressão a esse crime no país vizinho, é preciso entender a imaginação à estreita relação entre o Paraguai e Taiwan. A ilha se tornou ao longo dos anos o maior credor daquele país, o único da América Latina e um dos 23 no mundo que não reconhece a existência da República da China.

A importância do Paraguai para Taiwan fica clara também com a visita, em agosto do ano passado, do presidente taiwanês Ma Ying-Jeou, que ofereceu mais ajuda ao país ao então eleito bispo Fernando Lugo. O bispo disse durante sua campanha à presidência que pretendia rever suas relações com a China, o que poderia significar o fim de uma aliança de mais de 51 anos com Taiwan.

Ações inócuas

A partir da análise do terreno fértil em que se prolifera a pirataria, fica fácil entender também porque as operações policiais na região da fronteira são tão inócuas quanto os remédios falsos comercializados. Com representantes de organizações infiltradas nas estruturas do Estado, o vazamento de informação impede o sucesso.

De acordo com o chefe substituto da PF em Foz do Iguaçu (PR), Ricardo Schneider, os contrabandistas operam na mesma frequência dos rádios

da polícia, e integrantes da Marinha do Paraguai se encarregam de fazer a escolta de embarcações dos criminosos que atravessam o lago com os produtos ilegais. “Em 2007, foi montada uma operação durante a noite. Para nossa surpresa, fomos atacados a tiros de fuzis que partiram do território da Marinha paraguaia”, conta Schneider.

Não bastasse a grande extensão da fronteira e a escolta oficial, cerca de 80 mil veículos cruzam a Ponte da Amizade por dia, sendo que apenas um mototáxi pode fazer até 20 deslocamentos, segundo a Polícia Rodoviária. Para realizar a travessia, o custo é de R\$ 2 na moto, e para transportar remédios falsificados, os motoqueiros não cobram mais de R\$ 200.

Levantamento da Anvisa revela ainda que a capacidade de fiscalização da Receita na Ponte da Amizade não ultrapassa 5% do número de veículos. Ali, a agência não faz vistoria nos carros, só atua na análise de mercadorias já apreendidas pelo fisco. Para tentar tornar mais eficaz a repressão, por meio da Assessoria de Inteligência Institucional da Anvisa, são montadas operações especiais periódicas.

A facilidade de invasão no território nacional pode ser vista pelos números. Apesar de a Anvisa contabilizar a comercialização de mais de 300 toneladas de remédios falsificados e sem registro, nos dois últimos anos, em operações de rotina da PRF, em Foz do Iguaçu, foram apreendidas 74 mil unidades de Viagra, Reumazin, Pramil, Citotec, em 18 ocorrências, no ano passado.

Este ano, até julho, foram sete ocorrências com apreensão de 43,1 mil unidades dos medicamentos. A maior delas, este ano, aconteceu no dia 19, quando remédios eram transportados para Maringá (PR), dentro de computadores e brinquedos. Apenas o motorista foi preso. Ele receberia R\$ 500.

Evolução

Confira a apreensão de medicamentos piratas e contrabandeados pela Polícia Rodoviária Federal. Os números referem-se às unidades indivisíveis de medicamentos

Conexão de medicamentos piratas com os bolivianos Rota de contrabando e narcotráfico, REGIÃO na fronteira do Brasil serve de entreposto de remédios falsos, vendidos no balcão de farmácias

Renato Alves

Publicação: 11-8-2009 07:57

Atualização: 11-8/2009 08:37

Cáceres (MT) e San Mathias (Bolívia) – Conhecendo os limites entre o Brasil e a Bolívia, entende-se porque

a região se tornou uma das principais rotas do contrabando de remédios falsificados ou proibidos no Brasil. São quase mil quilômetros de fronteira seca, com inúmeras estradas clandestinas.

Na terceira reportagem da série *Cura Falsificada*, o **Correio/Estado de Minas** revela a facilidade de comprar medicamentos na fronteira. A reportagem passou três dias na cidade boliviana de San Mathias e no município brasileiro de Cáceres para apurar o esquema de remédios ilegais. Ali, há extorsão de soldados bolivianos, ameaças de roubo e propostas para transportar mercadorias. É simples e barato comprar remédios. E não se encontra fiscalização eficiente.

De Cáceres até San Mathias são 80km pela BR-070. Não há povoados, posto de combustível ou qualquer loja ao longo da via. Apenas na saída da cidade matogrossense, ainda antes do trevo de acesso à estrada que leva a San Mathias, existe um posto fixo da Polícia Rodoviária.

Além do pantanal e dos rebanhos de gado, a BR-070 é marcada pelos buracos. Caminhões carregados com madeira extraída na Bolívia cortam a estrada. A um quilômetro da fronteira, fica o destacamento do Corixo, do Exército Brasileiro, onde acaba a BR-070 e o asfalto. O serviço de guarda cabe aos policiais militares e civis de Mato Grosso, integrantes do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron).

Em um posto feito de madeira e coberto de palha, montado em uma estrada de terra batida a 800m do quartel do Exército, sem também a companhia de policiais federais, um PM e um agente da Polícia Civil pedem documentos a quem entra e sai do país. Ao lado do posto do Gefron, fica uma unidade abandonada da Receita e trailler da Anvisa, com dois agentes de saúde preocupados com a gripe suína.

Em San Mathias, uma miniatura do Cristo Redentor dá as boas vindas a quem vem do Brasil. A imagem dá nome ao clube de futebol local, o Cristo Rei, que joga em um campo gramado, sem arquibancada ou iluminação, como os de qualquer povoado brasileiro. Mas o estádio é um dos orgulhos de San Mathias. O outro é a praça central, com a bandeira do país, bancos de madeira, imagens quebradas de anjos e uma fonte sem água.

Ali, os cidadão se encontram, os mais velhos descansam, as crianças brincam e criminosos oferecem remédios ilegais e cocaína aos brasileiros que cruzam a fronteira e param. Tudo em frente ao batalhão policial. O brasileiro que se atreve a descer do carro e parar na praça central ou alguma rua está sujeito à abordagem dos militares. Pedem, sem cerimônia, propinas para evitar a revista.

A reportagem esteve nas drogarias da cidade boliviana. Uma delas funciona no que seria a sala de uma casa. Em todas, são encontrados medicamentos proibidos no Brasil, mas destinados principalmente a brasileiros que os revendem no país de origem, segundo a dona de uma das farmácias.

Os campeões de venda para os brasileiros são os similares do Viagra. O mais popular é o Procop-50. A caixa vem com 10 pílulas azuis de 50mg cada e sai ao equivalente a R\$ 17. "Lá no Brasil, você pode vender por R\$ 10 cada (comprimido)", comentou a mulher que se apresentou como Maria e disse ter "bons" clientes do outro lado da fronteira. Detalhe: a pintura de uma das caixas mostradas pela vendedora descascava com o passar da unha e o comprimido não tinha marca impressa.

Numa outra farmácia, a mulher do balcão ofereceu o La Santes e o Rigid, com cápsulas do mesmo tamanho do Procop-50. A unidade saía a R\$ 5. No entanto, ela destacou que se o cliente quisesse levar maior quantidade, mandaria trazer uma encomenda de Santa Cruz de La Sierra, a 600km de distância. "Demora uma semana. O senhor deixa o nome que eu mando buscar. Se for muito fica mais barato. Até R\$ 2 a pílula", explicou.

Policiais

Ônibus, caminhonetes, táxis, motos e bicicletas cruzam livremente o único posto de controle do exército boliviano em San Mathias, na direção de Mato Grosso. Do lado brasileiro, é pígio o número de policiais para fiscalizar tudo e todos. Sem contingente suficiente e equipamentos adequados, integrantes do Gefron matogrossense contam com a sorte para barrar criminosos e mercadorias ilegais.

As prisões de traficantes de cocaína também com grande quantidade de remédios na bagagem, no carro ou no corpo, levaram o Ministério Pùblico Federal em Mato Grosso a dar início a uma investigação em Cáceres, ano passado. Ela resultou na Operação Salus – em referência à deusa grega da saúde.

Desencadeada em 29 de setembro, a ação conjunta com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Polícia Federal culminou no fechamento de sete farmácias, na prisão de cinco donos dos estabelecimentos e apreensão de mais de 500kg de medicamentos adulterados ou sem registro, como o Procop-50.

Para a procuradora da República Vanessa Christhina Marconi Zago, que comandou a Operação Salus, Cáceres se tornou porta de entrada para medicamentos ilegais por causa da grande extensão de fronteira seca com a Bolívia, falta de fiscalização e de consciência da

população. "A população não vê o medicamento ilegal como uma droga, como algo maléfico", diz.

Desde Brasília

A BR-070 é uma rodovia federal brasileira que começa em Brasília e termina em Porto Corixó, na cidade de Cáceres (MT), fronteira com a Bolívia. Passa pelo Distrito Federal e por Goiás e Mato Grosso.

Barões da coca

Com 1,5 milhão de habitantes, a cidade mais rica da Bolívia é reduto dos grandes grupos de traficantes. Lá são fechados os principais negócios e decidida a distribuição dos maiores carregamentos de cocaína.

Atuação

O secretário de Segurança de Mato Grosso, Diógenes Filho, reconhece a vulnerabilidade da fronteira da região oeste do estado. Mas ressalta que, em cinco anos de atuação, o Gefron levou ao aumento de 1.000% no volume de veículos recuperados, 3.300% no de drogas apreendidas e 400% no de armas recolhidas.

A rede milionária do tráfico de remédios

Ladrões de cargas, falsificadores, servidores da saúde e funcionários de empresas privadas trabalham num esquema pirata onde 30 comprimidos valem R\$4 mil

Arthur Herdy

Rio de Janeiro — A vertente informal do milionário mercado da saúde une falsificadores, ladrões de carga de medicamentos e corruptores de funcionários de hospitais públicos em torno de um objetivo comum: conseguir lucro fácil a qualquer custo. Para garantir o sucesso, fraudadores montam uma intrincada rede de empresas, a maioria de fachada e em nomes delaranjas, para dificultar as ações de repressão e facilitar a lavagem de dinheiro. Na quinta reportagem da série Cura Falsificada, o Correio/Estado de Minas mostra que, antes de chegar às mãos do consumidor, caixas de remédios percorrem um longo caminho até ganhar uma aparência legal, tanto os falsificados como os roubados. Apenas em um ano e meio, a Anvisa notificou o roubo de 80.330 medicamentos.

Quem observa o comerciante Jorge Otto Quaresma entre lâmpadas, acessórios para pipas, baldes e cestas em sua loja no segundo andar do Mercadão de Madureira, no subúrbio do Rio de Janeiro, dificilmente imagina que do outro lado do balcão está um homem que vende, além de bugigangas, remédio para tratamento de leucemia. Mas os produtos que oferece na área de saúde não podem ser colocados na vitrine, por um motivo simples: são falsificados. O esquema de Otto, que já tem em sua ficha criminal um indicia-

mento por receptação de cargas de remédio roubados, foi descoberto depois que farmacêuticos do Hospital São Lucas, da PUC do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, desconfiaram das 10 caixas de Glivec 400mg vendidas ao centro médico pela distribuidora gaúcha Multifarma, há cerca de um ano e meio.

As embalagens não tinham lacre de segurança e os comprimidos receitados para câncer — mais especificamente ao tratamento da leucemia — apresentavam tonalidade diferente da usual. O dono da Multifarma, o gaúcho Cláudio Vieira da Silva, de 34 anos, que também havia sido preso por receptação de remédios roubados, apressou-se em explicar a origem do medicamento: as caixas tinham sido compradas do carioca Jorge Otto, a quem conhecia como "o cara que trabalhava com Glivec". No mercado da morte, esse é um posto "respeitável", afinal, duas caixinhas simples, com trinta comprimidos do medicamento, cada, custam o mesmo que um carro popular (R\$ 22,8 mil). Para comprovar a origem do remédio, Cláudio telefonou para sua fonte na frente dos representantes do hospital São Lucas. A ligação para o Rio foi colocada no viva-voz, e Otto jurou ter adquirido o produto da própria fabricante, o laboratório Novartis.

Mas, chamado a depor na Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Otto admitiu a farsa. Disse ter comprado as caixas, alguns meses antes, das mãos de um representante da Armazém Central de Medicamentos Ltda., empresa de Santos, no interior paulista. O comerciante contou ainda que, antes de serem enviados ao Sul, os remédios foram repassados ao empresário carioca Miguel Ângelo dos Santos Jacob, dono da distribuidora Nova Vitória. Ele teria enviado os produtos à distribuidora gaúcha, por R\$ 4 mil, cada. O valor é equivalente a apenas 34% do preço de tabela do remédio (R\$ 11,4 mil).

A situação de Otto e Jacob se complicou quando a polícia descobriu que, além do Hospital São Lucas, a distribuidora carioca Onceno também recebeu da dupla caixas de Glivec falsificado. O laboratório Novartis denunciou que a Onceno encaminhou os remédios sem efeito a uma distribuidora de medicamentos do Espírito Santo e a um paciente de Eunápolis (BA). Chamado a depor, o dono da empresa, Carlos Fernando Ferreira de Oliveira, disse que comprou os remédios da Nova Vitória. Até 2008, um dos sócios da Onceno era ninguém menos que Miguel Jacob.

A Polícia Federal acredita que Otto, na verdade, é testa de ferro de Jacob, que atua no ramo de distribuição de medicamentos há quase 20 anos. O dono da loja no Mercadão de Madureira admitiu ter forjado a venda de remédios à empresa do "amigo", por meio da emissão de notas fiscais frias, "para que o

mesmo acertasse sua contabilidade", conforme disse em depoimento. Para isso, ele usava o nome da empresa distribuidora de medicamentos que mantinha em seu nome, a Ciblai-Rio Distribuidora de Produtos Hospitalares. As notas são datadas de 2006 e 2007, mas Otto jura que a firma foi fechada em 2005. Outra prova da cumplicidade entre a dupla seria o depósito feito por Jacob de R\$ 10 mil na conta bancária do "amigo", em fevereiro de 2007. A explicação de Otto para a transferência é, no mínimo, curiosa: segundo ele, trata-se de um empréstimo para a compra de linha de pipa.

Caso de polícia

O envolvimento da dupla com a venda de Glivec é antigo, segundo documentos apreendidos pela polícia. Uma nota fiscal da Ciblai-Rio redigida por Jorge Otto em 2006 registra a venda de seis caixas do medicamento à Nova Vitória Comércio de Produtos Hospitalares, empresa de Jacob, mais de um ano antes das vendas ao hospital do Rio Grande do Sul e à distribuidora carioca. Perguntada sobre a ocorrência de possíveis vítimas do uso do remédio falsificado, a assessoria do hospital gaúcho informou que não comentaria o episódio, sob a alegação de que todas as providências já teriam sido adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em depoimento à polícia, Miguel Jacob admitiu ter vendido o medicamento a outras distribuidoras em outras ocasiões, mas negou que fossem falsificados.

No fim do ano passado, o procurador Eduardo André Lopes Pinto, do Ministério Público Federal, informou em ofício estar convencido do envolvimento de Jacob e Otto no crime, mas pediu declínio da competência do MPF no processo, por entender que o episódio deveria correr na Justiça estadual, pelo fato de o estado do Rio de Janeiro ter sido lesado pela quadrilha. A juíza federal Rosália Monteiro Figueira, da 1ª Vara Federal Criminal, atendeu à solicitação e determinou o envio dos autos ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O processo corre em segredo de Justiça.

Procurado no Mercadão de Madureira, Jorge Otto disse não ter qualquer envolvimento com o roubo de cargas de medicamentos, nem com a distribuição de produtos falsificados. Ele repetiu a informação de que sua empresa, a Ciblai-Rio não funciona mais, e que sua vida agora se resume a cuidar da loja no mercado. Ele garante não ter nada a ver com a venda de Glivec falsificado e disse até mesmo que poderia ter sido vítima desse tipo de medicamento. "O cara que faz isso (falsifica um remédio para câncer) devia morrer. Ele mesmo injetar o remédio no próprio corpo e morrer", atacou.

Pirataria de remédios impune

Familiares das vítimas da adulteração de medicamentos cobram punição de empresários acusados pelo crime

Thiago Herdy

Publicação: 14-8-2009 08:44

Atualização: 14-8-2009 08:53

Rio de Janeiro — Nos episódios que chocaram o Brasil e serviram como primeiro alerta para o risco da falsificação de remédios e equipamentos médicos, envolvendo as marcas Celobar e Androcur, a sensação de impunidade foi o que restou às famílias das vítimas, além da saudade. Na sexta reportagem da série Cura falsificada, o Correio/Estado de Minas mostra que a venda do laboratório do Celobar a uma empresa off-shore uruguai, poucos meses antes do escândalo, pode ter facilitado a ocultação de bens do dono, o empresário carioca Márcio D'Icarahy. Condenado à prisão, nunca frequentou uma cela, porque recorreu em liberdade. Mesmo caso do empresário José Celso Machado de Melo, responsável pela distribuição do Androcur falso. Ele abriu uma empresa de cosméticos, que também são tratados pela Anvisa como produtos de saúde. José Celso anda em carro de R\$ 90 mil e divide os fins de semana entre o sítio e a gruta que comprou perto de Belo Horizonte.

A falsificação do contraste para radiografias da marca Celobar completa seis anos sem que as famílias das 22 vítimas do medicamento tenham qualquer perspectiva de receberem reparações pelo episódio. Isso porque poucos meses antes do escândalo envolvendo o laboratório carioca Enila, responsável pela fabricação do medicamento, uma empresa off-shore uruguai, a Medvac Med Y Vacunas Interamericanas, adquiriu nada menos que 62% do laboratório.

Em 2003, a adulteração do contraste matou duas dezenas de pessoas e deixou outras 250 com sequelas. O registro da empresa no Uruguai, obtido pelo Correio/Estado de Minas, mostra que todos os atos de administração, apropriação e disposição do patrimônio da Medvac no país vizinho foram delegados, na época, a Paulo Henrique Oliveira Rocha Lins. Trata-se do advogado do empresário Márcio D'Icarahy Câmara Lima, o dono do laboratório Enila. Ele também detinha procuração para defender os interesses da Medvac Brasil. O sigilo comercial garantido pelo governo uruguai às companhias ali instaladas impossibilitou a Justiça brasileira de saber quem eram os reais donos da Medvac e o patrimônio de que dispunham.

Saiba mais...

A rede milionária do tráfico de remédios Conexão de medicamentos piratas com os bolivianos O caminho dos remédios fatais

Como a falência do Laboratório Enila foi decretada pouco tempo depois do escândalo envolvendo o Celobar, restou aos antigos funcionários e vítimas do medicamento lutar pela apropriação dos bens imóveis que não foram vendidos, mas que ainda precisam ir a leilão. Este processo tornou-se ainda mais lento depois que um antigo funcionário da empresa, Joelson Reis, decidiu se mudar para a velha fábrica de líquido para contraste com o pai, o irmão, e mais de 100 cães vira-lata que recolheu pela rua. "Só saio daqui quando me pagarem R\$ 350 mil de indenização", garante.

Advogado de duas das 22 vítimas do Celobar, Ricardo Dezzani, aposta em uma nova estratégia para garantir o pagamento a seus clientes: cobrar a conta da multinacional de medicamentos Glaxo Smithkline, sob a alegação de que a empresa e o Laboratório Enila faziam parte do mesmo grupo econômico na época do episódio envolvendo o Celobar. A ligação entre as duas firmas teria sido feita pela própria Glaxo, em processo que tramitou na 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em razão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ter declarado a perda dos direitos sobre uma marca que ambas usavam.

A Justiça do Trabalho também proferiu decisões que consideravam as duas empresas parte de um mesmo grupo. "A última possibilidade de os familiares das vítimas receberem alguma indenização depende dessa conexão. Mas, o processo anda muito lento na Justiça", afirma Dezzani. A Glaxosmithline Brasil contesta a alegação do advogado e afirma que em nada tem a ver com a conduta praticada pelo laboratório Enila, por isso não poderia ser responsabilizada pelo ocorrido, tampouco pagar indenização pelo erro cometido por outra empresa.

Em janeiro deste ano, o diretor-presidente do Laboratório Enila, Márcio D'Icarahy, foi condenado pela 38ª Vara Criminal do Rio a 20 anos de reclusão em regime fechado. Na mesma sentença, o químico da empresa, Antônio Carlos da Fonseca Silva, responsável pela fabricação da substância, foi condenado a 22 anos. Mas os dois recorreram da sentença e estão em liberdade, o que revolta parentes e amigos das vítimas. D'Icarahy não mora mais no luxuoso prédio em que vivia

na Barra da Tijuca. O Tribunal de Justiça do Rio tem dificuldades para encontrá-lo. Ele foge de oficiais

de Justiça, por isso é citado apenas por edital nos processos em que figura como réu.

1 – Fabricação no quintal

Em fevereiro de 2002, o laboratório Enila, fabricante do Celobar, recebeu 6 toneladas de sulfato de bário do laboratório alemão Sachtleben Cheme, um dos quatro no mundo com autorização para a fabricação. Não pagou a encomenda e a companhia cortou o fornecimento. No ano seguinte, o laboratório carioca resolveu produzir a substância no próprio quintal, sem ter competência técnica. A partir de reações químicas do bário, técnicos do laboratório produziram carbonato, ao invés de sulfato. A substância é venenosa e usada para matar rato. O insucesso do experimento não impediu a empresa de vender 4.500 unidades de Celobar a clínicas e hospitais de todo o país, principalmente em Goiás.

Contraste fatal

*Ricardo Diomedes, 57 anos,
Rio de Janeiro*

Na década de 60, Maria do Amparo Diomedes tinha 18 anos quando trabalhava como empregada doméstica e se apaixonou pelo rapaz que pintava apartamentos do outro lado da rua, em Copacabana. Compraram um terreno em Anchieta, o mais distante bairro da capital. O primeiro filho tinha três meses de idade quando se mudaram para o barracão de madeira. Construíram uma casa juntos. "Tudo o que eu fazia era para ajudar meu marido." Ela o viu pela última vez bem de saúde às 7h da manhã de uma sexta-feira, em 16 de maio de 2003, quando ele saiu para fazer uma radiografia e voltou vomitando.

Deu-lhe leite e chá de folha de goiabeira, mas a dor só aumentou. Foi levado para o hospital. À noite, já não conseguia falar, tampouco se mexer. Amparo ainda chora muito quando lembra do filho, Ricardo Júnior, dizendo a ela, no dia seguinte, que o pai não tinha aguentado, "foi embora". O médico atestou morte em decorrência de diabetes. Mas a polícia pediu a exumação do corpo, porque Ricardo havia ingerido contraste para radiografia adulterado. A verdadeira causa da morte foi descoberta assim. Amparo perdeu o "esteio da casa". "sspNo Natal, eu assava frango, e fazia aquele arroz gostoso, uma farofa. A gente comia na beirada da rua, em Copacabana", lembra ela.

Alessandra, filha de Ricardo, trabalhava em um quiosque de shopping quando, na véspera de Natal,

viu Márcio D'Icarahy, o responsável pelo laboratório fabricante do líquido que matou Ricardo, passeando pelos corredores. O reconheceu por causa das fotografias de jornal. Apresentou-se como a filha de uma das vítimas do contraste que o empresário produziu, que não tinha mais a quem chamar de pai. Ele se assustou. Respondeu que o ocorrido havia sido uma fatalidade. Alguns anos depois, ela o viu de novo na fila de um supermercado, beijando uma mulher mais nova. "Ele matou meu pai e outras tantas pessoas, como a vida dele pode estar normal?" Naquele dia, ela lembrou do pai beijando a mãe.

Entidades cobram maior fiscalização à falsificação de medicamentos

Thiago Herdy

Publicação: 15-8-2009 09:03

Atualização: 15/08/2009 09:09

A mobilização da sociedade, a melhor formação dos profissionais e uma atuação mais forte da polícia e do poder público são medidas urgentes para estancar os índices de falsificação de medicamentos e equipamentos hospitalares, de acordo com conselhos e entidades ligadas à área médica. Representantes da indústria, médicos e farmacêuticos disseram ontem estar preocupados com o problema, que vem se agravando nos últimos anos e coloca em risco a saúde de milhares de brasileiros, conforme mostrou durante esta semana a série de reportagens do Correio/Estado de Minas.

[Saiba mais...](#)

Pirataria de remédios impune A rede milionária do tráfico de remédios Conexão de medicamentos piratas com os bolivianos O caminho dos remédios fatais

A sofisticação da pirataria médica é uma das maiores preocupações do presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares (Abimed), Aurimar José Pinto, que desde o fim do ano passado trabalha para reunir representantes da indústria e dos órgãos de fiscalização. O objetivo é discutir uma agenda comum de combate ao crime. Para ele, a pressão econômica por menores preços em produtos é uma das causas da pirataria, praticada principalmente em sites de pregão virtual, "onde as procedências do produto e do fabricante são de difícil fiscalização e controle".

Segundo o dirigente, os falsificados são de má qualidade e não passam por processo de esterilização,

mas autoridades sanitárias, médicos e pacientes não conseguem identificar essas diferenças a olho nu. "A baixa eficiência na aplicação das leis acaba por estimular o falsificador", avalia José Pinto. Conforme mostrou ontem o Correio/Estado de Minas, nem mesmo os responsáveis pela adulteração de medicamentos, envolvendo as marcas Androcur e Celobar, sofreram punição. Eles respondem a processos da Justiça em liberdade e, em alguns casos, vivem uma vida de luxo.

A venda de remédios falsificados em feiras livres das principais cidades brasileiras é uma das principais preocupações do Conselho Federal de Farmácia (CFF), que também cobra uma fiscalização mais rígida por parte do poder público. Os produtos entram no país pelas fronteiras com o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai, para depois serem distribuídos a comerciantes e repassados ao consumidor, sem que saibam que se tratar de medicamento sem efeito. "Esse é um problema que vem se agravando e precisa ser combatido de forma integrada por municípios, estados e União", defende Lérida Vieira, secretária-geral do conselho. Nos eventos promovidos pela entidade no Brasil, os farmacêuticos são orientados a denunciar episódios e informar a população sobre o risco de adquirir medicamentos de procedência duvidosa.

Entenda o caso

Vítimas de um crime

A falsificação de medicamentos e equipamentos médicos no Brasil transformou-se em problema de saúde pública, com status de crime organizado e cada vez mais infiltrada nas estruturas do Estado. Na série de reportagens que começou a ser publicada no último domingo, o Correio/Estado de Minas mostrou os bastidores do problema e contou as histórias de brasileiros que, no lugar da cura, encontraram a dor e, em muitos casos, a própria morte.

A equipe de repórteres percorreu 13,5 mil quilômetros para mostrar a facilidade como ocorre o comércio clandestino nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai, acompanhar a ligação cada vez mais próxima desse mercado com o narcotráfico e os esquemas de roubo de cargas. Também foi investigar como atuam as organizações criminosas que chegam a se infiltrar entre médicos para levar os produtos a todos os cantos do país. Os repórteres trouxeram à tona os casos de prefeituras e hospitais que compraram medicamentos falsificados em pregões presenciais ou eletrônicos.

A série de reportagens “Cura falsificada” mostrou que, em alguns casos, até mesmo os médicos são coinvoltos com o uso de produtos de má qualidade. No Rio Grande do Sul, 154 profissionais foram acusados de receber regalias e até dinheiro para indicarem aos pacientes próteses produzidas com matéria-prima ruim. Estima-se que 7 mil pessoas foram prejudicadas pelo problema. “O Conselho Federal de Medicina (CFM) não concorda com esse tipo de interação. Quando recebemos denúncias, elas são apuradas”, disse o corregedor Pedro Pablo Chacel. Ontem, ele não soube citar casos de punição por conta de episódios semelhantes.

O perigo dos remédios falsos

Pelo menos 20% dos medicamentos vendidos no Brasil são ilegais. Falsificados, contrabandeados ou sem registro, eles colocam a vida em risco

Francisco Alves Filho
e Gustavo de Almeida

“Meu pai perdeu a visão de um olho por causa de um remédio sem registro”

Julio Cahuano, sobre o problema que atingiu o pai, Cezar Cahuano (na foto em sua mão), após receber medicação ilegal depois de uma cirurgia de catarata

A população brasileira está entre as que mais consomem medicamentos falsos em todo o mundo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) identifica nesta categoria remédios pirateados, contrabandeados e aqueles que não têm registro no órgão responsável (no caso do Brasil, a aprovação e liberação de medicações é feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa). De acordo com a agência, 20% dos remédios vendidos em território nacional enquadram-se nestas classes. Levantamento feito pelo Instituto Etco – entidade empresarial que combate a sonegação fiscal – revela um quadro ainda mais assustador: 30% do mercado é composto por drogas irregulares.

Somente nos quatro primeiros meses deste ano, a Anvisa apreendeu 170 toneladas de medicamentos fora da lei. Oito vezes e meia o total de apreensões realizadas ao longo de 2008. As ocorrências têm sido tão frequentes que apenas uma delegacia especializada no Rio de Janeiro chegou a instaurar 112 inquéritos no ano passado – um a cada três dias.

Trata-se de um “negócio” com igual proporção entre crueldade e lucro. **Enquanto engana pessoas doentes e causa prejuízos sérios à saúde, a máfia dos medicamentos falsos movimenta anualmente**

um valor estimado, segundo o Instituto Etco, em até US\$ 4 bilhões. O alto consumo se explica pelos preços mais baixos e a possibilidade de compra sem receita – já que muitos são comercializados pela internet ou em camelôs.

Segundo a Anvisa e a Polícia Civil do Rio, os medicamentos mais pirateados são os indicados para tratamento da disfunção erétil (Cialis, Viagra e Pramil), os que auxiliam no emagrecimento (Sibutramina) e alguns usados como anabolizantes (Hemogenin, Durateston e Deca Durabolin). Independentemente de terem sido falsificados, contrabandeados ou de não portarem registro de comercialização, os produtos oferecem imenso risco à saúde. Os falsificados, por exemplo, não contêm a substância ativa do original. No lugar, ou é colocado algo inócuo, como uma farinha qualquer, ou uma substância que pode fazer mal por sua toxicidade.

Nos dois casos é um desastre. Na primeira situação, obviamente o remédio não fará efeito. Isso significa que a doença continuará seu curso de destruição do organismo sem nada que a contenha. Na segunda, além de a enfermidade ficar sem controle, o corpo ainda corre o risco de sofrer o ataque de um composto nocivo. “Alguns dos medicamentos ilegais para emagrecer, por exemplo, contêm altas doses de hormônios”, explica o endocrinologista Walmir Coutinho, membro da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade. “Isso pode levar à taquicardia, à arritmia ou até mesmo à parada cardíaca.” Ou seja, a possibilidade de morte é concreta.

Entre os medicamentos contrabandeados, muitos também são falsificados ou chegam ao mercado negro fora da validade. **“Substâncias com prazo vencido também podem causar efeitos maléficos ou óbito”**, explica o biólogo Oscar Berro, representante do Ministério da Saúde no Rio. E aqueles que circulam sem registro muitas vezes são fabricados em condições precárias ou jamais tiveram sua eficácia reconhecida por um órgão competente. O pior é que dificilmente o consumidor associa um sintoma adverso ou ineficácia da medicação à causa correta – o uso de um produto ilegal.

“O mais comum é achar que é efeito colateral ou erro do médico”, diz Jorge Darze, presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro. “Por isso, a classe médica tem o maior interesse em que os bandidos que colocam esses produtos no mercado sejam desbaratados.”

A pirataria chega até a medicamentos comprados diretamente por hospitais – como o Citotec, vendido em camelôs como abortivo, e a metilcelulose, colírio protetor usado em cirurgias de catarata. Este último medicamento causou a perda da visão do olho esquerdo do equatoriano Cezar Augusto Cahuano. Em 2003, seu filho, o engenheiro Julio Cahuano, radicado no Rio de Janeiro desde 1994, resolveu trazê-lo à cidade para que fosse submetido a uma operação de catarata na Santa Casa da Misericórdia.

A máfia dos medicamentos age de modo extremamente sofisticado”

Marcos Cipriano,
diretor da Polinter, do Rio de Janeiro

Durante a cirurgia, uma bactéria encontrada na metilcelulose causou uma infecção e posterior cegueira em um olho de Cezar. A bactéria também prejudicou a visão do outro olho, que permanece danificada até hoje. “Uma tragédia acabou se abatendo sobre a minha família”, conta Julio. Na época, ele não fez registro formal da ocorrência na Anvisa. Além do seu pai – que vive no Equador e nunca mais quis voltar ao Brasil -, outros 12 pacientes operados de catarata sofreram intoxicação com o medicamento distribuído pela empresa Mediphacos e que teria sido produzido por um fabricante que não tinha registro na agência reguladora brasileira. “Errou a distribuidora, ao comprar um produto pirata, e errou a Santa Casa, que operou meu pai e usou um remédio sem o devido controle”, conta o engenheiro.

A Mediphacos nega que a metilcelulose fosse de um fabricante sem registro. O diretor industrial da empresa, Marcelo Camargus, alega que inclusive venceram o processo judicial movido pela Santa Casa. “Temos um controle rigoroso”, disse. Procurada, a Santa Casa da Misericórdia não havia respondido até o fechamento desta edição.

Remédios contra o câncer também são alvo dos bandidos. Há pouco mais de um ano, a Polícia Federal (PF) constatou a falsificação da droga Glivec, indicada para o tratamento da leucemia mieloide crônica. O remédio é um marco na história da luta contra a enfermidade: antes dele, a sobrevida era de no máximo cinco anos. Hoje, há pacientes vivendo há sete, dez anos, graças a seu modo de ação peculiar (ele ataca somente as células cancerígenas, pouparando os tecidos saudáveis).

Por isso mesmo, o Glivec é largamente consumido. Muitos doentes recorrem à Justiça para ter o direito de receber a medicação gratuitamente. Mas aqueles que por algum motivo não conseguem esse benefício são obrigados a desembolsar R\$ 5 mil para comprar apenas uma caixa com comprimidos. É claro que a máfia dos medicamentos enxergou aí uma situação perfeita para aumentar suas vendas: pessoas extremamente ansiosas por uma esperança de vida, mas sem condições de comprá-la ao preço do mercado legal. Nas embalagens apreendidas pela PF no Rio de Janeiro, em Vitória e Porto Alegre, contudo, os produtos continham uma mistura de farinha e corante.

A venda de medicamentos ilegais está nas mãos do crime organizado.

A rede de recepção, transporte e distribuição é a mesma usada em várias outras modalidades marginais, como o contrabando de armas, drogas, carros ou CDs piratas. “Os criminosos já têm a infraestrutura montada e a utilizam também para distribuir os medicamentos”, afirma Ronaldo Pires, gerente jurídico da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa. “A estrutura das quadrilhas já tem a sofisticação dos bando formados pelos traficantes de drogas”, afirma Dirceu Raposo, presidente da Anvisa.

O delegado Marcos Cipriano, diretor da Polinter e até duas semanas atrás titular da Delegacia de Repressão a Crimes contra a Saúde Pública do Rio de Janeiro, cita um caso que ilustra bem o padrão a que chegaram os bandidos dos remédios. “Em uma das quadrilhas, o chefão foi ao Paraguai em jatinho fretado para recolher mais de R\$ 200 mil em anabolizantes para distribuir em academias do Rio”, conta.

Grande parte dos produtos ilegais vem do Paraguai (outros fornecedores fortes estão na Bolívia, Argentina e também China). Em geral, eles são descarregados em Mato Grosso e, de lá, vão para grandes metrópoles brasileiras e chegam ao consumidor oferecidos em bancas de camelô, sites da internet ou em farmácias, majoritariamente as de periferia, menos fiscalizadas.

Do que se sabe até agora, o principal meio de venda dos medicamentos piratas é a internet. Multiplicam-se na rede as ofertas de remédios em sites sem nenhuma segurança, nos quais marcas de altíssima procura são vendidas pela metade do preço ou até menos. Para combater esse crime, a Associação Brasileira de Empresas de Software tirou do ar 5,4 mil páginas da web em que eram vendidos produtos farmacêuticos ilegais. “Na internet, a comercialização é facilitada porque a identificação do criminoso e o

controle das vendas são ainda mais difíceis", explica Luiz Paulo Barreto, presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria. O mesmo anonimato que protege o bandido em alguns casos estimula o consumidor, como na compra dos produtos contra a disfunção erétil, por exemplo.

Quem procura um vendedor ambulante também encontra facilidade na compra. Em camelódromos, como o que existe no centro da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é fácil chegar ao fornecedor de remédios para emagrecer. Bastam algumas perguntas para os vendedores ambulantes e logo aparece alguém oferecendo um produto ilegal.

Nas farmácias – teoricamente o lugar mais seguro – o comprador precisa ficar atento. **Muitos estabelecimentos já foram flagrados pela polícia vendendo medicamentos irregulares.** Embora isso seja mais comum nos estabelecimentos longe dos centros das cidades e menos fiscalizados, os dirigentes da Anvisa admitem que algumas vezes os remédios piratas chegam ao consumidor inclusive por meio dos balcões de estabelecimentos regularizados.

O farmacêutico Jaldo Santos, presidente do Conselho Federal de Farmácia, reconhece que o número de profissionais que respondem, na entidade, a processos por venda de remédios ilegais aumentou. "Ficaram em torno de 100 nos últimos cinco anos", afirma. Ele, porém, defende a classe: "Na maioria das vezes, a irregularidade é cometida pelo dono da farmácia e o farmacêutico nem fica sabendo", diz.

"A enorme carga tributária influencia o aumento desse mercado negro"

André Montoro,
presidente-executivo do Instituto Etco

Dante do gigantismo do problema, empresas e o governo federal se mobilizam para tentar detê-lo. O la-

boratório Pfizer, por exemplo, acaba de mudar bastante a embalagem do Viagra (leia quadro à esq.). Além do lacre de segurança exigido pela legislação, a empresa Eli Lilly, fabricante do Cialis, dotou a embalagem do produto de garantias adicionais, como uma fita que ao ser friccionada por um metal deixa aparecer o nome do laboratório, e um selo holográfico especial.

A Anvisa, por sua vez, investe em nova tecnologia para que seja possível combater os piratas de forma mais eficaz. A partir do ano que vem, será colocado em funcionamento um novo esquema antifalsificação baseado em código de pontos bidimensionais, sistema de rastreamento e identificação de medicamentos que parece ser a última palavra no combate à pirataria. Algo semelhante ao código de barras, com informações como lote, datas e locais de venda.

Com este método, todas as caixinhas de remédio fabricado no Brasil terão sua "impressão digital". O Instituto Etco participou dos estudos para a implantação do sistema. Seu presidente-executivo, o empresário André Montoro, sugere outras ideias. "Boa proposta seria elaborar uma cota mínima de ICMS para os medicamentos. A enorme carga tributária influencia o aumento desse mercado negro", diz. Ou seja, ao tornar o remédio original mais barato, a diferença de preço dos produtos ilegais deixaria de ser um atrativo para o consumidor. Com essas providências, os agentes ilegais seriam combatidos com maior eficácia.

A pena para falsificadores de remédio também é mais dura do que a imposta a quem copia CD ou DVD. Quem for pego fabricando, falsificando ou vendendo medicamento ilegal corre o risco de ficar preso de dez a 15 anos. "A infração foi incluída na categoria de crime hediondo", explica o delegado federal Adílson Bezerra, chefe de Inteligência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Já a pena para a falsificação de um DVD, por exemplo, vai de dois a quatro anos.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PAUTA DA 4^a REUNIÃO-CAS CONJUNTA COM A
1^a REUNIÃO – CASSAÚDE

PIRATARIA NA
MEDICINA/MEDICAMENTOS NO PAÍS

AUDIÊNCIA PÚBLICA
REQUERIMENTO N^º 74 DE 2009 – CAS

DO DIA
25/02/2010
QUINTA-FEIRA
ÀS 9 HORAS

(4^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PAULO PAIM

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

4^a Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 1^a Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 53^a Legislatura, a realizar- se em 25 de fevereiro de 2010, quinta-feira, às 9 horas, no Plenário nº 9, Ala Senador Alexandre Costa.

PAUTA: 25/02/2010

Reunião Conjunta CAS e CASSAUDE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atendendo aos Requerimentos nº 74, de 2009–CAS e nº 12, de 2010–CAS.

Autores: Senador Mozarildo Cavalcanti e Senador Papaléo Paes.

Assunto – “A Pirataria na medicina/medicamentos no País”.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam formulados convites ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão e ao Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Melo, para prestarem esclarecimentos, em audiência pública perante a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e a Subcomissão de Saúde da CAS, a respeito da pirataria na medicina/medicamentos no País, conforme reportagens do **Correio Braziliense**, dos dias 9 a 14 de agosto de 2009.

Sala da Comissão, . – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CAS**Aditamento ao Requerimento nº 74, de 2009 – CAS**

Senhora Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal,

Requeiro a inclusão do nome do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, Dr André Barcellos.

Sala das Comissões, 24 de fevereiro de 2010. – Senador **Papaléo Paes**.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Obrigado, Senador Mozarildo. V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Convidamos a próxima oradora inscrita, Senadora Lúcia Vânia, pelo tempo regimental.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está nesta Casa a Medida Provisória nº 471, de 2009, que tem por objetivo estabelecer incentivos fiscais às montadoras e fabricantes de automóveis produzidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, com isso, incrementar o desenvolvimento regional.

Essas empresas já podem, desde janeiro deste ano, apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, como resarcimento das contribuições à Seguridade Social: Programa de Integração Social – PIS, e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

Em contrapartida, essas empresas terão que investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região. A empresa que não comprovar seus investimentos ao Ministério de Ciência e Tecnologia perderá o benefício.

Pois bem. A proposta é relevante e urgente, pois dará efetividade à decisão de consolidar a aplicação de medidas de recuperação da crise recentemente vivida,

que causou dano à produção brasileira, com consequente reflexo na quantidade de postos de trabalho.

O jornal *Correio Braziliense*, edição de 2 de fevereiro último, publicou matéria informando que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Governo Federal, não diminuiu as desigualdades no País, como propõe o decreto que a institucionalizou em 2007.

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União – TCU, divulgado pelo jornal, a política, que deveria diminuir as disparidades, reflete os problemas existentes e amplia as diferenças.

O dinheiro, que deveria fomentar economicamente regiões pobres, ficou concentrado em regiões desenvolvidas. Em 2009, um orçamento de R\$23 bilhões, destinado a melhorar as condições de vida no interior, ficou quase todo nos grandes centros urbanos. Desse montante, R\$13 bilhões deveriam ser usados para financiar obras de infraestrutura para empreendimentos em áreas de baixa renda e microcrédito.

Ainda segundo o jornal, a auditoria do TCU também constatou que o Ministério da Integração Nacional, responsável por administrar os recursos, tem dificuldades em fixar metas e fazer com que as verbas chequem aos que realmente necessitam.

A matéria afirma que o problema ocorre ainda em função da desativação da Câmara de Políticas de Integração e Desenvolvimento, fórum coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, que deveria propor metas e formas de fiscalizar o Plano de Desenvolvimento Regional.

É fato, também, que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional foi elaborada para ser um segundo pilar dos programas sociais no Governo Lula.

Acontece que a política de desenvolvimento regional não pode deixar de ter entre seus objetivos fundamentais a questão da redução sistemática das desigualdades regionais.

Na realidade, ela deveria ser o instrumento de superação das diferenças sociais, econômicas e culturais que infelicitam as populações que residem em distintas partes do território nacional, principalmente quanto ao emprego produtivo, capaz de garantir à força de trabalho regional a sua subsistência.

Por outro lado, temos procurado fazer do Congresso Nacional um fórum permanente, capaz de subsidiar o País na formulação e na implantação de políticas nacionais de desenvolvimento regional.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, de presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional.

E ali nós pudemos desenvolver várias ações com o objetivo de assegurar recursos para aquelas regiões. Tivemos a oportunidade ali, naquela comissão, de re-

criar a Sudam e a Sudene – que foi, posteriormente, quase mutilada pelos vetos presidenciais.

Tivemos a oportunidade de recriar para a nossa região, a Região Centro-Oeste, a Sudeco e o Banco de Desenvolvimento Regional. No entanto, embora a Sudeco tenha sido aprovada há mais de um ano, nós ainda não tivemos a alegria de vê-la implantada.

E, para nossa surpresa, o Ministério de Desenvolvimento Regional, responsável por elaborar o orçamento para aquela nova instituição recém-criada, ignorou solenemente a sanção daquele organismo pelo Presidente da República.

Hoje, o Orçamento de 2010 não dispõe de recursos para a implantação da Sudeco, Superintendência de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste.

Tivemos, por mais de dois anos, a oportunidade de negociar com o Governo a formatação de uma agência de fomento para aquela região. Entendíamos que a Região Centro-Oeste sempre foi uma região-solução. O que nós precisamos é ter naquela Região um crédito mais acessível, para que possamos dar um passo a mais no patamar de desenvolvimento que a Região atingiu.

Até hoje o desenvolvimento regional da Região Centro-Oeste se deu às custas de renúncia fiscal, o que fez com que aquela região pudesse hoje ser vanguarda na área de agricultura e do agronegócio. Portanto, isso custou enormemente o sacrifício de todo o povo daquela Região.

Durante a Constituinte de 1988, foi criado o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste brasileiro.

Seu propósito é mudar o perfil da economia regional, gerando impactos dinâmicos na diversificação e modernização da estrutura produtiva.

O aporte permanente de recursos do Fundo possibilita financiamentos de longo prazo para os setores econômicos, gerando novas perspectivas de investimentos para o empresariado comprometido com a dinamização da economia regional.

Vale lembrar que o FCO, quando criado, ficou sob a administração do Banco do Brasil, uma vez que, conforme o disposto no § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste existia de direito, mas não de fato. E, agora, ele se torna realidade com a formatação de um novo projeto, que está hoje na Casa Civil, aguardando uma definição do Governo, para que seja encaminhado ao Congresso Nacional.

Passaram-se 21 anos, e o BDCO não foi implementado. A Região não se apropriou do mais importante fomento para o Centro-Oeste, ficando o Banco do

Brasil com a responsabilidade de administrá-lo como mais um produto seu, não tendo, portanto, o tratamento que deveria ser dado às verdadeiras prioridades da Região Centro-Oeste.

No último ano, a Sudeco, como disse aqui anteriormente, foi recriada.

Ao lado disso, conseguimos aprovar, também, como já coloquei, o projeto de implementação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que é o braço financeiro da Sudeco, isto é, o agente financeiro na criação da infraestrutura que vai impulsionar o desenvolvimento da Região.

Enquanto isso, hoje tive o prazer de estar na Casa Civil, com o Ministro Padilha, exatamente para solicitar a S. Ex^a que desse prosseguimento ao andamento desses dois instrumentos importantes para a Região Centro-Oeste.

Esse estudo do TCU nos faz refletir a respeito da utilização do FCO na nossa Região. Embora seja o único fomento da Região, ele está sendo aplicado, como disse aqui anteriormente, como mais um produto do Banco do Brasil, sendo destinado àqueles que têm o melhor cadastro. Portanto, não há nenhuma preocupação em aplicá-lo nas áreas mais reprimidas da Região – daí por que o resultado desse estudo do TCU, indicando que houve uma regressão de aplicação de recursos nas áreas deprimidas, enquanto houve um incentivo não apenas do FCO, que é nosso instrumento de fomento, como também do próprio BNDES, que aplica seu recurso, na sua maioria, nas Regiões Sudeste e Sul, ficando as nossas regiões com o subproduto daquele crédito.

Temos de refletir. O gasto público precisa ser controlado. Há sinais de um perigoso afrouxamento, enquanto estamos demandando que sejam aplicados esses recursos, de forma a dar um desenvolvimento sustentável a essa Região.

Portanto, temos de ter muito cuidado, para que esses instrumentos sejam viabilizados. E há a preocupação com as próximas eleições de 2010, que, sem dúvida nenhuma, podem dispersar esses recursos para outros fins que não sejam o de incrementar o desenvolvimento da Região.

Portanto, esse é o grande desafio do Governo. Acredito que, diante desses estudos, diante do posicionamento do Congresso Nacional, o Governo Federal haverá de sensibilizar-se e possibilitar a implantação desses instrumentos de desenvolvimento da nossa Região.

Saudavelmente, o Brasil se firma hoje no patamar dos chamados países emergentes, destacando-se no cenário internacional como polo de investimento. Isso nos traz a responsabilidade de possibilitar ao nosso

povo, de todos os quadrantes geográficos do País, que seja beneficiado com políticas públicas consequentes que lhes proporcionem qualidade de vida e cidadania.

A Região Centro-Oeste está aberta, em pleno desenvolvimento, crescendo acima da média nacional. Hoje, os olhos do mundo e do País se voltam para essa Região. É preciso que o Governo dote essa Região dos instrumentos capazes de responder a essa expectativa que o mundo e o País consideram em relação àquela Região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela sua tolerância.

Quero aqui, mais uma vez, reafirmar a minha crença em que o Governo Federal haverá de sensibilizar-se, dotando a Região Centro-Oeste dos instrumentos de desenvolvimento necessários àquela Região.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o brilhante pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia, convidamos o próximo orador inscrito, pelo tempo regimental, Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ainda bem, Sr. Presidente, que se encontram aqui dois grandes Senadores da República, um, ex-Governador de Brasília, e o outro, médico famoso, Mozarildo Cavalcanti, um dos mais presentes. Esse é um grande consolo para quem vem à tribuna desta Casa, nesta tarde.

Isso, porque o que vou falar se refere à administração pública. Imagine V. Ex^a que é preciso mergulhar um pouquinho na história, com paciência, para entender o que se passa hoje, o que não se passa ou o que não se deveria passar, hoje, nesta cidade.

No dia 21 de abril de 1960, a Capital saiu do Rio de Janeiro, minha cidade, e veio para cá.

Imagine V. Ex^a que a cidade do Rio de Janeiro teve 43 prefeitos! E estou aqui com uma relação que mostra que Brasília teve oito administradores, e o governo do Distrito Federal teve, até agora, oito; entre eles, Cristovam Buarque, que, de janeiro de 1995 a janeiro de 1999 administrou esta cidade, esta cidade maravilhosa dois, porque a cidade maravilhosa um é o Rio de Janeiro.

Quero dizer aos Senadores presentes que não me conformo com os sucessivos escândalos que se passaram aqui a partir desses poucos meses. Não me lembro de um só prefeito do Rio de Janeiro, um, que tenha sido preso, encarcerado – um ladrão. Não me lembro de um, dos 43.

Faço questão inclusive de ler aqui o nome deles todos.

Imagine uma festa maravilhosa que deveria ser, e deve ser a data da transferência da Capital da República, que era o Rio de Janeiro, para cá! Qual é a alegria ou qual é a falsa alegria que se vai estampar na face daqueles que aqui estiverem com o seu Governador preso, com seus representantes indiciados, perseguidos, fugidos, com medo, com receio?

Brasília não merecia isto, o sacrifício que o santo Juscelino Kubitschek de Oliveira fez para, em três anos, cumprir um compromisso constitucional de 1889, na Constituição de 1891, da transferência da Capital para Brasília. Não merecia isso.

Estou falando com sinceridade porque vou ler uma lista hoje, aqui, de todos aqueles que foram governantes da cidade do Rio de Janeiro, e posso garantir, Presidente, que não houve um só encarcerado, preso, como está, no momento, o atual Governador. Eu tenho, assim, uma grande pena – qual é a palavra certa? –, uma grande, não digo desilusão porque eu nem conhecia o político que está lá preso, nem desesperança porque, antes dele, tiveram outros bons administradores.

Mas, veja, nós tivemos no Rio de Janeiro, quase todos os prefeitos da cidade do Rio de Janeiro não eram cariocas. Isso que é interessante, não eram cariocas! Mas como a sede funcionava lá, os Presidentes sucessivos da República estavam lá desde a Proclamação da República, eles eram chamados.

Veja V. Ex^a o seguinte, vou citar um nome que todo mundo conhece: quem é que não conhece a rua Barata Ribeiro em Copacabana? Todo mundo. Pois foi o primeiro prefeito do Distrito Federal, nascido em Salvador. Foi reverenciado o prefeito.

Quem é que não conheceu e não conhece a rua Henrique Valadares? Garanto que o Mozarildo Cavalcanti conhece, porque é médico. Fica ali perto da Praça da Cruz Vermelha – rua Henrique Valadares; segundo prefeito do Rio de Janeiro, também lá da Bahia. Aliás, Senador Mozarildo, corrijo-me, veio do Piauí.

Terceiro prefeito: Furquim de Almeida, de Vassouras – ainda não havia tido a fusão dos dois Estados.

Pereira Passos, da cidade de Piraí, no interior do Estado.

Serzedelo Correia – quem não passou por aquela Praça de Copacabana? – veio de Belém do Pará o Serzedelo Correia.

Bento Ribeiro – meu Deus, tem uma grande Estação, um bairro inteiro com esse nome de Bento Ribeiro – Prefeito do Rio de Janeiro.

Rivadávia da Cunha Correia. Esse veio do Rio Grande do Sul.

Antônio Sodré, de Marica.

Amaro Cavalcanti – meu Deus do Céu, quem é que não conhece Amaro Cavalcanti? Sabe V. Ex^a onde ele nasceu? É pena que a Senadora Rosalba Ciarlini não esteja aqui. Ele nasceu em Caicó e veio a ser Prefeito do Rio de Janeiro. Amaro Cavalcanti. Chegou a ser Ministro do Supremo Tribunal Federal. Amaro Cavalcanti, grande Jurista.

Peregrino Júnior que, se não me engano, foi médico.

Paulo de Frontin – quem é que não conhece?

São todos nomes de cidade do Rio de Janeiro porque fizeram muita coisa lá. Nunca estiveram encarcerados lá. Nunca. Foi por isto que mereceram esta homenagem de terem logradouros públicos com os seus nomes.

Carlos Sampaio – esse nasceu em Paris, meu caro Senador Cristovam Buarque – foi político e engenheiro brasileiro.

Foi diretor do porto do Pará, da estrada de ferro Madeira-Mamoré e hoje é nome de logradouro importante no Rio de Janeiro.

E Prado Júnior? Veio de São Paulo. Aquela rua que sai do túnel e vai até a avenida Atlântica, Avenida Prado Júnior, tem o nome dele. Se ele tivesse sido preso, encarcerado, não estaria lá o nome dele.

Adolfo Bergamini foi interventor no Distrito Federal. Esse tem uma estátua na praça do Monroe, onde foi o Palácio Monroe.

Augusto do Amaral Peixoto. O seu irmão foi Senador aqui em Brasília; o seu irmão era o Ernani do Amaral Peixoto.

Henrique Dodsworth foi um famoso prefeito, engenheiro altamente competente, todo mundo sabe disso.

Philadelpho de Azevedo, um grande jurista.

Hildebrando Góis foi um engenheiro especializado em poços e canais, da Bahia.

Ângelo Mendes de Moraes. Quem não se lembra desse famoso prefeito que construiu o estádio do Maracanã? Ângelo Mendes de Moraes. E nunca foi preso por isso.

Nunca. José Carlos Vidal, engenheiro do Rio de Janeiro, Prefeito de 24 de abril a dezembro de 52; Alim Pedro, a mesma coisa; Sá Lessa, mineiro de Minas Gerais; Negrão de Lima nasceu em São João Nepomuceno, pessoa de confiança de Juscelino; e Sá Freire Alvim, a mesma coisa, pessoa de confiança de Juscelino. Foi o último Prefeito da Capital Federal Sá Freire Alvim, porque eis que surge a Guanabara com seus três excelentes homens públicos. Nenhum deles ficou preso, e se faz uma grande injustiça com eles hoje, porque não existe nome de Carlos Lacerda, praticamente, em nenhum logradouro público impor-

tante. Não existe nome do Governador da Guanabara Negrão de Lima, que foi o segundo. E nem existe nome em logradouro importante de Antônio de Pádua Chagas Freitas, que fundou o jornal *A Notícia*, que criou o jornal *O Dia*, que foi político sempre: foi Deputado Federal várias vezes, o mais votado no Rio de Janeiro, representou o Rio de Janeiro aqui, nesta Casa, como Deputado Federal, no outro prédio.

Então, citando esses nomes todos é que eu vejo, Presidente, a oportunidade de mudar a estrutura, a filosofia, os métodos, mudar para melhorar. Estou dando um exemplo de como homens probos, que lidaram com fortunas – lidaram com fortunas na cidade do Rio de Janeiro –, e ninguém foi preso. Podem ter sido criticados, como todo o mundo é criticado. Todo homem público é criticado.

Entre a gente ser criticado e ser preso, indiciado, responder processo, a diferença é muito grande.

Então, por achar que Brasília não merece isso... É uma cidade bonita, maravilhosa, bem organizada, bem planejada. Houve gênios colaborando para que ela existisse. Diariamente nós encontramos aqui dezenas, centenas e às vezes milhares de pessoas do estrangeiro que vêm observar as belezas de Brasília. Aí vem a pergunta: “Quem é o Governador? Onde está o Governador?” “Está preso.” “Ah, está preso?” “Está preso.” “Posso fazer uma visitinha a ele?” “Não, não se pode fazer uma visitinha.”

Então, é por isso que estou hoje nesta tribuna relembrando políticos sérios do Rio de Janeiro.

Lá era capital, veio para cá. Se tivessem feito um plebiscito, provavelmente não viria. Desejamos que haja uma mudança, mas não é mudança no eleitorado. O eleitorado é o que menos culpa tem nisso. É aquilo pelo que se bate sempre o nosso ex-Governador: a educação. Mas desta vez, eu falo da educação política, a “desnecessidade” de ser rico.

Um sábio que conheci que dizia o seguinte: “Quem não for bonito aos 20, quem não for forte aos 30, quem não for rico aos 40 e quem não for sábio aos 50 não vai ser nem bonito, nem forte, nem rico e nem sábio.” Esses são princípios interessantes, talvez meio sonhadores, mas que a gente precisa ter sempre na cabeça. Não tem sentido a gente ver um senhor, um cidadão, já de cabelos brancos ou sem cabelo nenhum, nas grades.

Presidente, o assunto é vasto. Não quero espezinhar ninguém que esteja em uma situação difícil. Sou homem de enfrentamentos mesmo – já provei isso nesta Casa mesmo – e lamento profundamente o que está acontecendo às vésperas de celebrarmos 50 anos da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília.

Deixo aqui minha tristeza. Deixo aqui uma lágrima de tristeza, Presidente, por esse fato. Depois de citar esses nomes todos, que são inesquecíveis, não poder comemorar com ardor, civismo e alegria esta data que deveria ser magnífica, 50 anos de Brasília?

V. Ex^a me pediu um aparte, Senador Cristovam Buarque?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Duque, eu não posso negar que tenho inveja de vê-lo lendo uma lista tão ampla de Prefeitos da sua cidade, podendo dizer que nenhum deles foi preso. Na verdade, muitos outros Senadores poderiam fazer leituras iguais das suas cidades. No Distrito Federal, a gente não poderia dizer isso; ou eu poderia, como pernambucano que sou, dizer que tenho orgulho de ter tido um Governador preso, chamado Miguel Arraes, pela resistência firme ao regime militar que se instalava naquela época. De fato, o seu discurso tem muita consistência. E, como brasiliense, neste momento, não posso negar o constrangimento que sinto ao ouvir um discurso como o seu, não por culpa sua, não. Por culpa nossa, da cidade inteira. Entretanto, eu quero dizer que, com olhar de esperança, eu me vejo quando Brasília tiver a idade do Rio de Janeiro, ou seja, aí pelo ano 2.480, talvez. Aí, nós podemos um dia aqui, algum Senador, lembrar do seu discurso, deste momento, e dizer: “Na história do Distrito Federal, houve, sim, um momento, no começo de sua história, em que tivemos problemas: em que o Governador foi preso, em que o Vice-Governador renunciou, em que o seu substituto está ainda numa posição insegura, apesar da legalidade de ele estar na sucessão; em que corremos o risco da intervenção”. Mas a gente poderia dizer, daqui a 430 anos ou 420 anos, quando estaremos com a idade do Rio de Janeiro, que, nesta fase da história do Distrito Federal, quando completamos 50 anos, nós fomos capazes de aprender as lições e inventarmos uma forma diferente de administrar a cidade, de fazer política que sirva de exemplo para o Brasil inteiro. E que, até o Rio de Janeiro, quando tiver aí quase que mil anos, o Rio de Janeiro possa dizer que consolidou, ainda mais, as suas instituições graças ao exemplo de Brasília. É constrangedora essa situação que a gente vive, mas realmente vergonhoso e triste será o dia em que a gente for visto como quem não aprendeu a lição. Isso é o que eu temo mais. Muito mais do que a tragédia que nós vivemos hoje, eu temo que, daqui a alguns anos, digam que nós não aprendemos a lição e que o processo continuou igual. Se aprendermos a lição e se inventarmos aqui coisas, como já inventamos – Bolsa Escola, faixa de pedestre, tantas outras coisas que servem hoje ao Brasil inteiro... Se nós formos capazes de aprender a lição e reformar a maneira de fazer política

no DF, poderemos servir de exemplo ao Brasil, porque as outras cidades também têm seus problemas, embora nenhum da gravidade que o Distrito Federal vem apresentando. E se fizermos, vamos lembrar do seu discurso, que foi uma maneira bonita de homenagear o Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, de uma forma muito simpática, cobrar que nós, do Distrito Federal, encontremos um novo rumo. Eu agradeço o seu discurso. Lamento não poder fazê-lo, até porque Brasília é uma cidade muito nova. Mas me comprometo, com a energia que eu ainda tiver daqui para frente, a lutar para transformar a crise em esperança, a tragédia em alternativa e ajudar Brasília a sair da vergonha para uma nova chance.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Eu agradeço o discurso de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque. Talvez uma nova coroa de louros caia sobre a cabeça de V. Ex^a nesta crise, em que os esquemas estavam sendo todos preparados em Brasília, estão sendo preparados no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas – das eleições. Torço por isso até. Quem sabe? V. Ex^a, com sua experiência, sua cultura humanista, os seus propósitos sadios, bem brasileiros, quem sabe? Agora, não posso, Presidente, deixar de derramar uma lágrima por isso tudo a que eu estou assistindo. Ontem, esteve aqui em visita, a meu convite, um jovem estudante. Ficou extasiado com Brasília: “Mas não é possível, vocês... A pessoa quer atravessar a rua, e os carros param! Isso é prova de um nível educacional de tal ordem... Nunca vi isso em capital nenhuma, de nenhum país, ou da minha cidade”. Ele ficou extasiado com esta prova de educação: a pessoa estende o braço, e os carros param. Não sei quem inventou isso. Não sei se foi V. Ex^a. Não sei quem foi, honestamente. Genial! Uma cidade desta, com esse grau de desenvolvimento, com esse povo maravilhoso que estou vendo aqui... Um jovem de dezoito anos, o jovem Bernad, saiu daqui encantado depois dos três dias que passou aqui estudando a cidade. É em nome disso tudo, dessa mocidade que vem por aí, que está vindo por aí, que eu fiz este discurso. Foi uma forma também de homenagear a minha cidade, é verdade. É verdade, porque os políticos de lá eram sempre colocados à margem, traziam os políticos sempre de fora. O Rio de Janeiro não teve um só Presidente da República, nenhum. Vou fazer um pronunciamento aqui sobre isto, Presidente: o Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro nunca teve um Presidente da República. Eu não conto o regime militar, mas, mesmo assim, leva vantagem o Rio Grande do Sul – Médici, Geisel etc. e tal –; Castelo, no Ceará. Eu não estou contando essa gente, eu estou contando só os Presidentes. Quase que tivemos um grande

Presidente, mas, infelizmente, não deu para Carlos Lacerda. Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores que me deram atenção nesta tarde maravilhosa, eu quero me despedir desta tribuna, hoje presidida por um jovem... De Roraima? Do Acre? De Belém?

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Tocantins. (*Fora do microfone.*)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Tocantins! Tocantins! Mato Grosso do Sul e Tocantins! Foi uma grande evolução terem permitido que se criasse Tocantins, que se criasse o Mato do Sul. Valeu, valeu ser presidido por V. Ex^a, valeu ter a companhia aqui do Mozarildo, lá de cima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Do extremo norte, Monte Caburaí. (*Fora do microfone.*)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Monte capoeira?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Caburaí.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Caburaí.

Valeu ter V. Ex^a, pernambucano, pernambucano, mas radicado em Brasília, fazendo política aqui – foi um grande Governador.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Tendo sido aprovado na sessão do dia 24 de fevereiro o Requerimento nº 38, de 2010, que cria Comissão para representar o Senado na posse do Presidente do Uruguai, José Mujica, e também para participar do Seminário sobre a Experiência de Construção Unitária da Frente Amplia, a realizar-se na cidade de Montevideu, Uruguai, e, tendo sido designado pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência desta Casa, para desempenhar a referida Representação, comunico a essa Presidência o meu afastamento dos trabalhos desta Casa, no período de 28 de fevereiro a 2 de março, quando estarei participando desta relevante missão.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2010. – Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Requerimento nº 38, de 2010.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2010

Altera o artigo nº 163 do Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a prioridade regimental na elaboração da Ordem do Dia.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 163 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 163. As matérias serão incluídas na Ordem do Dia, a juízo do Presidente, segundo sua antiguidade e importância, observada a seguinte sequência:

I – medida provisória, a partir do 46º dia de sua vigência (Const., art. 64, § 6º);

II – matéria urgente de iniciativa do Presidente da República, com prazo de tramitação esgotado (Const., art. 64, § 6º)

III – projetos que visam regulamentar, quer por lei complementar, quer por lei ordinária, dispositivos constitucionais pendentes de regulamentação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em pronunciamento que tive a oportunidade de fazer na semana passada, abordei a grave situação que vive o País sob o ponto de vista jurídico, pela circunstância de passadas mais de duas décadas da promulgação do texto constitucional em vigor, estarmos pendentes da regulamentação de nada menos de 142 de seus dispositivos, 64 dos quais aguardavam a apreciação, pelo Congresso, de proposições que objetivavam suprir essa lacuna.

Pendente de decisão da Câmara dos Deputados, tramitavam naquela Casa projetos que dizem respeito a nada menos de:

12 dispositivos do Título I – Dos Direitos e Garantias Fundamentais;

11 disposições do Título II – Da Organização do Estado;

4 dispositivos do Sobre o Título III – Da Organização dos Poderes;

4 relativos a disposições do Título IV – Da Defesa do Estado e das Instituições democráticas;

8 dispositivos do Título V – Da Tributação e do Orçamento;

7 prescrições do Título VI – Da Ordem Econômica e Financeira;

14 disposições do Título VII – Da Ordem Social;

1 dispositivo das Disposições Constitucionais.

Trata-se de dados constantes da página da Câmara na internet, levantados em 2008.

De acordo ainda com o **site** da Câmara dos Deputados, dos 142 dispositivos não regulamentados, 64 contavam com propostas de regulamentação naquela Casa do Congresso e nada menos de 78 não contavam com nenhuma proposta tramitando naquela Casa.

A Constituinte, atuando paralelamente à Legislatura ordinária, foi capaz de concluir o desafio que lhe delegou a Nação, em nove meses. As legislaturas seguintes, em 20 anos, não lograram concluir a tarefa que lhe competia de dar consequência à parte que lhe cabe regulamentado o texto constitucional através da legislação infraconstitucional. Este projeto não resolve o problema, mas busca contribuir para tanto, dando prioridade regimental à tramitação das proposições com esse fim que venham a ser submetidas à apreciação do Senado.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2010. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador – PMDB/AC.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 3, de 2010**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, “a”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 126, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2008, de autoria do Senador Casagrande, por versarem sobre matéria análoga associadas à oferta dos serviços públicos de saneamento básico.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2010. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 6/10-GLPSDB

Brasília, 25 de fevereiro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sérgio Guerra para integrar como titular a Comissão de Ciência e Tecnologia, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 7/10-GLPSDB

Brasília, 25 de fevereiro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sérgio Guerra para integrar como titular a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – O Sr. Senador Papaléo Paes enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, os investimentos na indústria de reciclagem de lixo não se mostram ainda suficientes para dar mínima conta da dimensão do problema em território nacional. Matéria publicada no **Estado de S. Paulo** demonstra que, com a eclosão da crise financeira em 2008, a situação se agravou ainda mais, comprometendo metas, mesmo que modestas, de monitoramento da acumulação de lixo pelo País. Contra tal descalabro, aproveito a ocasião para reforçar apelo ao Governo Federal e ao empresariado, no sentido de retomar investimentos no setor de reciclagem.

Mais precisamente, segundo o jornal, o desaquecimento na economia derrubou em até 70% o preço de muitas sucatas e materiais recicláveis, reduzindo drasticamente a renda de catadores e trabalhadores de cooperativas de reciclagem. A recessão generalizada desacelerou o ritmo produtivo das siderúrgicas e

das indústrias de papel e celulose, afetando o ciclo de reaproveitamento dos recursos já consumidos.

Para a diretora de projetos do Instituto de Projetos e Pesquisas Sócio Ambientais (Ipesa), Luciana Lopes, trata-se de um problema social de grave repercussão no processo de erradicação da pobreza. Afinal de contas, são trabalhadores muito desprotegidos, para cuja melhoria das condições mínimas de trabalho as cooperativas haviam muito se empenhado nos últimos anos. Catadores de rua e moradores de lixões compõem o grupo social mais atingido pela catastrófica contração de demanda.

A rotina de trabalho do operador de lixo reciclável é muito sistemática. Posicionado ante a grande esteira do galpão, cabe-lhe receber a coleta seletiva para separar e vender as diversas categorias de recicláveis. Papel, plástico colorido, plástico branco, garrafas pet, latas e outros materiais são submetidos a uma austera triagem, de cuja atribuição os trabalhadores dos lixões não se alienam. Em seguida, após o repasse da sucata às indústrias interessadas, o lucro é rateado entre os cooperados, de acordo com a quantidade de horas trabalhadas.

Para se ter idéia do negócio, basta verificar a experiência vivida em São Paulo. Em 2008, a renda média mensal de cada cooperado chegou à faianha de mil e quinhentos reais, num ciclo de oito horas de trabalho ao dia. Pelo menos, foi isso que se deu em Barueri, no auge da retomada do crescimento econômico brasileiro. Pois é, de tão impactante a crise recente, o mesmo cooperado não consegue, hoje, sequer arrecadar 600 reais por mês!

Mais do que a ruína de um projeto econômico claramente formatado para prosperar em sociedades emergentes, a falência das cooperativas significa inevitavelmente a falência de um projeto de revitalização social. No fundo, projetos de reciclagem implicam a inclusão de uma vasta população de miseráveis brasileiros, cuja marginalidade parecia predestinada, por força da inércia política, a perdurar eternamente. Trata-se, antes de tudo, de uma comunidade que vislumbra no trabalho de reciclagem a perspectiva de um retorno à sociedade civil.

Vale registrar que a popularização dos catadores de latinhas decorreu graças à inserção dessa função em todos os ambientes urbanos do País, em busca de retorno financeiro fácil, líquido e certo. Na visão dos ambientalistas, foram os catadores que tornaram o Brasil um dos líderes mundiais na reciclagem do alumínio.

Embora a retração econômica global também tenha afetado o setor de plásticos, as pesquisas indicam que o impacto foi menor neste setor. Para explicar o fenômeno, especialistas argumentam que a

pulverização do mercado de plástico tende a suavizar os efeitos recessivos da crise. Mais detalhadamente, explicam que, em função do alto número de pequenos compradores, conquistaram os catadores e as cooperativas maior poder de barganha na hora de negociar as vendas.

Em compensação, o setor de papel tem atravessado uma de suas mais agudas crises. Não por acaso, os diferentes tipos de papel foram os produtos que tiveram as maiores quedas de preços desde o final de 2008. Ao contrário do setor de plásticos, o comércio de papel para reciclagem está concentrado nas mãos de algumas poucas empresas, às quais se reserva o poder oligopolista de reduzir os preços quando bem lhes convier.

Sr. Presidente, diante de uma cadeia produtiva tão bem desenhada, econômica e socialmente, é desalentador tomar conhecimento de seu brusco desmoronamento. Por isso mesmo, à sociedade, não lhe resta outra alternativa senão cobrar das autoridades investimentos pesados na indústria da reciclagem de lixo, compensando provisoriamente a retração sazonal dos potenciais compradores do material sucateado.

Com isso em mente, não seria surpresa conferir investidas mais incisivas do Governo e da iniciativa privada no uso de lixo doméstico para a geração de energia. Ao longo das discussões sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos nos últimos meses, empresários e autoridades governamentais não divergiram sobre as reais perspectivas de o Brasil vir a produzir energia “sucateada” a partir de 2010.

E tudo se resume a uma fórmula muito simples. Segundo de perto uma tecnologia importada dos países centrais, a utilização do lixo e do poder calorífico das sacolas plásticas já configura proposta bem viável no cardápio energético da Petrobras e das petroquímicas Braskem e Quattor. Na verdade, o tema é tratado como o futuro da cadeia do plástico diante do apelo socioambiental embutido na proposta de geração energética a partir de fontes mais limpas, ou recicláveis.

Nessa nova ordem ecológica, a construção de usinas abastecidas por lixo doméstico carrega um potencial muito significativo na colocação de um ponto final na polêmica sobre os efeitos deletérios da sacola de plástico para o meio ambiente. De vilã, a sacola virou fonte de vida. Na realidade, de acordo com estudos recentes, uma cidade de 180 mil habitantes gera um volume de lixo capaz de produzir energia para cerca de 56 mil habitantes. Em países onde o sistema de reciclagem do plástico está mais avançado, é possível que 30% do plástico gerado seja reaproveitado em iniciativas de reciclagem mecânica.

Todavia, cabe ressalvar que, por detrás de um projeto tão ecologicamente correto, paira o problema dos altos custos. Segundo estimativas de especialistas, uma usina com capacidade para abastecer um milhão de pessoas demandaria investimentos de aproximadamente 250 milhões de dólares. De mais a mais, há quem advogue que o custo de exploração do plástico como energia não teria muito valor competitivo quando comparado com outras fontes naturais, como, por exemplo, o óleo diesel.

Mesmo assim, cumpre esclarecer que o ânimo dos empresários é muito entusiástico à idéia das usinas. Prova disso é que a Plastivida, empresa do setor, assinou, há bem pouco, um acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza e Resíduos Especiais (Abrelpe) para promover a reciclagem energética dos resíduos sólidos no Brasil. Em São Paulo, o Governo Estadual já anunciou ao empresariado da Fiesp que vai investir doravante, pesadamente, na instalação de usinas de reciclagem, seguindo tendência mundial, que já computa o funcionamento de 850 unidades em todo o planeta.

Sr. Presidente, descortina-se, diante do exposto, a relevância social e econômica da indústria de reciclagem de lixo no Brasil. Nas grandes cidades, não se pode mais relegar ao segundo plano alternativas minimamente viáveis para a reutilização de plásticos, papéis, latínhas e outros detritos, descomprimindo a acumulação montanhosa de lixo. Numa escala mais governamental de análise, deve-se frisar que o investimento em reciclagem pode fomentar geração de empregos em ambientes socialmente mais carentes. Indiretamente, exerce influência expressiva no descongestionamento de lixo nas redes de águas pluviais, facilitando o fluxo de saneamento e esgoto.

Do ponto de vista da conscientização social, tudo indica que o apoio à política de reciclagem de lixo não

esbarra em qualquer restrição por parte da população. O povo brasileiro dá mostras de que acompanha com interesse o debate em torno da sustentabilidade econômica via políticas de desenvolvimento ambientalmente fundamentadas. Nesse contexto, não hesita em valorizar os serviços de recolhimento e reciclagem do lixo, para a execução dos quais começa a exigir do Governo Federal e das autoridades locais maior comprometimento com o projeto de reciclagem como política prioritária de saúde pública.

Enfim, Sr. Presidente, à guisa de conclusão, gostaríamos de apelar às autoridades competentes por atenção redobrada junto ao setor de reciclagem do País, de modo a amenizar as mazelas herdadas pela recente crise financeira mundial. Em que pesem sinais nítidos de que o Brasil já pode comemorar sua saída da recessão, há ainda setores da economia que levarão certo tempo para restaurar o ritmo anterior de produção. Em suma, devemos aproveitar o momento para não somente incentivar a retomada de fôlego da indústria de reciclagem, como também incentivar investimento pesado nas usinas de energia a partir da exploração do lixo plastificado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do ilustre Senador Paulo Duque, não temos mais nenhum Senador inscrito na sessão de hoje. A Presidência, portanto, encerra a sessão do dia 25 de fevereiro de 2010 às 17 horas e 46 minutos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 46 minutos.)

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e cinco do mês de fevereiro de dois mil e dez, quinta-feira, às quatorze horas, na sala seis, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 56, de 2009**, aposto ao PLC nº 151 de 2009 (PL 03567/2008, na Casa de origem), que "Institui o Dia Nacional da Defesa Civil", sem a presença de membros, a **reunião não foi realizada**.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2010.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Ilhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
VAGO ^(5,29)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,21)	

Maioria (PMDB, PP)

Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)

PDT/PSOL (9)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
- **. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
 7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
 8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
- ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB).

3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).

4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tião Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senador Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Crístovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Moraes (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).
- *. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽⁹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. N° 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES

SUPLENTES

Blöco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

1. João Vicente Claudino (PTB)

Inácio Arruda (PC DO B)

2.

Maioria (PMDB, PP)

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)

1. Gerson Camata (PMDB)

Sérgio Zambiasi (PTB)

2. Neuto De Conto (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Raimundo Colombo (DEM)

1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾

Gilberto Goellner (DEM)

2.

Alvaro Dias (PSDB)

3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (24)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (21)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (22)	4. Delcídio Amaral (PT) (23)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (40,47,48,49,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Geovani Borges (PMDB) (39,50,53)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Adelmir Santana (DEM) (35)
Kátia Abreu (DEM) (30)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (29)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Jayme Campos (DEM) (9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude do Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (15,17,18,20)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3,7,19)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) (12)
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia (8)	1. Cristovam Buarque (10)
PTB	
Sérgio Zambiasi (14)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
José Nery (PSOL)	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2) 2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
- *. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
- **. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Geovani Borges (PMDB) (10,21,62,92,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(57,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (25)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,23)
Serys Slhessarenko (PT) (2,24)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (27,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (28)	3. Tião Viana (PT) (27,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (27)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (32,46,55,56)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)
Valter Pereira (PMDB) (1,41)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (34)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Jayme Campos (DEM) (29,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) (33)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (18)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾		
Delcídio Amaral (PT) (22)		1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)		2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)		3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)		4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)		
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)		1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)		2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)		3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)		4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)		
Gilberto Goellner (DEM) (26)		1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)		2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)		3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)		4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)		5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)		6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)		7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB ⁽⁵⁾		
Romeu Tuma (9,29)		1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT		
Osmar Dias		1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (21)
Renato Casagrande (PSB) (20)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (19)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (18,46)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (37)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,40,47,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) (34,43)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (30)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (23)	4. Kátia Abreu (DEM) (29)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (15,49)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,44)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (27)	1. Fernando Collor (27)
PDT	
Acir Gurgacz (13,33,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
20. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)

Maioria (PMDB, PP)

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO (14)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

VAGO (9)	1. VAGO (6)
VAGO (12)	2. VAGO (10)
VAGO (7)	3. VAGO (8)
VAGO (11)	4. VAGO (11)
VAGO (11)	5.

PTB

Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
------------------	-------------------------------

PDT

João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
------------------	-------------------------

Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Romeu Tuma (PTB/SP)

Atualização: 22/12/2009

Notas:

- O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
- Eleito na 1^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
- O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
- Eleito na 2^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDb**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO (2,11,12)

PDT

Patrícia Saboya (CE) (5,7,8)

PR

Magno Malta (ES) (1,6,9)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PPFrancisco Dornelles (RJ) ⁽¹⁰⁾**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDf nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258**E-mail:**scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Téreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁹ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ³ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - ¹Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



Edição de hoje: 170 páginas

OS: 2010/10767